

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A FARSUL E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA:
VIOLÊNCIA DE CLASSE E MARGINALIZAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO RIO
GRANDE DO SUL (1962)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Flavio Correia Nardy

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

**A FARSUL E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA:
VIOLÊNCIA DE CLASSE E MARGINALIZAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO
SUL (1962)**

Flavio Correia Nardy

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

Orientador: Prof. Dra. Glaucia Viera Ramos Konrad

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Correia Nardy, Flavio

A FARSUL E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA: VIOLÊNCIA DE CLASSE E MARGINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL (1962) / Flavio Correia Nardy.-2014.
125 p.; 30cm

Orientador: Gláucia Vieira Ramos Konrad

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014

1. Reforma Agrária 2. FARSUL 3. Movimentos Sociais 4. Estado 5. Poder I. Vieira Ramos Konrad, Gláucia II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A FARSUL E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA: VIOLÊNCIA DE
CLASSE E MARGINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO
CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL (1962)**

elaborada por
Flavio Correia Nardy

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Glaucia Viera Ramos Konrad, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Marcos Botton Piccin, Dr. (UFSM)

Beatriz Ana Loner, Dra. (UFPEL)

Santa Maria, 10 de março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa somente foi possível pelo apoio, pela troca e pelas experiências coletivas que tivemos com diversos atores sociais, organizações políticas e movimentos sociais, onde foi possível delinear percepções sobre a questão agrária no Brasil e sonhar com uma sociedade sem latifúndios.

A Laura, companheira, poética e doce, por acreditar e por estar ao meu lado de mãos dadas, sempre disposta e sorrindo.

A minha mãe, mulher forte, tímida e caridosa. Pelo seu apoio e pela paciência de aguentar a saudade no peito.

Aos amigos e companheiros do Levante Popular Da Juventude, da Consulta Popular, MST e MPA, que em movimento constroem uma nova sociedade.

A Gláucia e ao Diorge pelas orientações, que contribuíram com minha formação acadêmica, pedagógica e política.

A Beatriz e ao Marcos, por aceitarem participar da banca e também pelas colaborações teóricas para a elaboração da dissertação.

Pois aqui está a minha vida./Pronta para ser usada./Vida que não guarda/nem se esquivava, assustada./ Vida sempre a serviço/da vida./ Para servir ao que vale/a pena e o preço do amor/ Ainda que o gesto me doa,/ não encolho a mão: avanço/ levando um ramo de sol./ Mesmo enrolada de pó,/dentro da noite mais fria,/ a vida que vai comigo/ é fogo:/ está sempre acesa/ Vem da terra dos barrancos/ o/ jeito doce e violento/ da minha vida: esse gosto/ da água negra transparente./ A vida vai no meu peito,/ mas é quem vai me levando:/ tição ardente velando,/ girassol na escuridão./ Carrego um grito que cresce/ Cada vez mais na garganta,/ cravando seu travo triste/ na verdade do meu canto./ Canto molhado e barrento/ de menino do Amazonas/ que viu a vida crescer no centro da terra firme./ Que sabe a vinda da chuva/ pelo estremecer dos verdes/ e sabe ler os recados/ que chegam na asa do vento./ Mas sabe também o tempo/ da febre e o gosto da fome./ Nas águas da minha infância/ perdi o medo entre os rebojos./ Por isso avanço cantando/ Estou no centro do rio/ estou no meio da praça./ Piso firme no meu chão/ sei que estou no meu lugar,/ como a panela no fogo/ e a estrela na escuridão/ O que passou não conta ?, indagarão/ as bocas desprovidas./ Não deixa de valer nunca./que passou ensina/ com sua garra e seu mel./ Por isso é que agora vou assim/ no meu caminho. /Publicamente andando /Não, não tenho caminho novo./O que tenho de novo/ é o jeito de caminhar./Aprendi/(o que o caminho me ensinou)/ a caminhar cantando/ como convém/a mim/ e aos vão comigo./Pois já não vou mais sozinho./Aqui tenho a minha vida:/ feita à imagem do menino/ que continua varando/ os campos gerais/e que reparte o seu canto/ como o seu avô/ repartia o cacau/ e fazia da colheita/ uma ilha do bom socorro./ Feita à imagem do menino/ mas a semelhança do homem:/com tudo que ele tem de primavera/ de valente esperança e rebeldia.

A vida verdadeira, Thiago de Mello.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

A FARSUL E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA: VIOLÊNCIA DE CLASSE E MARGINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL (1962)

AUTOR: FLAVIO CORREIA NARDY

ORIENTADOR: GLAUCIA VIERA RAMOS KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de março de 2014.

A luta pela terra no Brasil, sobretudo no início dos anos 1960, passou por profundas transformações que tiveram forte ligação com o processo de modernização do campo vivenciado após a Segunda Guerra Mundial e com as mudanças nas políticas de segurança nacional norte-americana para a América Latina. As mudanças desse período histórico interferem nas relações do mundo do trabalho no meio rural, implicando em uma maior disciplinarização dos trabalhadores do campo e em uma migração forçada para o meio urbano, via êxodo rural. Estas transformações provocam uma reação do campesinato, que de maneira organizada passa a reivindicar a Reforma Agrária na tentativa de garantir a sua sobrevivência enquanto classe. No bojo dessa conjuntura, as classes dominantes agrárias reorientam-se taticamente disputando o domínio simbólico da categoria histórica da Reforma Agrária, garantindo a perpetuação da grande propriedade da terra, sua fonte de poder. Contudo, ao longo desse processo, ocorreu uma intensa luta política em torno do acesso a propriedade fundiária, em que o conflito entre as classes rurais irá se instaurar, dando nova estrutura e dinâmica às classes sociais do campo e deixando profundas marcas em suas identidades classistas. Essa relação que é histórica, contudo, não ocorreu sem a intermediação e a participação política do Estado, que passou a dar condições para que essas mudanças de fato pudessem ser executadas. Entretanto, ocorreram divergências entre as políticas públicas e interesses dos grandes proprietários, que não abriram mão da defesa da propriedade privada. Eles tentaram dar outra orientação a estas medidas, defenderam a Reforma Agrária, desde que fosse realizada a partir das terras públicas, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. No RS, os grandes proprietários organizados por meio da FARSUL não passaram longe dessas mudanças. Eles protagonizam a defesa desse projeto, ainda mais que no Estado, a partir de 1962, os movimentos sociais de agricultores sem-terra eclodiram por meio da organização dos acampamentos para pressionar o poder público a desapropriar algumas áreas agrícolas. Em reação, a Entidade ruralista procurou desestabilizar os movimentos sociais por meio de diferentes táticas de violência e de criminalização. Direcionaram a pressão sobre o governo do Estado para que interferisse nas mobilizações. Os grandes proprietários, descontentes com as políticas públicas para a Reforma Agrária, passaram a organizar o “movimento ruralista”, com o objetivo de disputar o poder político do Estado e garantir que fossem eleitos candidatos que defendessem de seus interesses de classe. O conflito instaurado pelos acampamentos e pelas desapropriações de propriedades rurais no Estado deu novos significados à relação entre as classes sociais no campo e trouxe novos desafios para a maneira como se relacionam com o poder político do Estado. Esta pesquisa contou com Bolsa FAPERGS-CMH/CAPES.

Palavras-chave: Reforma Agrária, FARSUL, Rio Grande do Sul, Estado, Criminalização.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Graduate Program in History
Federal University of Santa Maria

FARSUL AND THE STRUGGLE FOR AGRARIAN REFORM: CLASS VIOLENCE AND MARGINALIZATION OF THE SOCIAL MOVEMENTS FROM COUNTRYSIDE IN RIO GRANDE DO SUL (1962)

AUTHOR: FLAVIO CORREIA NARDY

ADVISOR: GLAUVIA VIERA RAMOS KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de março de 2014.

The struggle for Land in Brazil, especially in the early 1960s, passed through deep transformations, that had strong links with the country side modernization process experience dafter the Second World War and the shift of U.S National Policy for Latin America. The changes on this historical period interfere in the relations of the world of work in rural areas, implying a higher disciplining of workers in the field and a forced migration to urban areas, through the rural exodus. These changes cause a reaction of the peasantry, who in an organized manner starts to claim the Agrarian Reform in an attempt to ensure their survival as a class .At this juncture, agrarian dominant classes are reoriented tactically disputing the symbolic field of historical category of Agrarian Reform, ensuring the perpetuation of large land ownership, their source of power. However, throughout this process, there was an intense political struggle over access to land ownership, in which the conflict between rural classes will be established, in giving new structure and dynamics of social class of the country side and leaving deep marks in their class-identities This relationship that is historical, however, would not occur without the intermediation and political participation of the state, which started to provide conditions for these changes could actually be implemented. However, differences occurred between public policies and interests of large and owners. They did not give up of the defense of private property. They tried to give another purpose to these measures, advocated agrarian reform, since it was held from the public lands, mainly in the Midwest and North of the Country. In RS, the large landowners organized by FARSUL have not gone far away from these changes. They were protagonists of the defense of this project, even more than in the state since 1962, the social movements of landless farmers erupted by organizing camps to pressure the government to expropriate some agricultural areas. In reaction, the rural Entity sought to destabilize the social movements through different tactics of violence and criminalization. They directed pressure on the state government to interfere on the mobilizations. The great landowners, unhappy with the state public policies for Agrarian Reform, had organized what they called the "ruralist movment", aiming to gain political power of the state and ensure that candidates were elected to defend their class interests. The conflict initiated by the camps and by the expropriation of farms in the state gave new meaning to the relationship between social classes in the country side and brought new challenges to the way they are related to the political power of the State. This research included Bag FAPERGS-CMH/CAPES.

Key words: Agrarian Reform, FARSUL, Rio Grande do Sul, State, Criminalization.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALPRO – Aliança para o Progresso
CETH – Comissão Estadual de Terras e Habitação
CP – Correio do Povo
CRB – Confederação Rural Brasileira
CNT – Companhia Telefônica Nacional
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
GT 14 – Grupo de Trabalho 14
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IT&T – International Telephone & Telegraph Corporation
ITR – Imposto Territorial Rural
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PL – Partido Libertador
PRP – Partido da Representação Popular
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SUPRA – Superintendência de Política e Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Mobilizações por terra (1962).....	p.93
---	------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - – Reunião entre o governador Leonel Brizola, o presidente da FARSUL Saint Pastous, Walter Jobim e Kurt Weisheimer.....	p.79
---	------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 AS CLASSES DOMINANTES AGRÁRIAS E O DEBATE DE REFORMA AGRÁRIA: ESTADO, PODER E LUTA POLÍTICA.....	25
1.1 A Revolução Verde como remédio do “atraso”: a Reforma Agrária em disputa.....	26
1.2 Estado e luta política.....	33
1.3 Classe e Consciência de Classe: a luta de classes como significante da identidade social.....	40
1.3.1 Estrutura e dinâmica social da classe dominante agrária no Brasil.....	43
2 A FARSUL E O DEBATE DE REFORMA AGRÁRIA: A REVOLUÇÃO SOB CONTROLE.....	51
2.1 Aliança Para o Progresso (ALPRO): a tese da revolução controlada.....	51
2.2 A FARSUL e a Aliança para o Progresso	57
2.3 A questão agrária no Governo de Leonel Brizola e os processos de negociação e conflito com a FARSUL em torno da Reforma Agrária.....	66
3 CONFLITOS, ALIANÇAS E ANTAGONISMOS EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA: A FARSUL E A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	85
3.1 Criminalização e marginalização dos movimentos sociais do campo e luta política por Reforma Agrária: a FARSUL e sua relação com o MASTER.....	85
3.2 Partido da Terra: o ruralismo diante da crise de representação política	100
3.2.1 A eleições de 1962: uma encruzilhada histórica para a Reforma Agrária no RS.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO

Na tentativa de decifrar as memórias do passado e buscar novos significados aos fatos históricos, faz-se um exercício de síntese do presente, não só teórico, mas também prático, permitindo desvelar novos sentidos ao ser social e a práxis cotidiana no sentido amplo. Assim como uma nova interpretação ao mundo, aproximando-se dos elementos que compreendem seu processo de transformação. O papel da consciência histórica diante deste processo é desnudar os dados da realidade já naturalizados pelo senso comum, no sentido de sua superação, num processo de negação e absorção da mesma. Para tanto, ao produzir tal conhecimento desta realidade, antes naturalizada, se busca introduzir novos valores e práticas a esta, que impõem a ela nova qualidade.

Nos anos 60, a bandeira da Reforma Agrária expressa por si só um conjunto de acontecimentos que vão ser redefinidores dos processos históricos mais abrangentes, pois ao estar em movimento traz novas exigências e novas direções à forma como a sociedade vinha tratando a questão do acesso ao uso da terra no Brasil. É um grito de alerta aos problemas que o campo vinha enfrentando pelo processo de modernização da agricultura, instalado sobretudo, no pós Segunda Guerra. Desse modo, as classes sociais ligadas ao campo vão procurar dar uma resposta a esta problemática, no entanto, os projetos propostos vão se apresentar de maneiras distintas, conforme as suas vontades e interesses, forjando, assim novas relações sociais entre as classes.

Nesta conjuntura, se estabelecerá novas dinâmicas sociais para a luta pela terra, que contribuem para uma maior clareza do conflito social que estava instaurado a partir da luta política por Reforma Agrária. O que é difundido pelos grandes proprietários é a ideia de que aquele momento era decisivo, sendo preciso tomar partido e protagonizar o processo. Caso isso não ocorresse, o futuro da classe estava comprometido. Assim, a luta por Reforma Agrária trouxe uma ameaça real aos ruralistas que poderiam perder sua fonte originária de poder, a terra.

O modelo de Reforma Agrária, neste sentido, também passa a ser disputado pelos latifundiários, que têm que repensar sua estratégia política para lidar com esta situação, redefinindo suas táticas para que possam imprimir um novo domínio simbólico para esta

categoria histórica. Assim, vão buscar disputar com os movimentos sociais rurais qual Reforma Agrária atende as necessidades reais da agricultura num contexto de modernização do campo.

O estudo deste processo apresenta novas luzes sobre o debate de Reforma Agrária no sentido de apontar os limites desta bandeira histórica na atualidade para a esquerda. É necessário compreender que a Reforma Agrária proposta nos anos 60 estava pautada num modelo que Carvalho (2013 p. 129)¹ caracteriza como sendo de centro-esquerda, em que “defendiam a necessidade de uma revolução burguesa no campo para eliminar ora os restos feudais, ora o latifúndio improdutivo de maneira a permitir o desenvolvimento das forças produtivas sob o padrão de produção capitalista, a valorização pelo assalariamento e a criação de um mercado interno”. Esta visão, segundo o autor, tinha como pressuposto a ideia de que esta era uma etapa necessária para se alcançar as “condições dialéticas objetivas e subjetivas capitalistas necessárias para desencadear uma revolução socialista no campo” (CARVALHO, 2013 p. 129). Neste sentido, o modelo atual e contemporâneo (ao menos desde a década de 1940) de Reforma Agrária estaria superado ou mesmo esgotado pelas iniciativas de “modernização” do latifúndio e da destinação das terras devolutas e das públicas às empresas capitalistas² (CARVALHO, 2013).

No cerne destas propostas, se conjugava a ideia de que caberia ao Estado, sob pressão popular por uma Reforma Agrária capitalista, instituir e efetivar políticas públicas reformistas. Desse modo, criar condições objetivas, através das mais diversas políticas públicas, para que esse setor reformado da economia do campo, integrado ao da cidade, se consolidasse economicamente. Para isso, era preciso fazer alianças políticas entre as frações das classes populares da cidade e do campo com as frações de classe mais progressistas da burguesia urbana e rural, que entreviam uma revolução burguesa no campo, de modo a fazer da

¹ CARVALHO, Horácio Martins de. Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil: Texto I – Teses. In: STEDILE. A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000 - 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

² Os estudos de Teixeira (2013 p. 89-90.) sobre a concentração de terra no Brasil apontam que “à um frouxidão dos controles e dos marcos regulatórios sobre o acesso à terra que representam um padrão institucional brasileiro graças ao qual foram se constituindo e consolidando a assimetria e demais anomalias na estrutura de posse e uso da terra no Brasil. Graças a essa marca, fruto de forte influência política da classes dos grandes proprietários rurais, mantém-se no Brasil o anacronismo das leis, normas e práticas administrativas por meio do qual são admitidas permissividades descabidas, como a possibilidade concreta do acesso sem limites à propriedade fundiária”. TEIXEIRA, Gerson. Os indícios do agravamento da concentração da terra no Brasil no período recente. In: STEDILE. A questão agrária do Brasil: debate da década de 2000-1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

produção agropecuária e florestal um ramo da indústria (CARVALHO, 2013). Contudo, esta “estratégia hegemônica para a reforma agrária, também se aproximavam dos objetivos estratégicos sobre a questão agrária da burguesia para a afirmação e homogeneização do capitalismo no campo” (CARVALHO, 2013 p. 130). As duas proposições carregam distintas táticas, porém, se aproximam, principalmente, na maneira como tratavam o campesinato. Ou seja, para a centro-esquerda o campesinato era uma classe com potencial anti-revolucionário, porém necessária para um período de transição. Do outro lado, a burguesia considerava-os irrelevantes para as mudanças capitalistas pretendidas no campo, podendo ser excluídos deste processo.

Contudo, a derrota da proposta de Reforma Agrária da centro-esquerda só foi possível graças à luta política engendrada pela classe dominante agrária que aliou a tática de dominação simbólica com uso da violência de classe. Assim, mesmo tendo limites as propostas do campo popular, e por vezes se aproximando taticamente, divergiam estrategicamente. Os caminhos eram muito próximos e tênues, mesmo assim, representavam grande perigo para os ruralistas, pois ameaçavam hegemonicamente o poder político das classes dominantes, ao mexer na estrutura fundiária da terra e na tomada do Estado por meio do fortalecimento da organização política.

Era preciso impor derrotas significativas a este campo, pois, os ruralistas tinham convicção do que representava a Reforma Agrária nos moldes que os movimentos apresentavam, conheciam a estratégia de fundo destas propostas, tanto que inúmeras vezes aparece a ideia de que era necessário “fazer a Revolução antes que o povo a faça”. Aqui também surge outra questão pertinente: a apropriação que vão dar ao conceito de “Revolução”. Dois desses merecem destaque, “Revolução Verde” e “Revolução de 64”. A primeira representa a vitória política de forma mais localizada, no campo, e a segunda representa a vitória política de maneira mais ampla e hegemônica, ambos fazendo parte do mesmo projeto político de derrota da “Revolução” da esquerda como um todo.

Ao mesmo tempo, a derrota deste projeto de centro-esquerda impôs muitas derrotas como um todo para a classe trabalhadora. Pois atingiu principalmente o cerne de seu projeto político, pressão popular para tomada do poder do Estado, uma tentativa de impor derrotas as classes dominantes e fazer as reformas estruturais. Assim a questão organizacional é atingida em cheio, pois ao serem derrotados politicamente, também desnudaram os limites históricos destas propostas que eram apresentadas como uma etapa de um processo mais amplo. No

entanto o projeto desenvolvimentista não se refletiu na questão organizacional, pois as inúmeras derrotas que tiveram a partir do golpe militar de 64, as desestabilizaram profundamente na maneira como se organizavam, causando um profundo vazio organizacional nas experiências da esquerda como um todo e interrompendo um ciclo muito rico e criativo para as organizações de esquerda.

Isso também reflete na maneira como a Reforma Agrária ganhou este *status* de modernização do campo, que desconsiderou as inúmeras possibilidades de projetos de desenvolvimento social, econômico, cultural e político principalmente, dos camponeses, caboclos, quilombolas e indígenas. O resultado disso pode ser percebido na forma como as políticas públicas para a questão agrária são pensadas no Brasil hoje, com uma profunda raiz nesta ideia originária do desenvolvimentismo. A forma como a questão agrária se coloca hoje é representada pelo projeto político caracterizado como neodesenvolvimentista³, que se forjou nos governos de centro-esquerda nos últimos dez anos, que tem como aliado político o Agronegócio⁴. Para o Agronegócio, a Reforma Agrária não tem centralidade, está superada. Ao mesmo tempo, isso impõe novos olhares para este conceito histórico, sobretudo, por parte dos movimentos sociais do campo, que também estão nesta Frente Política que tem buscado reorientar sua tática para a Reforma Agrária, ressignificando-a e diferenciando-a do modelo

³As características desta atual frente política para Boito (2012): “a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira ; b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal; c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público. Estamos falando, então, das relações de frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com as classes trabalhadoras, situadas fora desse bloco e, especialmente, das vantagens políticas que a grande burguesia interna brasileira adquiriu pelo fato de ter logrado estabelecer, por intermédio da ação dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, uma aproximação com amplos setores populares”. BOITO, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Acessado em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20%20PAPER.pdf>

⁴O uso deste conceito político tem sentido amplo e também difuso de tal forma que se associa cada vez mais ao desempenho econômico e a simbologia política, e cada vez menos às relações sociais que lhe dão cerne, uma vez que opera com processos não necessariamente modernos nas diferentes áreas e regiões por onde avança a produção monocultora. [...] Este corresponde a importantes processos sociais e políticos que resultaram de um esforço para reposicionar o lugar da agropecuária e investir em novas formas de produção do reconhecimento e de sua importância. LEITE, Sergio Pereira & MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 83.

neodesenvolvimentista e do grande capital. Contudo, esta nova tática ainda não alcançou o debate na sociedade, pois este processo é muito recente e se deu por uma leitura conjuntural das políticas para a Reforma Agrária nos últimos 10 anos, que não avançaram. De tal forma, essa leitura só foi possível a partir do momento em que foram identificados os problemas advindos da ideia que se tinha de Reforma Agrária, que não era capaz de superar o modelo ao qual o agronegócio apresentava. Assim os movimentos sociais, em especial o MST, buscam construir outro modelo, que caracterizam como Reforma Agrária Popular⁵.

Deste modo, levando em consideração essas premissas, buscar-se-á exercitar esta capacidade de síntese da conjuntura política que pretendemos estudar. De modo a compreender esse processo histórico, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar como a classe dominante agrária no Rio Grande do Sul, no ano de 1962, em especial, organizada junto a FARSUL (Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul) faz a luta política em torno da Reforma Agrária, no sentido de impor um novo domínio simbólico a esta categoria histórica. Ao mesmo tempo, como a luta pela terra traz consequências para a cultura política dos grandes proprietários rurais e de que modo isso influenciará nas suas práticas políticas de dominação de classe.

Para tanto, elencamos três questões que pensamos ser pertinentes para compreender este processo político: qual o papel desempenhado pela FARSUL enquanto agente organizador na construção da hegemonia política perante a disputa do poder tanto na sociedade civil quanto na sociedade política? Como este momento histórico ajuda a consolidar uma determinada identidade de classe na classe dominante agrária no Rio Grande do Sul? E, por fim, como o a luta pela terra calcada na bandeira política da Reforma Agrária contribui para dar visibilidade aos conflitos de classe, entre os grandes proprietários e os agricultores rurais sem-terra e suas organizações?

⁵Segundo esta proposta “a reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza”. MST, Movimento dos Agricultores Rurais Sem-terra. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In; STEDILE. A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000 - 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013 p. 149. A proposta de Reforma Agrária Popular foi aprovada no V Congresso Nacional do MST em 2007. Publicado originalmente em janeiro de 2012.

Para realizar esta pesquisa elencamos alguns documentos que pensamos ser importante para a realização deste estudo, pois refletem em grande parte a conjuntura daquele processo de disputa política em torno da Reforma Agrária, são três basicamente: Jornal Correio do Povo, os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e o Jornal Terra Livre.

A primeira fonte, o Jornal Correio do Povo, era o jornal de maior circulação no Estado nos anos 60, e nele podemos observar tanto em seus editoriais quanto em seus artigos uma proximidade com as ideias apresentadas pela FARSUL no que tange a Reforma Agrária e no tratamento dos movimentos sociais rurais, evidenciando colaboração com o processo de marginalização e criminalização dos agricultores rurais sem terra e suas organizações. Além disso, existem diversas notícias a respeito da FARSUL na qual comumente é exaltado o protagonismo dos grandes proprietários em relação a questão agrária. A segunda fonte, os Anais da Assembleia Legislativa Estadual podemos observar a frente política identificada com as ideias do chamado “Movimento Ruralista”, e o papel que estes cumpriram no processo de marginalização dos movimentos de agricultores rurais sem terras no Rio Grande do Sul. Na terceira fonte, o Jornal Terra Livre, editado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Nacionais), organização ligada ao PBC (Partido Comunista Brasileiro), podemos ter a dimensão da questão agrária nacional e de suas nuances regionais. Ali se encontram desde manifestos dos movimentos rurais sem terras do Brasil até artigos e notícias analisando a posição dos grandes proprietários em relação a Reforma Agrária. Nestes documentos estão as opiniões políticas expressadas tanto pela FARSUL quanto pelos agentes que compunham suas relações classistas, assim como todo o embate político envolvendo a Reforma Agrária no início dos anos 60, por diferentes agentes envolvidos neste processo, tendo destaque os movimentos sociais rurais, a opinião do poder público e a opinião internacional a respeito desta questão. De modo que são importantes pela sua totalidade no processo histórico envolvendo a luta política em torno da questão agrária.

No primeiro capítulo, pretende-se apontar os marcos teórico-metodológicos desta pesquisa. Para isso, direcionamos o debate para três aspectos; a) apontar os principais debates a respeito da Reforma Agrária e da modernização da agricultura no Brasil no pós Segunda Guerra; b) delinear os pressupostos teóricos a respeito de como analisamos a disputa de hegemonia no campo a partir da disputa do Estado pelas classes dominantes agrárias; c) apontar como pensar a identidade de classe a partir do viés da modernização da agricultura e

da disputa do significado da Reforma Agrária e como isso nos ajuda a compreender a dinâmica e a estrutura de classes sociais no meio rural.

No segundo capítulo, procuramos relacionar alguns aspectos que imprimem nova qualidade ao debate de Reforma Agrária nos anos 60 no Rio Grande do Sul. Entende-se que nesse processo, houve uma maior politização da questão agrária tanto na conjuntura nacional quanto na conjuntura internacional. Isso devido ao processo forjado pela Revolução Cubana, que pôs a bandeira da Reforma Agrária na cena política internacional, forçando as classes dominantes tanto norte-americanas quanto latino-americanas a rever sua tática em relação aos problemas estruturais na América Latina, onde reconheceram a necessidades de reformas para frear os impulsos revolucionários. Neste sentido, tem-se uma nova aliança entre o imperialismo estadunidense e as classes dominantes locais, que estão representadas basicamente pela política da Aliança para o Progresso. Esta política visa uma série de mudanças nas mais diversas áreas na tentativa de gestar uma nova classe política com qualidade capaz de derrotar os movimentos de esquerda na América Latina. Desse modo, investigamos como a FARSUL se relaciona com este campo político e como a Entidade exerce certo protagonismo na disputa das políticas da ALPRO para o Rio Grande do Sul. Além disso, procuramos também identificar o processo político da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul a partir das políticas agrárias do governo Estadual e como a FARSUL se posiciona frente estas mudanças, assim como de que maneira a Entidade procura negociar uma saída política com o Governo do Estado, pressionando o poder público para que não reconheça o papel dos movimentos sociais rurais.

No terceiro e último capítulo, procuramos analisar a luta política que a FARSUL trava em torno dos acampamentos e das desapropriações de terra feitas pelos agricultores rurais sem-terra e suas organizações políticas, com colaboração do governo do Estado. Analisamos que táticas políticas a FARSUL utilizará para dar certa unidade aos grandes proprietários, e, ao mesmo tempo, como combate o avanço das lutas sociais no campo a partir da marginalização e da criminalização dos movimentos sociais. Isso se dá de maneiras diversas, com a mescla de guerra psicológica por meio da imprensa e da Assembleia Legislativa com pressão sobre o governo estadual. Também por meio da judicialização da luta política com colaboração do judiciário e também pela violência tanto institucional, por meio das forças armadas, como por meios próprios, com a formação de grupos armados para defesa de suas propriedades e intimidação das lideranças e de empregados que participaram de eventuais

ações dos movimentos rurais sem-terra. Ao mesmo tempo, analisamos como este momento incide na construção da identidade patronal, criando novas simbologias para a classe e imprimindo centralidade para a grande propriedade rural, garantindo as condições de reprodução de classe dos grandes proprietários rurais.

Mostramos ainda como a FARSUL dá indícios da criação de um “movimento ruralista” por meio da tomada do poder político do Estado. Assim, a Entidade demonstra a necessidade de fazer novas alianças políticas para incidir nas decisões e nas políticas estatais do campo. Além disso, apontamos como os ruralistas se posicionaram diante das eleições estaduais, alertando a classe patronal para as mudanças que poderiam acarretar caso o candidato eleito não se alinhasse com suas proposições políticas.

Por fim, expomos como a luta política por Reforma Agrária no ano de 1962 recaiu sobre as organizações rurais de agricultores sem-terra e suas organizações, intensificando o processo de marginalização e criminalização da luta social no Rio Grande do Sul. Do mesmo modo, como isso se reflete na conjuntura da política nacional, onde a questão agrária passa a ter maior espaço, forjando as classes dominantes a adotarem de vez a violência como prática de Estado por meio do Golpe Civil Militar de 1964.

1 AS CLASSES DOMINANTES AGRÁRIAS E O DEBATE DE REFORMA AGRÁRIA: ESTADO, PODER E LUTA POLÍTICA

A possibilidade de realização da Reforma Agrária no Brasil nos anos 60 pela luta dos movimentos sociais do campo levou os setores da classe dominante, em especial a sua fração agrária, a rever sua tática política em relação a esta questão, pois a concretização da reforma implicaria na perda de sua fonte originária de poder, a terra. Neste sentido, procuraram se apropriar do conceito, ao mesmo tempo, acrescentam-no outras características e significados. Assim, buscam distinguir e diferenciar sua proposta indo de encontro ao que os movimentos sociais defendiam, principalmente no que dizia respeito à distribuição de terras de propriedade privada. A intenção era gerar certo consenso a respeito da Reforma Agrária entre os grandes proprietários rurais, e simultaneamente construir um campo político que englobasse outros setores sociais, que serviriam de base de apoio ao seu projeto de classe para a reforma agrária.

Neste processo de crise de hegemonia política o ruralismo viveu momentos marcantes de sua identidade enquanto classe, pois agregou um fator que ajudou a demarcar sua posição num processo mais amplo da luta de classes no campo brasileiro. Em tal conjuntura, estes agentes criaram e recriaram novos símbolos para a grande propriedade da terra e para a reforma agrária, entraram em confronto com outras classes, impondo novas contradições e antagonismos. Também afinaram-se tática e estrategicamente, identificando seu principal inimigo: os agricultores sem-terra e suas organizações rurais. A experiência de luta pela terra vivida pelos grandes proprietários tem forte ligação e presença do Estado. Essa relação será fundamental tanto nos processos de conflito quanto nos processos de negociação e participação direta na elaboração de políticas públicas para o campo, ou seja, a conquista do Estado será fator preponderante para o futuro da classe dominante agrária tanto pela via do Estado democrático de direito ou pela via do Estado ilegal⁶.

⁶Segundo Vladimir Safatle “a legalidade de todo e qualquer Estado está ligada à sua capacidade de criar estruturas institucionais que realizam a experiência social de liberdade. Ele deve, ainda, levar em conta que a própria determinação do sentido do conceito “liberdade” é objeto por excelência do embate político. “Liberdade” é o nome do que expõe a natureza conflitual da sociedade. [...] No entanto, bloquear a possibilidade política de combate em torno de processos e valores e, com isso, ignorar a natureza conflitual do vínculo social, é sempre a primeira ação de um Estado ilegal. SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura- São Paulo: Boitempo, 2010, p. 246.

Tendo em vista esses elementos, procuraremos neste capítulo descortinar e clarear alguns debates em torno do processo de luta pela terra que envolve o desenvolvimento do capitalismo no campo no período pós Segunda Guerra. Deste modo, também trazer a tona algumas discussões que envolvem a estrutura e dinâmica social das classes sociais no campo, em especial, da classe dominante agrária. Ao mesmo tempo, compreender de que forma esta classe se relaciona com o Estado e busca conquistá-lo politicamente.

1.1 A Revolução Verde como remédio do “atraso”: a Reforma Agrária em disputa

O modelo de sociedade hegemônico, no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, na conjuntura da Guerra Fria, trouxe consigo um novo constructo, o desenvolvimento, que segundo Mendonça (2009 p. 10) “gestava-se a noção de Terceiro Mundo, produzido pelos discursos/práticas desenvolvimentistas, cujos primeiros elaboradores enfatizavam não apenas o crescimento econômico, mas também a distribuição dos supostos benefícios por eles gerados”⁷. Deste modo, “todo um novo domínio de conhecimentos e experiências estava em gestação, resultando em novas estratégias para lidar com o ‘novo’ problema (MENDONÇA, 2009, p. 11)”. De modo que o discurso do desenvolvimento se respaldaria

num aparato institucional extremamente eficiente, destinado à produção de conhecimentos e ao exercício de poder sobre o Terceiro Mundo, aparato este integrado pelas mais distintas agências e agentes, que entre 1945 e 1955 não cessaram em produzir novos arranjos entre Estado, Saber e Poder. Em verdade, falar do desenvolvimento enquanto experiência histórica singular remete a criação de um novo domínio de pensamento e de ação, estruturado em torno de três eixos: a) as formas de conhecimento a ele referidas e pelas quais adquiriria experiência através de projetos; b) o sistema de poder que regula suas práticas e c) as formas de subjetividade por ele forjadas e através das quais os indivíduos se reconheceriam como “desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos”. Rapidamente, a hegemonia internacional estadunidense faria com que a guerra contra a pobreza – igualmente recém “descoberta” – adquirisse relevo visando, não apenas criar novos consumidores, mas transformar as sociedades, transformando os pobres em objetos de Conhecimento e Gestão[...] Os objetos com que o desenvolvimento começou a lidar eram numerosos e variados, incluindo desde a pobreza, a insuficiência de tecnologia e de capitais, até as práticas agrícolas “arcaicas”, bem com atitudes culturais ligados ao “atraso”. Para que os agentes pudessem identificar seus novos objetos de estudo, alguns argumentos de autoridade foram operados, mormente aqueles ligados ao papel dos intelectuais, denominados de novos “especialistas”. Dessa feita, economistas, geógrafos, educadores, agrônomos, nutricionistas, etc., elaboravam teorias, juntamente com dossiês completos sobre as cidades, regiões e

⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação Rural no Brasil: política pública e hegemonia norte-americana. História & Luta de Classes nº 7-Julho de 2009.

países visitados. O discurso do desenvolvimento, ademais procederia através da criação de “anomalias”- o “analfabeto”, o “subdesenvolvido”, o “pequeno lavrador”, etc. garantidoras das necessidades de reformas, bem como uma representação infantilizada de América Latina, uma espécie de “álibi” tanto para elaboração de “teorias da salvação”, quanto para as intervenções pragmáticas dos intelectuais especialistas, calcadas nas “ciências do desenvolvimento” e suas “sub-disciplinas”⁸.

A ideia apresentada buscava solucionar as desigualdades sociais a partir da expansão da produção⁹. Deste modo, as classes dominantes dos países de economia periférica do capitalismo recorreram à ciência para legitimar tal modelo. Isso vai ao encontro do apontado por Mészáros (2004 p.254) que, na realidade “a ciência está ligada sempre ao desenvolvimento da sociedade em cujo solo ela opera e sem cujo suporte seu progresso seria totalmente inconcebível”. O que ocorreu foi uma inversão desta lógica, em que “tudo aparece de ponta-cabeça, e o desenvolvimento imanente da ciência, surgindo das determinações misteriosas do “espírito científico”, era apresentado como “a causa primeira” do próprio crescimento social” (MÉSZÁROS p.254). A ciência, então, tornou-se o remédio do “atraso” numa sociedade marcada por forte desigualdade social e diversos conflitos de natureza política. A tarefa apresentada pelas classes dominantes para superar o subdesenvolvimento ficou restrita a ideia de modernização. Descartavam qualquer possibilidade de ampliação dos direitos sociais das classes trabalhadoras, assim como combatiam qualquer alternativa que estas pudessem apresentar via suas organizações de classe.

No entanto, o discurso e a prática de que a ciência segue um curso de desenvolvimento “independente” da sociedade reafirmou mais ainda as desigualdades sociais. De modo que, para compreender esta questão, Mészáros (2004) apresenta-nos duas indagações. A primeira remete a “que tipos de desenvolvimentos sociais foram responsáveis pela criação do atual relacionamento entre a sociedade, a ciência e a tecnologia e, como isso afeta a sobrevivência da humanidade?”; e a segunda, “como era possível reverter a tendência crescente da falta de controle da classe trabalhadora, de forma a manter a totalidade das práticas sociais dominantes, sem interferir no controle social?”. A resposta era simples, a tecnologia criada pela chamada “Revolução Verde”¹⁰, por exemplo, para atender a agricultura contribuiria para

⁸MENDONÇA, op. cit. p. 11.

⁹ Para Mészáros (2004, p. 246-247) “a expectativa falaciosa da eliminação das desigualdades sociais estruturais mediante a expansão quantitativa da produção – a ser realizada, como objetivo tranquilo e inquestionável, graças ao avanço da tecnologia -, e que tem sido tão predominante nas últimas décadas, remonta a uma fase anterior da prática capitalista de legitimação ideológica”.

¹⁰ O termo Revolução Verde segundo Mônica Cax de Brito Pereira foi “a introdução em larga escala, a partir de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedade modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós guerra, com um programa de valorização do aumento da

acelerar o processo de violência na qual os trabalhadores estavam submetidos, acentuando mais ainda a exclusão social tanto na dimensão objetiva quanto na sua dimensão subjetiva¹¹.

Deste modo, para que este discurso se tornasse legítimo, foi preciso construir mecanismos que o assegurassem como uma verdade. O cientificismo buscou isso quando fez uma mediação/fusão entre a questão social e a tecnologia. Assim, procurou resolver os problemas sociais através do uso da tecnologia criada pela ciência, ou seja, a ciência tornou-se o grande agente de transformação social.

Nesse processo, a Reforma Agrária ganhou *status* de modernizadora da grande propriedade, e isso foi realizado, segundo os grandes proprietários, juntamente com a colaboração das agências de extensão rural. Em parte isso acontecia pela ineficiência na produção da pequena propriedade, que não conseguiu acompanhar as mudanças que estavam em curso. É o que a pesquisa de Pedro Cassiano Faria de Oliveira indica sobre as práticas extensionistas rurais no Brasil no pós Segunda Guerra. Segundo o autor, os programas procuravam demonstrar que a grande concentração da propriedade da terra se dava pela falta de investimento da pequena propriedade na produção:

Com efeito a atividade extensionista produziu um diagnóstico da questão agrária brasileira muito ligado a questão do atraso da zona “rural” em comparação com o “progresso” das cidades para reforçar o argumento da modernização via aquisição de tecnologia para o aumento da produção. O censo de 1950 registrou que a maior parte da população brasileira – 68,3 – vivia na zona rural. Em contrapartida, 3% das propriedades rurais ocupam 62,35% do território brasileiro. Isso quer dizer que a concentração fundiária constatada pelos próprios extensionistas. Contudo, a forma de utilizar esses dados será para nortear os argumentos desenvolvidos da pequena propriedade sem alterar a estrutura fundiária, pois retirá-se a importância da concentração de terras, transferindo a culpa da pequena produção a falta de investimento em tecnologia consequência da baixa produtividade.¹²

produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção. PEREIRA, Mônica de Brito. Revolução Verde. In: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 685.

¹¹Para Maria Stela Grossi Porto “as mudanças tecnológicas, ao incidirem diretamente sobre o mundo do trabalho, deslocando seu caráter de centralidade enquanto organizador de um ambiente sociocultural, transformam a natureza desse social e afetam igualmente o trabalho em suas dimensões simbólica, ideológica e valorativa, dimensões fundamentais, cada uma delas, na definição de condutas e estilos de vida representação como algo unificado [...]Dois aspectos merecem ser ressaltados: a pluralidade valorativa, potencializada nestas e por estas mudanças, e sua relação com as ressignificações da violência”. PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. Tempo social; Ver. Sociologia USP, S. Paulo, 12 (1): maio de 200, p. 193.

¹² OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. Estado, extencionismo rural e grupos dominantes agrários no Brasil (1948-1974).p. 6.

Acessado em:

A tecnologia não buscou atender a pequena propriedade, mas sim implantar um modelo de tecnologia baseada na grande propriedade, excluindo e dificultando o acesso pelos pequenos agricultores e camponeses, principalmente pela dificuldade destes acessarem canais de financiamento e por estas não atenderem as suas reais necessidades. As primeiras ideias que o extensionismo rural no Brasil procurou desenvolver procedem

de um projeto de desenvolvimento do campo atrelado ao aumento da produção via tecnologia[...] era da inevitabilidade da industrialização para o desenvolvimento do país. Paralelamente, a agricultura deveria modernizar-se pois não poderia contar com um contingente de mão-de-obra, pois a industrialização forjava o êxodo rural. Para a aquisição dos insumos e maquinarias que aumentariam a produção fazia-se necessário o crédito rural, aliado a uma atividade de Extensão Rural que ensinaria o agricultor as novas técnicas agrícolas¹³.

Entretanto, não se levou em conta as contradições e os antagonismos que a sociedade brasileira iria enfrentar com este modelo de agricultura que desconsiderava a realidade de milhões de pessoas que dependiam do campo para a sua sobrevivência. O que ocorreu foi à instalação de um processo de “modernização” do campo que visou o aumento da produção agrícola por meio do uso da tecnologia, ao mesmo tempo em que a integra no processo de industrialização, objetivando apenas a reestruturação da grande propriedade por meio das tecnologias desenvolvidas pelo grande capital. Sobre este processo, Mendonça indica que os EUA tiveram grande influência nos rumos da agricultura para o chamado os países do chamado “Terceiro Mundo”:

Os anos 50 assistiram à consolidação da hegemonia estadunidense junto a todo o continente, já que a necessidade de expansão/aprofundamento de mercados externos para seus produtos e busca de novas áreas para investimentos de capitais excedentes fazia-se premente. Afinal o crescimento da economia norte-americana ainda dependia de matérias-primas baratas enquanto suportes para a crescente capacidades de suas indústrias, o que impõe concordar com as afirmativas segundo as quais “o Terceiro Mundo, longe de ser periférico, era central para a rivalidade entre as superpotências e a possível confrontação nuclear¹⁴”.

Para tanto, os setores dominantes do campo contaram com o auxílio exterior, principalmente estadunidense. Sobre isso, Oliveira destaca que “nos anos 50 os acordos binacionais entre Estados Unidos e Brasil foram se intensificando, não somente entre os governos de ambos os países, mas também em iniciativas de capital privado nas mais diversas áreas de interesse”¹⁵. Nos projetos que tangem a questão de transferência de tecnologia, estão o *Programa IV* no governo Truman (1945-1953) e o *Escritório Técnico Brasil e Estados*

:http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/pedroCassiano_estadoExtensionismoRural.pdf.

¹³ OLIVEIRA, op., cit. p. 6

¹⁴ MENDONÇA, op. cit., p. 11.

¹⁵ OLIVEIRA, op. cit. p.5.

(ETA), criado em 1954. No que diz respeito à questão da iniciativa privada, há a ação dos Rockfeller.

No bojo desta problemática, os grandes proprietários de terra se apropriaram destas formulações para resolver, em parte, seu maior problema político, a questão da reforma agrária. Para tanto - por meio da implementação da tecnologia que a ciência havia desenvolvido, sobretudo, no período posterior a Segunda Guerra Mundial - buscaram retirar da reforma agrária seu caráter profundamente transformador da realidade social. Estes irão propor que a reforma agrária não deveria mexer na estrutura fundiária da terra, mas que esta fosse de um novo tipo, que transformasse o latifúndio por meio da modernização da produção.

Os projetos de Reforma Agrária apresentados pelas entidades de classe buscavam o que Coca & Fernandes formularam a respeito de uma das três categorias de reforma agrária apresentado pelo sociólogo Antonio Garcia, a das reformas agrárias marginais. Segundo este autor:

las de las reformas agrárias marginales, que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas (relaciones, poder, sistema normativo), sino hacia representación superficial de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia las áreas periféricas y baldías, apoyándose políticamente en el sistema tradicional y en el reglas institucionales de la sociedad tradicional ¹⁶

Assim, esta “não altera sequer o regime de propriedade fundiária, criando algumas medidas paliativas ou compensatórias com o intuito de conter as pressões sociais populares por uma efetiva reforma agrária”¹⁷. As propostas apresentadas para reforma agrária são conservadoras em sua origem, pois preservam a grande propriedade e mantém o monopólio nas mãos dos setores dominantes do campo.

As propostas de Reforma Agrária que buscam unicamente na modernização uma via do desenvolvimento do campo podem ser vistas, principalmente, com relação à disputa que se deu em torno do Estatuto da Terra de 1964. Em princípio, como aponta Ramos (2009, p.28)¹⁸,

¹⁶ COCA, Estevan Leopoldo de Freitas & FERNANDES, Bernardo Mançano. Uma discussão sobre o conceito de reforma agrária: teoria, intuições e políticas de governo. História & Luta de Classes, nº8 – novembro de 2009, p. 43.

¹⁷ COCA & FERNANDES, op. cit. p. 43.

¹⁸ RAMOS, Carolina. A Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra: embates e recuos. História & Luta de Classes, nº8 – novembro de 2009.

“os primeiros estudos para a formulação do Estatuto da Terra enfatizavam a importância de vincular a terra a sua função social” que deveria apresentar “uso eficiente (como a adoção de tecnologia adequada), direto (de modo de evitar a ausência dos proprietários e má formação de contratos de trabalho) e correto (garantia de conservação dos recursos naturais) da terra”. Assim como, segundo a autora, a noção de propriedade familiar teve grande importância nas primeiras versões do anteprojeto do Estatuto, pois seria o modelo ideal para implantar a Reforma Agrária. Todavia, a atuação da CRB neutralizou a maioria destes pontos com a apresentação de sua proposta de reestruturação fundiária, na qual dizia ser favorável ao que “chamou de uma ‘reforma agrária autêntica, democrática e cristã’”. Para tanto, segundo a entidade, a Reforma Agrária deveria ser assentada primordialmente na promoção de políticas de desenvolvimento rural. Já em relação à distribuição de terras, se “deveria privilegiar as terras públicas, deixando a desapropriação por interesse social apenas em casos excepcionais e mediante indenização em dinheiro, além disso, para punir o latifúndio improdutivo esta propunha a cobrança tributária” (RAMOS, 2009, p.29).

O projeto que passou teve grande influência desta entidade, apesar de uma das principais questões não ter sido atendida, no caso, a questão da dimensão da propriedade como uma das condicionantes para redefinir o latifúndio. Contudo, o que se pode observar é que havia mudanças jurídicas implementadas ao texto final do Estatuto da Terra que implicariam uma diferenciação entre questão social e questão econômica:

a modernização da agricultura estaria estritamente voltada para o aumento da produtividade, não mais articulando a medidas de reestruturação fundiária – destinadas a resolver as tensões sociais do campo. Nesse sentido, a seção de Reforma Agrária e a seção de políticas agrícolas, presentes no Estatuto, eram apresentadas como propostas disjuntas, uma voltada para a questão social e outra voltada para a questão econômica (RAMOS, 2009, p. 13)

A modernização empregada pela classe dominante agrária afetou as relações sociais que envolviam a questão agrária, principalmente as mudanças ocorridas no mundo trabalho. Os mais afetados foram os trabalhadores, tanto do campo, quanto da cidade, pois a reestruturação produtiva empregada aumentou a sua exploração e acelerou o processo de proletarianização rural. Segundo Martins (1992, p 23) isso fez com que “os proprietários de terra rejeitaram a necessidade de fazer mudanças correspondentes e adaptativas no direito de propriedade”¹⁹. Este processo, para o autor, marca de vez o destino do país, condenando-o a modernização inconclusa e ao desenvolvimento econômico excludente. Do mesmo modo,

¹⁹ MARTINS, José de Souza. A Reforma Agrária e a Luta do MST.- Petrópolis RJ:Editora Vozes. 1992.

através do conhecimento “especializado”, são reproduzidos paradigmas importados que atentam para a expropriação dos trabalhadores rurais de seus saberes, tornando-os alvos fáceis da disciplinarização imposta pelo capital (MARTINS, 1992). Ao mesmo tempo, há um “deslocamento do conflito de classe da cena real, para o âmbito de uma reeditada dicotomia entre “arcaico” versus “moderno” (MARTINS, 1992, p. 12).

A partir do exposto acima, para compreender o processo de modernização da agricultura, partimos do princípio de que foi preciso entender como se deu sua legitimação a partir da ideia de fusão entre a tecnologia e a questão social e como a Reforma Agrária se inseriu nesta discussão. Ou seja, a Reforma Agrária deveria ter em si esta concepção, deveria expressar estas ideias. Segundo Veiga (1998, p. 8) “desde o final da Segunda Guerra Mundial a Reforma Agrária passou a ser um dos elementos essenciais das estratégias de desenvolvimento econômico. Todas as organizações internacionais, a começar pela ONU, incentivam sua realização”²⁰. Neste contexto, há uma unanimidade quanto à tese de que a Reforma Agrária é requisito essencial do desenvolvimento econômico e social. Contudo, essa questão como nos mostra Santiago apud Pereira (2012) só ganhará este apoio devido ao avanço das lutas sociais no campo, levando os setores conservadores tanto norte-americanos como latino-americanos a disputarem qual concepção é mais adequada para a Reforma Agrária²¹.

A modernização, neste contexto, serviu de contraponto às propostas de Reforma Agrária no âmbito da esquerda brasileira ao longo dos anos 1950-1960, segundo Alentejano (2012, p. 478), “de acordo com os defensores da modernização, seria possível desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem distribuição da terra, contrariamente ao que defendiam os partidários da Reforma Agrária, para quem a democratização da terra era condição indispensável para o próprio desenvolvimento da agropecuária brasileira”²². Portanto, essas mudanças empregadas no campo tiveram como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva Reforma Agrária, de modo que sua premissa “consistiu na afirmação do desenvolvimento do capitalismo no campo

²⁰ VEIGA, José Eli. O que é Reforma Agrária- 14ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

²¹ SANTIAGO, Vandek. IV – Francisco Julião, as ligas e o Golpe Militar de 1964 (2004). In: STEDILE. A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 157-186.

²² ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. IN: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

com a manutenção da estrutura fundiária (ALENTEJANO, 2012, p. 478)”. Do mesmo modo, não podemos compreender essas ações modernizantes sem entender o papel do Estado como indutor das mesmas. De tal forma, segundo o autor, ações modernizantes isoladas já se evidenciavam desde os anos 1950 na agricultura brasileira, mas somente foi possível falar de um processo de modernização após o Golpe de 1964 com a instauração da ditadura, pois foi a partir daí que uma série de ações coordenadas foram empreendidas para impulsionar tal processo (ALENTEJANO, 2012). Assim, a modernização da agricultura brasileira:

Não pode ser compreendida sem a indução do Estado, pois ele criou as condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, um sistema de pesquisa e extensão voltado para impulsionar o processo de modernização e as condições financeiras para viabilizar este processo. A essência dessa modernização técnica da agricultura brasileira que nega a necessidade da Reforma Agrária é uma aliança do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob o generoso patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado (ALENTEJANO, 2012, p. 478).

Assim, para entender este processo de disputa do modelo de Reforma Agrária, é necessário compreender qual o papel do Estado diante desta conjuntura. Para tanto, apresentaremos algumas contribuições sobre como pensar o Estado nos processos de luta política.

1.2 Estado e luta política

Os processos de luta política em torno do Estado, sobretudo nos anos 60, marcam profundamente a história brasileira. O conflito entre classes gerados ao longo desse processo trará mudanças na cultura política das classes dominantes do período, sendo principalmente influenciadas por uma conjuntura onde não era mais possível negar a existência dos problemas sociais, era preciso apresentar algum tipo de solução viável sem mexer nas fontes originárias de poder, mas que, ao mesmo tempo, pudesse amenizar e frear as lutas sociais que tanto afligiam. Este quadro havia se instalado principalmente após a Revolução Cubana, forçando uma nova tomada de posição dos setores dominantes tanto da América Latina quanto nos EUA. Aqui começa a ser gestada uma nova estratégia entre o imperialismo norte-americano e as classes dominantes na América Latina, na qual buscam amenizar e reduzir a influência das ideias que contestavam o poder dominante desses setores. Para isso, precisavam educar e criar uma pedagogia capaz de forjar uma nova cultura política para os setores identificados com seu projeto. Sobre esta questão, Martins & Neves (2012 p. 538-539)

nos trazem a luz o conceito de *Pedagogia do Capital* que de acordo com estes autores foram “as estratégias de dominação de classe utilizadas pela burguesia a fim de obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista (capitalismo nos séculos XX e XXI)”²³. Estas estratégias de educação política são denominadas como pedagogia da hegemonia.

Segundo Martins & Neves (2012, p. 539), as estratégias são realizadas diretamente pelos intelectuais orgânicos singulares e coletivos da burguesia, “mediante políticas públicas que, de modo geral e específico, expressaram o papel central das frações da classe dominantes no ordenamento das instâncias executivas e legislativas de aparelharem estatal no capitalismo”. Do mesmo modo, os agentes deste processo passam a formular e a difundir ideias, valores e práticas do projeto capitalista de sociedade em seus diferentes momentos históricos, ao mesmo tempo, tem sua capilaridade nas organizações internacionais, nacionais, regionais e locais (MARTINS & NEVES, 2012).

Já com relação ao seu objetivo principal, os autores apontam que a ideia era criar uma conformação moral e intelectual do conjunto da população estabelecendo um padrão de sociabilidade (ou modo de vida) que atente positivamente para às necessidades de crescimento econômico e de coesão social (MARTINS & NEVES, 2012). Além disso, tem papel em educar as frações de classe subordinadas da classe dominante, de modo, a “torná-las co-responsáveis pelo projeto político do capital em seu conjunto, assim, tornando-a mais coesa e orgânica” (MARTINS & NEVES, 2012, p. 539)²⁴. Analisando estas questões, podemos observar que estas estratégias não irão dispensar o uso da força, apesar de a coerção e o consenso serem estratégias de dominação específicas e inerentes ao processo de dominação capitalista.

Assim, para entendermos os delineamentos específicos da pedagogia da hegemonia e como isso se liga ao que estamos procurando desenvolver nesta pesquisa histórica, apontamos

²³ MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Pedagogia do Capital* IN: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012

²⁴ Sobre a coesão das classes dominantes, Konrad indica que não podemos abrir mão de estudar os conflitos no interior das classes dominantes, de modo, que estes conflitos “tendem a ser dirimidos e a repressão para com as classes dominadas e os trabalhadores aumentadas, quando estas se contrapõem à hegemonia política do processo em curso”²⁴. KONRAD, Diorge Alcenio. *A historiografia do trabalho no Rio Grande do Sul pós-1930*. Anais Encontro Estadual de História: Cruzando Fronteiras entre o Nacional e o Regional – Santa Maria RS: 2010, p. 2.

como se deu este processo, sobretudo, no período imediato ao pós- guerra, em 1945. Neste período, foi possível verificar segundo Martins & Neves (2012, p.540) que:

A pedagogia da hegemonia foi delineada para afirmar a suposta superioridade do *capitalismo* ante o *socialismo*. No plano mais geral, buscou assegurar um amplo senso comum acerca da sociabilidade burguesa. As estratégias foram estabelecidas para difundir o modo capitalista de vida como sinônimo de liberdade, prosperidade e felicidade. Coube aos intelectuais orgânicos da classe dominante ordenar os aparelhos culturais e políticos (o cinema, o teatro, os jornais, as revistas, a publicidade, a escola, os sindicatos e associações patronais, os partidos políticos identificados com o projeto da burguesia) para disseminar de forma orgânica as referências morais e intelectuais compatíveis com a modernização conservadora da sociedade capitalista.

No que tange ao plano mais específico, diante da pressão dos sindicatos operários, dos partidos políticos e dos movimentos sociais identificados com os trabalhadores, a classe dominante buscou “assimilar de forma subordinada algumas demandas econômicas, sociais e políticas dos dominados sem, contudo, alterar os fundamentos de seu projeto de sociedade” (MARTINS & NEVES, 2012, p. 540).

O projeto hegemonizado pelas classes dominantes só foi possível devido às correlações de forças²⁵ existentes no conjunto da sociedade, tanto sociais quanto políticas. Do mesmo modo, esta situação política deve ser analisada levando em consideração alguns condicionantes da realidade concreta. Como apontado por Harnecker nos estudos sobre Lenin, é necessário observar quatro aspectos para compreender como estas forças se enfrentam e como elas se relacionam: Quais são essas forças? Como estão agrupadas umas com as outras? Que posições ocupam nesta conjuntura? Como atuam?²⁶. Em paralelo, a leitura de Gramsci (2012, p. 24) traz algumas considerações a este respeito, segundo o filósofo italiano “ocorre na arte da política o que ocorrer na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode se dizer que um Estado vence uma guerra quando se prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz”. Dois fatores são preponderantes na disputa da hegemonia, a “tranquilidade interna” e o grau e a intensidade da função hegemônica que o

²⁵ Para Marta Harnecker “o conceito mais rigoroso seria o de “correlação de forças sociais” já que a análise se situa no terreno da conjuntura política. Contudo, dia a autora não é mais conveniente, porque pode ser confundido com outro conceito seu, que tem um significado muito diferente: o de correlação de forças. A “correlação”, isto é, a tendência a variar simultaneamente, no primeiro caso se refere à forma como as diferentes forças sociais se agrupam umas em relação as outras e às variações que se produzem nessa situação[...] por outro lado, também se refere à força ou à capacidade que cada uma tem para impor seus interesses de classe em uma conjuntura determinada, capacidade que está intimamente ligada à capacidade que as outras classes têm para fazer o mesmo. HARNECKER, Marta. *Estratégia e Tática*. 2º ed-. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 25-26.

²⁶ HARNECKER, op. cit, p. 14.

grupo social dirigente tem para enfrentar as ameaças ao seu poder. Assim, para compreender o significado de como se dá a criação de novas relações de força neste processo, precisa-se levar em consideração o “dever ser” no sentido político. Isto é, “o político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva”. (GRAMSCI, 2012, p. 35). Assim, é necessário tomar a realidade como algo em contínuo movimento e com mudança de equilíbrio. Para que de fato isso possa ser algo transformador e não estático deve-se:

Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, “o dever ser” é algo concreto, ou melhor somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política (GRAMSCI, 2012,p. 35)

Para obter uma análise mais concisa da relação de forças que atuam na história, Gramsci buscou desenvolver alguns pressupostos que procuraram dar conta desta problemática. Primeiro, que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e se desenvolver. Segundo, que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (GRAMSCI, 2012). Então, o que está posto é que “nenhuma formação social desaparece antes que desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes que amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência” (GRAMSCI, 2012, p. 26). Para tanto, devemos observar a “relação de força” em diferentes sentidos e em diversos momentos para entender o que é fundamental diante de um processo de disputa de hegemônica.

A partir das formulações gramscianas sobre a relação de forças sociais, observa-se que estas podem ocorrer de diversas maneiras. Primeiramente, se dão independentemente da vontade dos homens e com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção; têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção. Por conseguinte, no que tange sobre a relação das forças políticas, é possível observar a importância de compreender a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançada pelos vários grupos sociais. Ao mesmo tempo, este momento deve ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora.

Deste modo, pode-se indicar alguns pontos que devem ser vistos neste processo: 1) O econômico-corporativo, onde há uma unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, contudo, não há ainda a unidade do grupo social mais amplo; 2) No momento seguinte, é quando esse atinge a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Aqui se põe a questão do Estado, contudo, apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, buscando o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-la ou de reformá-la. Por conseguinte, passa-se então a um terceiro momento, com o qual superam o círculo corporativo, buscando incorporar seus interesses a outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2012). Desta maneira, temos aqui a fase mais estritamente política que Gramsci aponta como sendo

a passagem nítida da estrutura para a esfera da superestruturas complexas, ou seja, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transforma em partido, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano universal, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma séries de grupos subordinados²⁷.

Dessa maneira, para o pensador italiano, o Estado aparece como um organismo próprio de um grupo, assim, se destina a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Contudo, esse desenvolvimento e expansão, para o autor, são concebidos e apresentados

como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem²⁸.

Deste modo, para entendermos melhor esta relação dos grupos dirigentes com o Estado apontamos aqui a concepção gramsciana do conceito de *Estado Ampliado*, em que, segundo Sônia Regina Mendonça, são resgatados os conceitos de sociedade civil e sociedade política, porém de modo redefinido:

O que se desdobra no conceito de Estado ao qual denominou Estado Ampliado já que para ele, é impossível trabalhar com uma lógica dual para entender o Estado capitalista do século XX. Para compreender o Estado, enquanto uma relação é necessário operar com uma visão triádica, ao qual engloba três níveis de percepção

²⁷ GRAMSCI, op. cit., p. 41-42.

²⁸ GRAMSCI, op. cit., p. 42.

da realidade; a) infra-estrutura- que tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia, simplificada e falando; b) sociedade civil – conjuntos dos indivíduos nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/ pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente; c) a sociedade política – ou “Estado em sentido restrito, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências de poder público, propriamente dito”²⁹.

Neste sentido, como aponta Bobbio (1999 p. 47), que o Estado para Gramsci “é o representante não de interesses universais, mas particulares; não uma entidade superposta à sociedade subjacente, mas é condicionado por esta e, portanto, está a ela subordinado; não é uma instituição permanente, mas transitória, destinada a desaparecer com a transformação da sociedade que lhe é subjacente”³⁰. Assim, ao fazer as análises a este respeito percebemos que Sociedade Civil e Estado não são dicotômicos um ao outro. Além do mais, expressam as vontades da classe que hegemoniza o poder. Assim, aproximando estes elementos teóricos do que esta pesquisa procura desenvolver, ao estudarmos as classes dominantes agrárias percebe-se que devemos levar em consideração os elementos que compõem sua estrutura de poder e como se dão as mediações para que esta se mantenha hegemônica politicamente. No entanto, não podemos esquecer os antagonismos e as contradições que isto gera no conflito intra e entre as classes, e que este é um elemento que determina como irão se dar as relações de força, tanto políticas quanto sociais, para a burguesia agrária. Tendo em vista esses elementos, como estes sujeitos se comportam diante de toda esta problemática? De que forma se apresentam suas alianças políticas e como estes buscam construir o diálogo com a sociedade na busca de legitimação de seu projeto de poder?

Para Heinz (1991, p. 41) o que ocorre, por exemplo, no caso mais específico do Rio Grande do Sul, em especial à FARSUL, nos primeiros anos de atuação final dos anos 20 até os anos 50, é que “a representação política dos grandes proprietários fundiários gaúchos revela sua presença política dominante, sobretudo ao posicionar-se imediatamente próxima ao poder do Estado, deste modo, constitui-se em característica indissociável das formas de representação de grandes proprietários”. Já nos anos 60 esta representação estadual dos grandes proprietários fundiários, ainda então hegemônica pelos interesses dos pecuaristas, se incorporou involuntariamente “à uma estrutura de representação política definida fora dos seus limites habituais de atuação, ao nível nacional, e que propugna uma equivalência formal

²⁹ MENDONÇA, Sônia Regina. Economia e política na Historiografia brasileira. Publicado originalmente Antropolítica. Acessado em 30/06/2013 em:

http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/art01_mendonca_economiaepolitica.pdf

³⁰ BOBBIO, Norberto. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

da representação dos grupos sociais perante o Estado (HEINZ, 1991, p. 49)”. Assim, indica o autor:

Em nosso entender, tanto a constituição da FARSUL como entidade de representação estadual dos grandes proprietários fundiários, nos anos 20, quanto o posicionamento público da entidade acerca do problema fundiário da Reforma Agrária, nos anos 60, constituem-se em momentos privilegiados de produção de experiências sociais e políticas de grandes proprietários fundiários no Rio Grande do Sul. Estas experiências sociais e políticas são referências históricas fundamentais às formas de representação política produzidas pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul em períodos recentes, sobretudo aqueles que envolvem o processo de Reforma Agrária na “Nova República”³¹.

O que podemos ver neste processo é que no espaço agrário há um espaço de relações, ou seja, essas relações são constituídas tanto pelos seus agentes sociais quanto pelos demais agentes que constituem o espaço social, sejam classes e grupos opositores, ou instituições sociais. Assim, para analisarmos essa problemática é preciso compreender como se dão estas práticas, configuradoras das estratégias de reprodução social, segundo Ramos (1995, p. 24) “não ocorrem de forma isolada e nem previsível, mas estão relacionadas com os demais agentes que por, também objetivarem a manutenção de suas posições, acabam constituindo um campo de luta”³². Deste modo, a autora sinaliza que “dadas as condições, no campo de luta, marcadas pela distribuição dos diferentes capitais, aos quais constituem as diferentes posições dos agentes, e as práticas dos opositores, ocorrerão alterações nas estratégias de reprodução da classe” (RAMOS, 1995, p. 24).

Para avançar nas análises sobre o papel da correlação de forças entre as classes sociais é preciso fazer algumas indicações sobre a maneira como se entende nesta pesquisa a questão do conceito de classe e de consciência de classe, de modo que nos possibilite encontrar alguns pontos centrais para um melhor entendimento do que pretende-se desenvolver nos capítulos seguintes. São três pontos principais: como se formam as classes sociais, como se forma a sua consciência e como o conceito de luta de classes é central neste processo. Além disso, será apontado como se forja a estrutura e a dinâmica das classes sociais no campo brasileiro.

³¹ HEINZ, op. cit., 49-50.

³² RAMOS, Marília Patta. O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: Um estudo sobre os integrantes da UDR. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 1995.

1.3 Classe e Consciência de Classe: a luta de classes como significante da identidade social

As referências sobre o conceito de classe e consciência de classe que se utilizará nesta pesquisa se baseiam nas análises de Edward Thompson. Segundo o autor, a análise a respeito das classes deve partir da seguinte afirmação: “classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, como se unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista”. (THOMPSON, 2001, p. 260) ³³. Para o historiador inglês, se a classe para se identificar enquanto tal precisa reconhecer-se, construir a sua identidade, neste sentido, é um processo bem amplo e não há como determiná-lo. Portanto, não existe um modelo de formação da classe, este deriva de “processos sociais através do tempo”³⁴. Assim, “conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista”³⁵. O que isso mostra é que para reconhecermos esta categoria histórica, temos que procurar “teorizar este fenômeno como uma teoria global das classes e de sua formação, esperando encontrar algumas regularidades, erros “estágios” de desenvolvimento” (THOMPSON, 2001, p. 261). A consequência disso é que a teoria prevaleceria sobre o fenômeno histórico, e isso levaria a pensarmos esta categoria como uma categoria estática, pois ao fazer isso a estaria negando enquanto categoria histórica. Entretanto, esta categoria histórica pode, para fins metodológicos, tentar traçar semelhanças e diferenças nos diferentes processos de formação das classes. Não tomar essa como uma “teoria geral das classes”, mas reconhecer que a soma destas especificidades pode sim levar a distinguirem-se caminhos que cada processo histórico desenvolveu para as distintas formações das classes.

Desse modo, é de grande relevância para os processos formativos das classes, ainda hoje, entender que a sua formação não se dá de uma única maneira, fixa, ela tem variantes no decurso da história e ocorre de maneiras distintas em cada realidade. Isso, talvez, seja o maior desafio, entender que não existe um modelo pronto e acabado de desenvolvimento social classista.

³³ THOMPSON, Edward P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.SP. EDUNICAMP, 2001.

³⁴ THOMPSON, op. cit. p. 270

³⁵ THOMPSON, op. cit.p. 270.

Neste sentido, Thompson, quando desenvolveu sua análise sobre a relação entre ser social e consciência social, principalmente quando aponta as variantes que podem ocorrer nesta relação e como isso ajuda a pensar a questão da classe e de sua consciência, verificou que “há um sem números de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Nesses contextos, não se pode conceber o ser social à parte da consciência social” (THOMPSON, 1995, p. 261). Ou seja, nem sempre o ser social e consciência social estão separados entre si. Não é uma regra geral de análise onde um prevalecer sobre o outro. Assim, para melhor entendermos esta relação o autor diz que “a pressão do ser social sobre a consciência social se revela, não tanto por meio da clivagem horizontal base e superestrutura, mas por meio de a) congruências, b) contradição, c) mudança involuntária” (THOMPSON, 1995, 262). O primeiro corresponde às regras necessárias, as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas vivem relações produtivas particulares. O segundo, diz respeito ao conflito entre o modo de vida e as normas da comunidade local e ocupacional daqueles da sociedade “envolvente”. Por fim, pelas mudanças ulteriores na tecnologia, demografia e por aí vai (a vida material) (THOMPSON, 1995).

Deste modo, só poderemos entender os processos de mudança social quando confrontarmos nossas análises históricas com estes distintos processos. Portanto, como bem mostrou o historiador inglês, a transformação histórica acontece não por uma dada “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionados nas ações, escolhas e crenças humanas (THOMPSON, 1995, 262). Para tanto, o autor apresenta um conceito chave sobre esta questão ao frisar que não podemos analisar classe sem analisar o conceito “luta de classes”, pois a “luta de classes” é o conceito prioritário por ser mais universal, além de ser um conceito histórico, pois implica um processo” (THOMPSON, 1995, 274). O seu conceito denota que:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade, estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, a fazer a descoberta de sua consciência de classe (THOMPSON, 1995, 274).

O historiador inglês procura, dessa forma, caracterizar que classe e consciência de classe são sempre o último, e não o primeiro degrau de um processo histórico. A questão

colocada é que não “podemos falar de classe sem que as pessoas, diante dos outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural) entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes” (THOMPSON, 1995, 274).

Com isso, pode-se verificar que, para a identidade ser constituída, tem que se levar em conta esse conflito que ocorre entre as classes. A identidade de classe nasce em oposição a outra classe, só consegue se ver quando ela reconhece o outro, o que é diferente a ela. Desse modo, aqui esta o ponto central para compreender como se dá o processo formativo da classe e de sua consciência. Esta somente existe enquanto classe quando passa a negar a uma outra classe, ou seja, não existe historicamente sem que haja outra classe diferente da qual ela faz parte, que assuma valores, ideias e práticas culturais e políticas diferentes das quais ela cultiva.

O que fica evidente com isso é que a identidade da classe só se dará a partir das relações que estas vão estabelecer tanto intra classe quanto extraclasse, e os movimentos que cada uma fará poderão deixar mais claro, ou então ocultar mais ainda a identidade de classe. Neste sentido, isso demonstra o quanto o processo de formação de classe está intimamente ligado ao processo de luta de classes e da disputa de poder de uma classe sobre a outra. Sem entendermos esses dois processos, dificilmente realizaremos uma análise mais aprofundada desta questão, pois os movimentos que ambos realizarão na luta de classes de alguma forma irá descortinar suas diferenças e antagonismos.

O modo como a luta de classes se desenvolveu no processo histórico é que explica como se dará o processo de formação da classe e de sua consciência. Na medida em que as relações entre classes e intra classes vão sendo mais bem demarcadas, tornam-se mais visíveis as diferenças e as semelhanças das classes e também sua complexidade. Neste sentido, apontamos a indicação que Bogo (2010 p. 28) faz sobre a categoria dialética “unidade e luta dos contrários”, onde diz que a “identidade no seu específico sempre se contrapõe a outra identidade que é seu oposto, porém com contradições antagônicas e não antagônicas e, que estas são qualitativamente distintas e necessitam de métodos distintos e momentos distintos, para que sejam resolvidas”³⁶. Este movimento, segundo o autor “se relaciona com o movimento das negações constantes seja na sua contradição principal seja nas demais

³⁶ BOGO, Ademar. Identidade e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.28.

contradições” (BOGO, 2010, p. 29). De modo que este processo não poderá ser superado de forma plena onde todas as contradições sejam apagadas ou superadas completamente, o que ocorre é que “agora elas ganham novas características e os seres sociais fazem surgir uma nova cultura com qualidades também diferentes [...] é na realidade presente que se abre a possibilidade das negações presentes”. (BOGO, 2010, p. 29).

Pode-se agora fazer alguns apontamentos sobre a estrutura e a dinâmica da classe dominante agrária brasileira. Neste sentido, para um melhor aprofundamento desta questão, temos que compreender principalmente a posição que esta fração de classe ocupa num processo mais amplo da luta de classes no Brasil, como ela se constitui ao longo do processo histórico e que papel esta tem na construção na relação com o poder. Além do mais, como os movimentos sociais que lutaram em defesa da Reforma Agrária se ligaram a esta formação histórica e relacional.

1.3.1 Estrutura e dinâmica social da classe dominante agrária no Brasil

Ao avaliar as relações de produção na agricultura brasileira, percebe-se que a forma como se constituíram essas relações ao longo do processo histórico brasileiro também constroem diferentes constituições identitárias para os grandes proprietários de terras. Os estudos de Wrigt (2012) indicam que as relações de produção apresentam diferentes aspectos. Primeiro, nas relações proprietário-trabalhador são encontradas relações mercantis, onde coincide a situação do trabalhador e do proprietário, no entanto, também encontramos com frequência a mesma pessoa, engajada nas mais variadas formas de relação de trabalho, seja como assalariado, seja como parceiro, seja como arrendatário. Já por outro lado, indica o autor, existem numa mesma propriedade os mais variados tipos de exploração. Assim, neste caso, é necessário fazer uma análise mais aprofundada do conjunto destas relações, indicando quais as contradições postas entre a relação trabalhador proprietário (WRIGT, 2012)³⁷.

A contradição que se constitui a partir das relações de trabalho é um dos elementos mais importantes, mas não o único, quando se analisa a identidade de classe. No seio dessa contradição, se encontra a constituição dos conflitos e a construção de afirmação de uma classe sobre a outra. Portanto, a classe só se constituirá enquanto tal, na medida em que essas

³⁷ WRIGTH, Paulo. Contribuição ao aprofundamento da análise das relações de produção na agricultura brasileira-1971. In: STEDILE & ESTEVAN. A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda- 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

relações de produção no campo se tornarem mais complexas e exporem essas contradições de maneira mais aguda e objetiva. De tal modo, o processo de modernização da agricultura que se instalou no Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial acirrou ainda mais estas contradições, ou seja, elas se tornaram cada vez mais evidentes, principalmente porque a relação entre trabalhador e proprietário também se transformou na medida em que estes trabalhadores reconheceram também seu espaço político e social classista, passando a se organizar e lutar pelos seus direitos, essencialmente em dois sentidos: pelas conquistas de seus direitos trabalhistas e pelo acesso ao uso da terra através da luta por Reforma Agrária. O que Ianni (2012) observou sobre a constituição do proletariado rural no Brasil foi que:

Enquanto proletário, o trabalhador rural está prática e ideologicamente divorciado dos meios de produção[...] Quando organizam-se e se consideram como categorias diferentes. No nível ideológico, generaliza-se o reino do valor de troca. Ou seja as relações de produção passam a ser compreendidas e avaliadas com maior clareza, como as relações mercantilizadas ou mercantilizáveis. Neste contexto, o trabalhador aparece como uma classe política que tem consciência política mais autônoma, como “classe para si”.³⁸

No contexto no qual esta relação torna-se mais visível, ocorre o que Santos (1994) chamou atenção em seus estudos sobre a modernização da agricultura no Brasil. Segundo o autor, no espaço agrário “ocorrem lutas para definir quais propriedades eram pertinentes, cujo embate central residiu nas formas de apropriação e de uso da terra. tais lutas se desdobram por estruturas mentais, ou cognitivas, sendo que os detentores das diferentes posições sociais nas estruturas objetivas desencadeiam lutas simbólicas pela legitimação de seus interesses específicos (SANTOS, 1994, 47)”. Deste modo, ocorrem algumas transformações que:

Constituem-se, assim, tanto por estruturas objetivas quanto por estruturas mentais, relações de força no campo dos conflitos sociais e por lutas. Em termos polares, vamos identificar no conjunto desse espaço de lutas, por um lado, formas de dominação, e, por outro lado, formas de subversão da ordem social. Como resultado dessas lutas sociais, configuram-se estruturas de poder no campo de conflitos agrários, assim como práticas sociais que buscam transformar o feixe de possibilidades da história agrária brasileira³⁹

Esta relação não se dá unicamente nas relações de produção, mas também nas relações sociais como um todo, como afirma Ramos (1994, p.41) “na produção dessas relações inseridas numa totalidade”. Nesta perspectiva podemos observar a partir dos estudos da autora que o espaço das contradições se amplia, de modo que se pode tanto manifestar na esfera de produção (não restrita à relação capital/trabalho), como também na esfera de reprodução

³⁸ IANNI, Octavio. A formação do proletariado Rural no Brasil-1971. In: STEDILE & ESTEVAN. A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda- 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 146.

³⁹ SANTOS, José Vicente Tavares. Efeitos sociais da modernização da agricultura. Uberlândia: História & Perspectivas, n° 10, 1994, p. 47.

social (RAMOS, 1994). Deste modo, isto coloca a questão de classe num sentido mais amplo, não só ligado à posição desta nas relações de produção, ou seja, “a consciência de classe ou identidade de classe ou identidade social se constrói a partir de outras dimensões que não exclusivamente aquelas”. (RAMOS, 1994, p.41).

Os conflitos entre as classes rurais estão ligados a vários fatores que contribuíram para que a terra se constituísse ao longo da história do Brasil como fonte originária de poder. Essa história se deu por diferentes origens; pelos processos de doação das Sesmarias; pela herança familiar, pela doação inter-vivos, pelo matrimônio entre famílias proprietárias ou não, como também entre constituintes de uma mesma família; e pela compra por parte de agentes ou não de antigos proprietários (RAMOS, 1994 p. 37). Essas possíveis origens identificadas constituem uma gama de estratégias utilizadas pelos agentes rurais como forma de aquisição de suas propriedades. De modo que essas transcendem a esfera da produção econômica, implicando também nas produções simbólicas do uso da terra. A propriedade da terra, neste sentido, não é somente um fator de produção, mas também produz símbolos e influencia nas práticas coletivas dos diferentes agentes sociais que envolvem o meio rural ⁴⁰.

A relação com a terra pelos diferentes agentes sociais traz uma implicação na luta de classes no campo, pois, à medida que este poder de dominação é contestado, se recriam novas apropriações do uso da terra, neste caso, a Reforma Agrária tem papel essencial na mudança de comportamento das classes sociais. Forçam os agentes sociais a pensarem novas estratégias de reprodução, assim, obrigando-os a tomar medidas que deem uma nova configuração a sua classe. A luta por Reforma Agrária, deste modo, torna-se um elemento aglutinador dos agentes que ainda não estão esclarecidos de seu papel político enquanto classe.

No plano das construções das identidades rurais Moreira (2007, p. 74) diz que “a ideologia da modernização apoia-se na crença da superioridade do pensamento científico, na neutralidade da ciência e no progresso técnico”⁴¹. O domínio da hegemonia burguesa no campo vai se apoiar neste discurso, buscando legitimar seu projeto político para se afirmar enquanto agente histórico desta transformação, passando a investir todo seu domínio simbólico sobre a categoria “Reforma Agrária”, vai disputar seu significado na tentativa de que a grande propriedade não perca centralidade neste processo.

⁴⁰ Idem cit. 113 p. 75.

⁴¹ MOREIRA, José Roberto. Terra, poder e território. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 74.

A questão colocada neste processo torna pertinente destacar o debate a respeito da estrutura, da composição, do lugar e das dinâmicas das classes, dos grupos e dos atores sociais que compõem o meio rural no Brasil, para isso, destaca-se aqui as contribuições dos estudos de Gehlen (1994)⁴² que procura indicar alguns fatores da composição social do meio rural. Segundo o autor, ao resgatar as lutas sociais agrárias, particularmente a da terra, se desvela a complexidade em que se eclodem estas lutas, pois pouco se sabe sobre as características dos movimentos sociais agrários, assim como as particularidades dos processos de elaboração ideológica, cultural e política a eles ligados. De tal modo, as contradições inerentes aos interesses em si das classes e grupos sociais, se expressariam “por formas específicas no meio rural e neste, através de relações particulares com a terra, que se apresenta como um espaço de relação e de poder [...] a terra ocupa lugar central, quer como campo de e em disputa do poder, quer como criação e afirmação social” (GEHLEN, 1994, p. 155).

Para Gehlen, a terra é lugar primordial na história da formação da sociedade brasileira, ou seja, os grupos e classes sociais de alguma maneira são pautados pelas raízes agrárias, embora esse fenômeno seja menos presente hoje do que no passado. Contudo, não se pode excluir desta constatação tanto os proletários quanto alguns outros “grupos urbanos”, porque grande parte destes trabalhadores tem origem familiar ou referência cultural na terra, em muitos casos a exclusão faz parte de sua experiência histórica, por esses, durante a sua vida, terem vivenciados processos de expropriação ou de expulsão (GEHLEN, 1994). A partir destes apontamentos sobre a terra como espaço mediador de relações, é preciso compreender duas das concepções definidoras desta relação e do poder, que são construídas historicamente, que aos se confrontarem fundamentam tipos sociais com interesses específicos no meio rural em referência: a terra como uma fonte de poder e a terra como espaço de trabalho, necessário para a produção e reprodução da vida.

A primeira concepção considera a terra como uma fonte de poder e a usa como meio especulativo, tanto é que elabora certo arcabouço filosófico orientador e legitimador tanto do comportamento social de classe, como do comportamento privado. Seu poder está na propriedade da terra, legitimada por norma jurídica (legal), de modo que os grandes proprietários detêm poder absoluto sobre a terra, benfeitorias e pessoas ligadas a esse bem. Sua origem histórica, segundo Gehlen, possibilitou a emergência do latifundiário e a

⁴² GEHLEN, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do Sul. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, v. 6, 1994.

constituição da oligarquia agrária, e isso só foi possível pela forma de ocupação do território, para quem o espaço a terra significa a manutenção de ou a privilégio, “uma espécie de investidura no poder [...] para isso se apropriou de grandes extensões territoriais” (GEHLEN, 1994, p.157). O autor identifica também alguns processos que marcariam a queda de hegemonia política dessa classe, que se dá principalmente após a Revolução de 1930, quando essa perde formalmente o seu poder político. De modo que, para sobreviver, terá que criar novas estratégias de articulação e de aliança políticas e econômicas entre burgueses e latifundiários, que darão sustentação ao seu domínio. Essas vão exercer forte influência sobre as políticas agrícolas e serão aliadas das forças de controle social do Estado. Assim, a classe dominante agrária aceitará pactos que a relegam crescentemente a uma situação de subordinação aos interesses burgueses, contudo, manterá sua fonte originária de poder, a terra (GEHLEN, 1994).

A segunda concepção trata a terra como espaço de trabalho, necessário para a produção e reprodução da vida. Esta perspectiva se dá em níveis diferenciados, com dispersão dos interesses e das forças motoras, nelas estão aglutinadas organizações classistas, como sindicatos, associações e movimentos sociais. Em decorrência disso, a gestação de um “projeto” carece de consenso, pois há forte heterogeneidade social aliada ao fraco poder de acumulação desses produtores, “se exprime nas condições gerais de vida e resulta de causas diversas, entre outras, as diferentes condições de inserção no meio” (GEHLEN, 1994, p.163).

A partir destes apontamentos, é preciso analisar a terra como campo da luta de classes, de modo que se tenha a compreensão da dinâmica das relações de classe, ou seja, como diz Gehlen (1994) da “dialeiticidade da práxis cotidiana entre as classes”⁴³. Para o autor, essa práxis esta marcada pela confrontação direta ou mediatizada por instituições sociais que revela a força real e a dimensão estrutural, pois se exprime através de mecanismos culturais, sociais, econômicos e políticos. Além disso, revela também uma dimensão subjetiva, resultado da interiorização de suas condições de existência tantos por atores individuais quanto por atores coletivos. Assim como, estas dimensões são simultâneas, e seu significado tem origem nas representações sobre a vida e sobre a sua experiência histórica (GEHLEN, 1994).

⁴³ GEHLEN, op. cit. p. 169.

Neste sentido, a modernização da agricultura ocupa papel central neste processo, pois trouxe consigo relações conflitivas, por um lado envolveu atores e grupos sociais que constituíram forças com diferentes interesses econômicos, sociais e culturais. Estes interesses se articulam como “vontades” políticas e são expressas num projeto para a sociedade. Este projeto assume diferentes características, pode visar renovar a dominação e reforçar o sistema vigente, quando de classes dominantes. Desse modo, não exclui a possibilidade de reformas e até incorporam reivindicações ainda não atendidas. Do outro lado, pode rejeitar a dominação, recriando o social, quando de classes subalternas ou dominadas. É possível identificar, nesta perspectiva, os atores sociais articulados na luta pela terra e, em alguns casos, organizações dedicadas a promoção do desenvolvimento da produção familiar (GEHLEN, 1994).

Deste modo, na análise do autor a luta de classes na sua essência, visa a “(re)criação” do projeto de sociedade que determinara o modelo de desenvolvimentos, de modo que sua materialidade, que é sempre conflituosa, se expressa através das lutas e em movimentos sociais (GEHLEN, 1994). Contudo, este processo é complexo e seus interesses classistas se expressam em três dimensões:

a) acesso a terra, espaço econômico, político e cultural onde as dimensões objetiva e subjetiva se apresentam integradas; b) a (re)inserção no processo produtivo, integrando-se nas sociedade geral como cidadãos;c) construção de identidade pela afirmação de condição histórica de agricultores familiares e pela desalienação (reconquista da “autonomia” e liberdade) do trabalho (GEHLEN, 1994, p. 170).

Diante dessas relações de conflito entre as classes na luta pela terra, o confronto fica mais evidente e a violência aumenta. E quando articulada com a Reforma Agrária, tem-se um novo elemento que unifica e direciona as lutas sociais agrárias, de tal modo que passa a aglutinar o debate ideológico, político, social e econômico, em torno da questão agrária. Com isso, se expressa o confronto entre as classes sociais, forças e partidos políticos, organizações institucionalizadas e de base (GEHLEN, 1994).

A partir deste arcabouço teórico, pode-se ter maior clareza o que representou a Reforma Agrária para as classes dominantes, sobretudo nos anos 60, onde se intensificam os conflitos em torno do acesso a terra. Os grandes proprietários irão investir todo seu domínio simbólico sobre a categoria “reforma agrária”, para que se perpetuem a sua fonte originária de poder, a terra.

Nesse sentido, nos capítulos seguintes, as análises se voltam para as relações sociais de classe no Rio Grande do Sul, nos anos 60, tendo como agente aglutinador a FARSUL.

Procura-se elucidar como a entidade constrói um polo consensual da questão da Reforma Agrária para os grandes proprietários de terra rio-grandenses. Ao mesmo tempo, investigar como a luta política em torno do acesso a terra contribui para o projeto políticos dos ruralistas no RS.

2 A FARSUL E O DEBATE DE REFORMA AGRÁRIA: A REVOLUÇÃO SOB CONTROLE

Neste capítulo, serão expostos os principais embates em torno da Reforma Agrária promovidos pela FARSUL, enfocando o discurso da modernização do latifúndio no combate a Reforma Agrária e a relação da entidade com o Estado na disputa de projetos e políticas públicas para o campo. Deste modo, a partir destas abordagens, iremos apontar como a principal organização dos grandes proprietários rurais no Rio Grande do Sul buscará legitimar sua hegemonia com relação ao desenvolvimento do campo.

Assim, sobre o primeiro aspecto, buscaremos apresentar as principais ideias da FARSUL sobre a modernização da agricultura relacionando esta questão com a Reforma Agrária, ou seja, como a entidade disputa a categoria “reforma agrária”, mudando-a de face e significado, na tentativa de retirar dessa seu caráter transformador da estrutura fundiária. Com isso, procuraremos evidenciar a principal tática utilizada pela organização no combate às ideias de Reforma Agrária, neste caso, a utilização do discurso científico como forma de legitimar a ideia de que com o uso da tecnologia poderíamos solucionar os problemas sociais.

No segundo momento, apresentaremos como a entidade faz a disputa de política da Reforma Agrária por dentro do Estado, trazendo a tona a disputa pelos projetos e políticas públicas para o campo. Neste sentido, procuraremos mostrar a ação da FARSUL na disputa do poder estatal com relação ao campo, e assim, delinear quais projetos e políticas foram elaborados, que agentes foram mobilizados para estas ações e quais os resultados práticos destas.

2.1 Aliança Para o Progresso (ALPRO): a tese da revolução controlada

As experiências vividas por alguns setores dirigentes norte-americanos, pós Revolução Cubana, atentam para a necessidade das reformas sociais na América Latina. Neste sentido, estes vão mudar a tática de dominação imperialista nestes países, irão fazer alianças políticas

com os setores que acreditam ter uma papel importante na mudança da cultura política latino-americana, na tentativa de barrar as posições mais conservadoras que levariam a um maior acirramento das lutas sociais. De modo que precisam também diminuir a influência das ideias socialistas, que para eles representam o maior perigo a hegemonia estadunidense. Assim, elaboram a Aliança para o Progresso, que tem por objetivo gerar, a médio prazo, dividendos políticos que permitissem amenizar a instabilidade social vivida pelas populações locais devido aos problemas crônicos que as bases produtivas dessas economias apresentavam.

A Aliança para o Progresso é recebida tanto nos EUA quanto na AL com entusiasmo e com apreensão, pois ao mesmo tempo em que propõe uma ajuda para barrar o avanço do comunismo, também indica que para isso era preciso fazer algumas mudanças de nível estrutural na forma como estas sociedades historicamente se organizaram. Isso só ocorreria se houvesse algumas concessões nos privilégios das classes dominantes destes países, caso contrário, correriam o risco de sofrer a violência de uma revolução popular.

Algumas medidas que seriam tomadas pela ALPRO davam conta do que estava em jogo nesta conjuntura política dos anos 60, principalmente, no que tange as mudanças de caráter ideológico tanto das classes dominantes quanto dos setores médios destas sociedades. Implica dizer que neste contexto há uma mudança, principalmente na forma como os EUA enfrentavam os problemas na América Latina. Segundo Silva:

Com a eleição de Kennedy encerrou-se um ciclo de dois mandatos seguidos da administração republicana de Dwight Eisenhower, o que parecia um cenário promissor para o continente americano: a nova administração anunciou que iria revisar as posturas dos Estados Unidos quanto à instalação de ditaduras na região, assim como a política de armamentos bélicos. Diversos setores do Partido Democrata afirmavam que o apoio de Eisenhower as ditaduras em países latino-americanos teria ajudado a alimentar as insurreições populares, estimulando as ações de movimentos comunistas, nacionalistas e de esquerda(2008 p. 16).

O que se coloca em questão é que a ALPRO cumpriu neste período o principal contraponto ao avanço das revoluções comunistas e de esquerda na AL, pois ao adotar a tática de controle das revoluções por meio de reformas sociais e econômicas, cumpriu papel importante no embate político apresentado pelos movimentos políticos antiimperialistas e anticapitalistas, que teriam que disputar o caráter e as concepções destas reformas para não verem seus acúmulos da luta social serem transformados em meras e tímidas reformas dentro do sistema capitalista. Do mesmo modo, forçam uma mudança na postura dos setores dirigentes das classes dominantes que agora têm que admitir, mesmo contrariados, que há um problema social grave que põe em risco a existência destes enquanto classe. Assim, seria

preferível disputar os projetos políticos em torno destas questões do que simplesmente fazer oposição e negação dos mesmos.

Ao observar alguns dos discursos proferidos das principais lideranças da ALPRO esta questão ainda fica mais evidente. O tom de alerta é usado para chamar a atenção dos setores que ainda não estão certos do papel que estas mudanças têm em barrar o avanço das lutas sociais, é preciso dar respostas concretas as populações para diminuir os conflitos entre as classes. Em discurso no dia 15 de fevereiro de 1962, em Washington, no Clube Nacional de Imprensa, o diretor do programa da ALPRO, Teodoro Moscoso, declarou “que as classes privilegiadas na América Latina têm diante de si um dilema: ou apoiam as reformas que propõe o programa da Aliança ou se arriscam a uma revolução destruidora como a de Castro”⁴⁴.

Moscoso, em seu pronunciamento, também procura fazer críticas aos setores tanto latino-americanos quanto estadunidenses que acreditam que as reformas só serão necessárias após o desenvolvimento econômico desses países. Para ele, desenvolvimento econômico e justiça social devem andar juntos. Além disso, também vê com preocupação que alguns grupos dirigentes na América Latina têm resistido às reformas. Segundo ele, os membros da classe dirigente tradicional que apoiam a ALPRO não têm nada a temer, assim como devem assumir o papel mais ativo na modernização de seus países. Já com relação aos opositores, ele faz uma crítica contundente, dizendo que “os que tentarem frustrar o programa tem muita a temer: não por parte dos Estados Unidos, mas dos próprios povos”⁴⁵.

O que se pode observar no discurso deste dirigente da ALPRO é como ele procura sensibilizar os setores dominantes no sentido de sua auto preservação, pois a revolução para estes será destruidora caso não mudem de atitude diante desta conjuntura. Para Moscoso, corre-se o risco de uma revolução se não houver estas mudanças que a ALPRO propõe, pois, com o crescimento populacional destas regiões, se estas questões não forem solucionadas haverá um grande potencial revolucionário. Neste sentido, os Estados Unidos e seus aliados latinos devem agir rapidamente para conter estas aspirações que estão em curso em todo o continente.

⁴⁴ Correio do Povo, 16 de janeiro de 1962. Arquivo Histórico de Santa Maria.

⁴⁵ Correio do Povo, 16 de janeiro de 1962. Arquivo Histórico de Santa Maria.

As medidas inseridas dentro do espírito da ALPRO segundo Padrós (2005, p. 243) “eram a contraparte da contra-insurgência”, ou seja, era aparentemente uma forma renovada de lidar com as questões de defesa e segurança no continente americano, demonstrando certa ambiguidade, pois no fundo os EUA não deixariam a estratégia militar de lado, só descentralizavam a imagem que os povos latino-americanos haviam construindo em anos de intervenção militar em seus territórios. Neste sentido, o historiador levanta três questões centrais sobre o programa norte-americano:

Primeiro, as reais motivações que moviam os EUA a propor um programa de ajuda de caráter reformista, vincula-se ao combate das raízes das tensões sociais e relacionava a concessão de benefícios à colaboração conseqüente dos respectivos governos no cumprimento de ações de defesa interna. Segundo, confirmava uma certa ingerência, pois condicionaria a continuidade da ajuda e das linhas de financiamento a partir do uso racional dos capitais disponibilizados para combater as mazelas sociais (fome, desemprego, analfabetismo, etc.).[...] Na prática, pretendia-se uma ação racional e centralizada no combate aos focos “subversivos”, não se tratava de acabar com o gasto militar, mas sim de adequá-lo às necessidades locais. Terceiro, os EUA inseriam como marco legitimador do esforço coletivo contra a ameaça comunista a própria OEA. Ou seja, esta perdia a função diplomática de estrutura mediadora de conflitos (PADRÓS, 2005, p.244).

No que tange à questão ideológica, Padrós indica que o programa “visava a possibilidade de mobilização de setores populares pouco politizados (cooptando-os ou tornando mais refratários às ideias e aos grupos insurgentes) e de alguns segmentos de classe média anticomunista e também anti-oligarquica”⁴⁶. Assim, tinha a intenção de despertar em outros setores e segmentos sociais o protagonismo e um ideal, ou seja, uma justificativa tanto ideológica quanto psicológica diante da conjuntura política que estes se encontravam, indo de encontro ao avanço das ideias de uma revolução de esquerda. Para tanto, a ALPRO como indica Silva (2008) vai se utilizar, principalmente, da propaganda política para atrair esses setores que ainda não estavam convencidos do seu papel dirigente, de modo que era uma tentativa de construir uma nova classe dirigente para os países latino-americanos, que não se alinhasse aos ideais conservadores da classe política que hegemonizava o poder naquele momento. Deste modo, através das campanhas de propaganda procurou-se “difundir uma série de códigos morais, éticos, culturais, políticos e econômicos característicos da sociedade capitalista, vendidos como a única alternativa viável de organização social”⁴⁷.

⁴⁶ PADRÓS, op., cit. p. 245.

⁴⁷ SILVA, op., cit. p. 51.

O modelo construído pelos estrategistas norte-americanos procurava apagar a imagem negativa que se tinha do sistema de organização social na AL e da política de intervenção estadunidense para a região. Um importante organismo que os EUA vão criar para atender esta demanda vai ser o Comitê de Políticas para a América Latina (*Latin American Policy Committee*, LAPC) formado em Abril de 1962. Este importante organismo era composto por diversas agências do governo norte-americano: o Gabinete de Assuntos Inter-Americanos (ARA), a Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), o Gabinete de Inteligência e Pesquisa (*Bureau of Intelligence and Research*, INR), a USIA, a Central de Inteligência Americana (CIA), o Departamento de Defesa, a Casa Branca e outras agências que compareciam às reuniões de acordo com o tema que seria debatido⁴⁸.

Uma relevante reunião que aconteceria no dia 25 de maio de 1962 dá o tom do que pretendiam os agentes desta agência norte-americana. Na ocasião, seu presidente Richard Goodwin apontou para a necessidade de um efetivo programa que penetrasse e recapturasse a comunidade intelectual na América Latina, com o objetivo de afastá-la das ideias que ele considerava extremistas em termos de pensamento político e, assim, recrutá-la para o que ele considerava a batalha pela sobrevivência da cultura ocidental. Do mesmo modo, ele indica quem seria o público-alvo e receptivo a essas ideias, eram estudantes, professores, escritores, artistas e jornalistas. Entre as propostas de Goodwin, estava construir um “intercâmbio cultural” como forma de acabar com o isolamento norte-americano dos movimentos intelectuais na América Latina, deveria haver um contínuo diálogo intelectual⁴⁹.

Neste caso, o que se verifica é a preocupação dos estrategistas do papel que a cultura cumpre na disseminação das ideias propostas pela ALPRO, assim, procurando estimular movimentos internos na AL no combate às ideias comunistas, pois não bastava somente ajuda financeira, era preciso recrutar agências e agentes para que de fato as propostas fossem postas em prática. Contudo, como aponta Barán *apud* Padrós (2005, p. 245):

Se os recursos fossem aplicados nos programas e obras sociais previstas, poderia ter ocorrido relativa melhoria das condições de vida da população, além de atrair setores médios e formando uma “aristocracia operária” que ajudasse a esvaziar riscos de tensão social. Provavelmente, se assim tivesse sido, o recurso à força militar não teria sido tão vital. Mas, com a implementação restrita, a instabilidade tendeu a fugir do controle e deixar o regime muito dependente de saídas autoritárias. [...] Com isso, aponta para um dos grandes problemas enfrentados pelo programa: a existência de

⁴⁸ SILVA, op., cit. p. 52.

⁴⁹ SILVA, op. Cit. 53-54.

redes de corrupção vinculados a uma cultura política dos setores dominantes da região⁵⁰.

A ALPRO trouxe, no que diz respeito ao caráter ideológico, mudança de postura das classes dirigentes diante dos problemas sociais, que por vezes assumem posição ao mesmo tempo “progressista” em relação ao reconhecimento dos problemas sociais advindos da exploração capitalista, mas também conservadora, pois barram a tentativa dos povos se organizarem e lutarem por seus direitos de maneira autônoma. Do mesmo modo, essa mudança de postura não avançaria como os estrategistas norte-americanos projetavam. Cabe destacar um fator apontado tanto por Padrós (2005) quanto por Silva (2008), sobre a cultura política das classes dominantes. Para os autores, os setores dominantes buscaram disputar os recursos vindos do programa norte-americano, utilizando-o em benefício próprio, além de não assumirem na prática as reformas propostas e combaterem de maneira autoritária os avanços que os movimentos de esquerda estavam conquistando, acirraram os conflitos sociais e barraram qualquer possibilidade destas tensões serem resolvidas dentro dos marcos democráticos liberais.

Portanto, a aliança entre o imperialismo norte-americano e as classes dominantes na AL através da ALPRO terá que optar por uma saída diferente da proposta inicial, pois na medida em que não se avança nas políticas do programa, os movimentos políticos de caráter nacionalista e de esquerda começam a obter vitórias importantes, entrando em confronto direto com os interesses dominantes. De modo que recrudescimento na política de defesa e segurança passa pela derrota da tática da revolução controlada que a ALPRO propunha, passando para a tática do “Terrorismo de Estado” imposto pelas ditaduras que serão implementadas ao longo dos anos 60 e 70 do século XX na América Latina.

⁵⁰ Em matéria do Correio do Povo do dia 24 de julho de 1962 há uma notícia vinculada sobre a posição do Editorial do Jornal inglês “*The Times*” sobre a corrupção na AL, este afirma que “a estrutura da América Latina está tão corrupta que os militares podem tornar-se uma polícia necessária. Somente eles têm a ordem e a disciplina para agir decisivamente”. Aqui também há indícios sobre a questão do governo Kennedy e a negociação com os militares no Peru diz a matéria que este “está resistindo a tentação de negociar com os militares. Está acabando assim como costume que causou sérios prejuízos à reputação norte-americana – o hábito de preferir um governo forte e estável a um progressista”. Assim, conclui o Jornal “A única esperança para a América Latina, é que as instituições democráticas possam continuar funcionando. O exército poderá oferecer a disciplina necessária, mas se como se passou recentemente na Argentina, Brasil e Peru, os soldados simplesmente as violam, estarão investindo contra os seus melhores interesses”. Correio do Povo, 24 de julho de 1962, p. 1. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

2.2 A FARSUL e a Aliança para o Progresso

Em entrevista concedida ao Correio do Povo no dia 03 de março de 1962, o presidente da FARSUL, Antônio Saint Pastous, demonstra o interesse da entidade em relação a Aliança para o Progresso. Em sua passagem pelo Rio de Janeiro e Brasília com a comissão da organização patronal, após participar de reunião e assembleia com a CRB (Confederação Rural Brasileira) nos dias 26 e 27 de fevereiro e reunião com Federação das Associações Rurais de São Paulo no dia 28, os dirigentes da Federação se encontram com o presidente João Goulart para entrega de um documento com sua contribuição ao estudo e solução de um plano para Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. Dentre os assuntos tratados, foi exposta a preocupação que a FARSUL tinha em relação ao programa norte-americano. Na fala de Pastous ao Correio do Povo (CP), ele relata que considerou como ponto alto do encontro a questão relativa à necessidade urgente que o Rio Grande do Sul tinha em se credenciar aos requisitos formais da ALPRO, em seu programa de financiamentos técnicos e financeiros para a execução de planos de Reforma Agrária. Além disso, lamentou a não participação do RS no mesmo, fazendo comparações ao exemplo do Nordeste que havia implementado um plano através da SUDENE com auxílio de Celso Furtado. Ao mesmo tempo, aponta para algumas medidas que deveriam ser tomadas para por em prática tais requisitos. Primeiro, seria preciso um planejamento de base e, segundo, a mobilização integral de recursos próprios, de fonte oficial e de iniciativa privada da classe rural.⁵¹

Um ponto chave desta reunião é que a comissão da FARSUL declarou ao presidente da República que iria elaborar por conta própria e no mais breve espaço de tempo, um esquema de planejamento agropecuário, para ser encaminhado, através do governo federal, ao programa Kennedy da ALPRO. Por conseguinte, também iria mobilizar os recursos da iniciativa privada, expondo que o ruralismo já havia se antecipado com a sua proposição de contribuir com as terras ou com empréstimo interno, afim de abrir margem para a disponibilidade de áreas aproveitáveis em planos de colonização e de produtividade agrícola, em cuja execução integral, a Aliança para o Progresso faria os investimentos que lhe competem⁵². Deste modo, com essa indicação, diz o líder da entidade:

A iniciativa do ruralismo gaúcho, dispondo-se espontaneamente a mobilizar seus recursos próprios, embora com sacrifícios iniciais, foi sem dúvida, de grande visão

⁵¹ Correio do Povo, Março de 1962.

⁵² Correio do Povo, Março de 1962.

para o futuro da paz social e da produtividade econômica do Rio Grande e do país. Se a Aliança para o Progresso se dispuser a carrear recursos para o sul, como já está efetivando no Nordeste, e levando em consideração o prodigioso potencial da nossa produção agropastoril, dentro em breve o Estado do Rio Grande do Sul se transformará em surpreendente comunidade de riqueza econômica e de tranquilidade social⁵³.

As iniciativas propostas pela FARSUL diante de João Goulart indicam o seu papel dirigente no RS para capitanear os projetos que a ALPRO estava estimulando, no sentido de cumprir, por vezes, o que o governo do Estado e outros setores dirigentes da sociedade civil não estavam pondo em prática. Assume a responsabilidade diante do governo federal em relação ao programa, e ao mesmo tempo, tem a preocupação de inseri-lo nesta tarefa, onde o mesmo serviria como intermediário deste processo. Assim, apresenta de forma concreta como o ruralismo buscará disputar este projeto, que não dependerá única e exclusivamente deste, mas que o mesmo cumprirá papel mobilizador destas forças para que o programa estadunidense comece a ser executado. Com isso também projeta sua visão e esperanças relativas à ALPRO, apontando para duas perspectivas, o desenvolvimento econômico e o controle das tensões sociais.

Outra questão que parece preocupar o presidente da FARSUL é como as iniciativas do governo do Estado do Rio Grande do Sul⁵⁴ em certa medida prejudicam essas negociações com a Aliança. Sobre a encampação da Telefônica C.T.N, subsidiária da norte americana ITTC (*International Telephone and Telegraph Corporation*), e suas repercussões internacionais, este se manifesta dizendo que “sem pretender comentar o caso concreto, não se pode, entretanto ocultar as apreensões com respeito a possíveis consequências desabonatórias para o necessário entendimento no sentido de não perder do Rio Grande do Sul a oportunidade de executar um grande plano de reforma agrária”⁵⁵. Do mesmo modo, insiste, em tom de alerta, que se decretada a lei agrária, poder-se-ia, de imediato apaziguar a crise social e econômica no Estado e no país. Contudo, questiona a forma como isto estava sendo conduzido no Estado, expõe que “aqui não ocorrerá num futuro próximo, como é de se esperar que, ao contrário, sobrevenham reações de insatisfação e decepção, em virtude da

⁵³Correio do Povo, Março de 1962.

⁵⁴Em debate da TV Piratini em 17 de maio de 1962, entre o governador Brizola e o futuro candidato ao governo do Estado Ildo Meneghetti estes discutem as implicações deste projeto. Brizola afirma que era contra o programa desde que havia tomado conhecimento do mesmo em Punta Del Leste em 1961. Disse que temia a ajuda como um comprometimento a soberania nacional e mais uma demonstração do imperialismo que nos pretendia dominar. Contudo, recuou em sua posição dizendo que este plano deveria ser melhor estudado. MENEGHETTI, Enio. Baile das cobras: a verdadeira história do Ildo Meneghetti – Porto Alegre, RS: AGE, 2012 p. 119-120.

⁵⁵Correio do Povo, Março de 1962.

campanha demagógica de insensatas distorções no sentido real que se deve atribuir ao complexo problema de execução de um plano de reforma agrária”⁵⁶. Para tanto, esta só seria executada se houvesse auxílio financeiro e técnico de fontes internacionais. O que isto expõe é que a entidade está num processo de disputa e de negociação em torno do projeto de Reforma Agrária que o governo do estado está elaborando, e para obter alguma vitória precisa deste apoio externo. Um indício disso é que ao concluir sua exposição, Saint Pastous fala que desconhece os reais propósitos do governo em relação a esta questão, indicando que analisará os trabalhos do mesmo. Contudo, aponta que a FARSUL estranha o fato de que no trabalho elaborado pelo governo em relação à Reforma Agrária estejam omitidos os pontos fundamentais, todos desenvolvidos e definidos na contribuição realizada pela entidade. Assim, o fato deste salientar estas questões dá o tom do que está em jogo neste conflito com o governo. O que parece é que a entidade não está conseguindo influenciar da maneira como ela queria na política agrária do Rio Grande do Sul. Para tanto, buscou se fortalecer e fazer novas alianças. Neste contexto, a ALPRO, do ponto de vista estratégico é a melhor opção, pois além de ser uma forte aliada tem capacidade de influenciar esta política nacionalmente e isolar o governo Brizola na forma como este estava conduzindo esta problemática.

As questões ideológicas da ALPRO aqui expressadas parecem surtir algum efeito sobre a cultura política destes setores dominantes, que passaram a associar desenvolvimento econômico com o que eles chamavam de “paz social”. Ou seja, é preciso diminuir os conflitos para que se tenha algum “progresso” relativo às questões econômicas e sociais. Aqui está um elemento primordial da política que o imperialismo norte-americano, juntamente com seus aliados latino-americanos, passou a adotar, o controle dos principais focos das tensões sociais nesses países através de injeções de capitais para conter a crise de poder vivenciada por esses setores. Por exemplo, na fala Saint Pastous ficou evidenciado que o Nordeste era a prioridade naquele momento, ali se encontravam os maiores perigos de resistência e de tensões sociais.

Para Santiago (2012, p. 157-160), o governo norte-americano começou a se preocupar com a situação do Nordeste a partir de 1961, com a visita do escritor Arthur Schlesinger, assessor do presidente John Kennedy, quando percorreu as principais regiões no semiárido e identificou a força de organização que as Ligas⁵⁷ tinham naquela região. A passagem de

⁵⁶ Correio do Povo, Março de 1962.

⁵⁷ As Ligas Camponesas segundo João Pedro Stedile “se inserem como o mais importante movimento social camponês na década de 1960. As ligas foram uma forma de organização de massas camponesas do Nordeste, em especial dos moradores dos engenhos na Zona da Mata e principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e

Schlessinger pelo Nordeste trouxe algumas certezas sobre a real situação do Brasil por parte de Kennedy, que em discurso pronunciado em 15 de julho de 1961 afirmou que: “nenhuma área tem maior e mais urgente necessidade que o vasto Nordeste do Brasil”⁵⁸. Assim, como aponta Moniz Bandeira, “o governo estadunidense temia que eclodisse no Nordeste uma insurreição camponesa, devido às atividades das Ligas e às suas vinculações com Cuba”⁵⁹.

Diante do quadro político, a FARSUL põe em prática o que havia indicado na reunião com governo federal. Em 13 março de 1962, no Rio de Janeiro, Saint Pastous realizou algumas reuniões com o Primeiro Ministro brasileiro, Tancredo Neves, com o Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, com o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Leocádio de Almeida Antunes, além do embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, quando mantêm alguns entendimentos sobre a ALPRO. Para o presidente da entidade, “o ruralismo gaúcho estaria disposto a encarar o problema com bases objetivas, que consistiriam em corresponder aos quesitos exigidos pelo programa”⁶⁰. Assim, por conta própria, a Federação iria preparar imediatamente um esquema de equacionamento dos problemas econômicos e sociais da produção agropecuária no Rio Grande do Sul, ou seja, faria a primeira etapa do que chamou de um “planejamento de produtividade e de valorização social”. Nessas conversas Saint Pastous denotou que manteve entendimento com os órgãos governamentais e que o presidente João Goulart teria conhecimento da iniciativa da FARSUL. Do mesmo modo, em reunião com o embaixador dos EUA e com o Ministro Leonard Saccio, representante do Ponto IV da ALPRO, eles teriam sido receptivos as essas iniciativas, contudo, não fica claro a forma como os mesmos apoiariam tal planejamento.⁶¹

Após esse processo de negociação e de conversas, a FARSUL se mobilizou para a vinda de técnicos da Comissão Especial Coordenadora dos programas brasileiros da ALPRO. Assim, a convite da Federação, os técnicos vieram a Porto Alegre para participar e auxiliar

Rio Grande do Norte. Como movimento de massas, não tinha muita formalidade organizativa, apesar da existência de estatutos. Os camponeses se reuniam por local de moradia e planejavam lutas sociais para resolver problemas específicos. Havia unidade estadual e nacional, proporcionada por uma direção política coletiva e por um programa político”. STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964- 2º. – São Paulo: Expressão Popular, 2012 p. 12.

⁵⁸SANTIAGO, op. cit. p.158.

⁵⁹SANTIAGO, op. cit. p 162.

⁶⁰ Correio do Povo, Março de 1962.

⁶¹ Correio do Povo, Março de 1962.

nos estudos que estavam sendo realizados pela entidade em relação aos requisitos do programa norte-americano. A missão do BNDE teve a frente Jaime Magrassi, Paulo Vasconcelos, chefe da Divisão Agropecuária do Departamento de Projetos do BNDE, Edgar Fernandes, engenheiro assessor técnico da Superintendência do Banco e Ulisses Castro da parte administrativa. Em reunião com os ruralistas, Magrassi apresentou o programa e fez alguns esclarecimentos sobre a implementação dos projetos que já estavam em funcionamento no Brasil, no caso os do Nordeste, assim como sobre os que ainda estavam em processo de avaliação pelos EUA. Ao final da exposição, os técnicos do BNDE se reuniram com Saint Pastous e com alguns dirigentes da FARSUL, onde ficaram estabelecidos alguns acordos entre a entidade e a missão do Banco. Primeiro, a equipe do BNDE elaboraria um esquema de pesquisa para conhecimento geral da agricultura e pecuária rio-grandenses, tendo em vista o levantamento dos problemas e o estabelecimento de prioridades no atendimento dos mesmos. Segundo, formulariam um esquema de informações técnicas, econômicas e sociais, consideradas básicas para a preparação de projetos a serem encaminhados à ALPRO, sendo que este daria atenção especial aos seguintes problemas: milho, soja, arroz, gado de corte, suinocultura, gado leiteiro e a piscicultura, além da assistência ao que eles chamam aos agricultores⁶². A partir daí, a missão iniciaria uma série de atividades na capital gaúcha no sentido de auxiliar a FARSUL na elaboração de um projeto para ser levado para a análise da Aliança, assim como passaria a dar orientações aos diversos órgãos estaduais para elaboração de novos projetos.

Na Secretaria de Economia, os representantes da missão se reuniram com a comissão técnica da FARSUL, com o grupo de Saneamento da SOP (Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano), com o grupo de habitação do governo do estado e com os diretores da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). Além de se encontrarem em uma nova reunião, na mesma secretaria com representantes da FARSUL e com o grupo de terras da Secretaria da Agricultura (Reforma Agrária) e com os dirigentes da Comissão Estadual de Energia Elétrica. No dia 20 de março, a missão do BNDE fez suas considerações a respeito dos trabalhos realizados no estado. Salientou que desenvolveu um amplo trabalho ligado às áreas de eletrificação rural, habitação popular, terras e colonização, saneamento e pesca. Do mesmo modo, informaram que essas ações foram executadas com estreita relação com a equipe Secretária de Economia, onde puderam instruí-la sobre a mecânica de encaminhamentos de projetos para a ALPRO, como forma de acelerar esse processo para o

⁶² Correio do Povo, 16 de março de 1962, p. 16.

Estado. Sobre a FARSUL, indicaram que apresentaram sugestões técnicas sobre a programação no setor da agropecuária, ou seja, assuntos que diriam respeito ao aumento da produtividade. Além disso, ao finalizar a visita dos técnicos do Banco, informaram que os projetos da usina do rio Passo Fundo e da construção das linhas de transmissão da usina de Charqueadas, já haviam sido encaminhadas para os EUA, onde passariam por apreciação dos dirigentes da ALPRO⁶³.

Contudo, antes de encerrar a visita, há indicação de que não havia consenso entre o governo do Estado e as propostas da ALPRO. Segundo matéria do CP, quando Jaime Magrassi foi questionado sobre a possibilidade da ação do governo do Estado Leonel Brizola vir a prejudicar a concessão de auxílios pela Aliança ao Rio Grande do Sul, este disse que: “no seu entender, as críticas feitas pelo governador eram construtivas e que, portanto, nenhum prejuízo trariam ao Estado”⁶⁴. No entanto, após essa declaração, afirmou julgar existir certa impropriedade na denominação de “superministério”, dada pelo governador à embaixada dos Estados Unidos, no que diz respeito à sua atenção no Brasil. No mais, encerrou sua fala apaziguando a situação, expôs que do ponto de vista técnico Brizola estava correto, pois defendia a hierarquia administrativa existente no Brasil.

As críticas feitas pelo governador do estado do Rio Grande do Sul à Aliança para o Progresso têm relação com o processo de encampação da C.T.N. Nesta conjuntura, o Departamento de Estado norte-americano fez diversas críticas a essa ação, apontando que uma das consequências dela seria possivelmente “prejudicar a Aliança para o Progresso”⁶⁵. Assim, contrariando os estrategistas norte-americanos e os entusiastas latino-americanos da ALPRO, Brizola se referia a este fato apontando que estranhava a atitude do órgão estadunidense a “sua ação patriótica”⁶⁶. Na definição dele, a encampação ao invés de prejudicar, favorecia a ALPRO. De modo que apontava dois fatores que bloqueavam o desenvolvimento da América Latina: o latifúndio e os grupos estrangeiros, ou seja, as classes dominantes locais aliadas a tais grupos. Deste modo, Brizola não negava a ajuda do programa, contudo, não deixava de fazer seus apontamentos pelo o que ele entendia como principais problemas a serem combatidos, e de certa forma, estes também prejudicavam as políticas da Aliança, pois eram

⁶³ Correio do Povo, 20 de março de 1962.

⁶⁴ Correio do Povo 20 de março de 1962.

⁶⁵ Jornal Terra Livre, Fevereiro de 1962.

⁶⁶ Jornal Terra Livre, Fevereiro de 1962.

justamente esses grupos e sua cultura política que não aceitavam essas mudanças impostas pelo governo norte-americano.

O que se pode tirar de conclusão deste caso, é que na visão do líder trabalhista, mesmo que a Aliança para o Progresso fosse um programa que o Imperialismo estava procurando implementar por meio de financiamento econômico, de alguma maneira poderia ajudar a combater estes grupos, que naquele momento, eram os seus principais inimigos do ponto de vista da política nacionalista de Brizola⁶⁷. Deste modo, a ALPRO é vista como um inimigo menor de que se pode tirar algum proveito, mas vista com desconfiança, pois poderiam interferir tanto nas questões nacionais quanto na autonomia dos governos na América Latina⁶⁸. Já para o governo norte americano as ações contra estes grupos norte-americanos por parte do governador do RS poderiam atrapalhar nas negociações destes em relação à ALPRO, pois esses eram seus principais opositores internos.

Do mesmo modo, estas ações de cunho nacionalista e anti-imperialista influenciaram na política da Aliança para o Progresso no Brasil. Como aponta Silva, primeiramente, buscaram uma intervenção por parte de João Goulart sobre a questão da intervenção na ITT (*Internacional Telegraph Telephone*), não obtendo sucesso, a empresa teve que acatar a proposta brasileira⁶⁹. Logo em seguida, as agências do governo norte americano e a embaixada estadunidense elaboraram um documento, em julho de 1962, chamado “*Brasil e a*

⁶⁷Em manifesto, de fevereiro de 1962, assinado pelo governador Leonel Brizola, governador Mauro Borges, de Goiás, governador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, governador Chagas Rodrigues, do Piauí, Prefeito Miguel Arraes do Recife, Padre Lagos Belo Horizonte pode se ver algumas das preocupações destes líderes em relação a política nacional do período. Neste documento, é expressado que é preciso criar um movimento para a emancipação nacional. Assim, apontam que do ponto de vista internacional, persiste a contraditória presença de países altamente desenvolvidos e de outros subdesenvolvidos e, que ainda persistem forças minoritárias e retrógradas que não querem abrir mão de seus privilégios, pondo em risco o desenvolvimento e bem estar dos povos. Além disso, afirmam ser abusiva a dominação econômica estrangeira, inclusive em setores fundamentais como o de energia, transportes marítimos, seguros e comunicações, do mesmo modo, têm a posse das principais jazidas minerais do país, na indústria de bens de consumo, como a farmacêutica e a de calçados. De modo que estes acordos lesam os interesses nacionais. Com relação aos avanços que o Brasil teve nas últimas décadas em relação a sua soberania nacional isso fez com que, paralelamente, houvesse uma maior tomada de consciência dos setores externos e internos reacionários e entreguistas. De tal maneira, que estas acabaram por cindir para em pedir a unidade das forças populares. (Jornal Terra Livre, fevereiro de 1962, p. 3)

⁶⁸Nos estudos de Marluza M. Harres ela demonstra que o Grupo de Trabalho GT-14, criado no governo Brizola para elaborar um plano de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, não descartava a possibilidade de obter recursos da Aliança para o Progresso em função do poucos recursos que contavam para implementar essas medidas. Nas palavras dos técnicos do grupo de trabalho alegavam: “Se efetivamente, os americanos estão interessados em ajudar, nenhuma aplicação mais justa poderiam fazer do que um empréstimo de 300 a 500 bilhões de dólares para a “Reforma Agrária”” (HARRES, 2011, p.115)

⁶⁹SILVA, op. cit. p. 187.

Aliança para o Progresso”, onde constam as principais ações e diretrizes políticas para mobilização de agências e agentes brasileiros que pudessem ser aliados para o avanço do programa no Brasil. Neste material, contêm um estudo sobre questões sociais, econômicas e políticas do Brasil, análise sobre os primeiros anos do governo João Goulart, 1961 até 1962, com ênfase nos primeiros meses de governo⁷⁰.

Além disso, no documento, os estrategistas políticos norte-americanos discutiram sobre os partidos e forças políticas existentes na sociedade brasileira, onde apontaram quais grupos eram prioritários para dar apoio. Eles dão destaque à multiplicidade de forças e como cada um se comportava diante do quadro político da época. Os grupos de negócios e organizações de produtores, não alinhados com os partidos, são apontados pela sua influência nos bastidores das ações políticas, sendo que estes demonstram estar mobilizados para combater as forças de esquerda nas próximas eleições, para tanto já estariam levantando recursos para apoiar candidatos que se alinhassem com suas propostas. Além do mais, mostravam-se organizados, em sua maioria, nas frentes recém formadas, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), mais do que outras organizações estabelecidas há mais tempo. Outro grupo a que fazem referência são os militares, apontados como a “a força mais importante do país” por exercer relevante “fator estabilizador” da vida política brasileira⁷¹.

Sobre as tendências e oportunidades de desenvolvimento político, no documento verificam as relações entre os partidos e líderes políticos pertencentes à base de apoio e a oposição ao governo Goulart no parlamento. Assim, mostram temer a realização de um plebiscito junto às eleições de outubro que devolvesse plenos poderes ao presidente, isso aumentaria, em decorrência, a base de apoio de seu partido no parlamento e acabaria com a oposição formal de seu governo. Deste modo, no documento recomendam a formação de um

⁷⁰ No documento analisam o avanço que João Goulart obteve em relação aos grupos que se opunham a sua posse. Indicam que após a visita do presidente aos Estados Unidos, em abril de 1962, ainda tinha apoio de grupos moderados e alguns conservadores e que após sofrer pressão popular acabou por se aproximar de grupos de esquerda. Do mesmo modo apontam a crise que o governo enfrentou em relação ao Congresso em função da questão de disputas internas com o Primeiro Ministro Tancredo Neves, na recusa pelo nome de San Tiago Dantas pela Câmara como primeiro Ministro, na posterior nomeação de Auro Moura de Andrade, aceito pela Câmara, porém rejeitado por Goulart, quando acaba renunciando. Ao final, pela nomeação de Francisco Brochado da Rocha, aprovado com por imensa maioria no Congresso. Deste modo, afirmam que essa situação acabou por afirmar a força do presidente frente ao Congresso e desacreditar o sistema parlamentarista, conquistando apoio para o retorno de poderes plenos para o presidente. (SILVA, 2008, p. 189).

⁷¹ SILVA, op. cit. p.189-190.

bloco “centrista” e “moderado” além de estabelecer um padrão de recrutamento político no Brasil, com foco nos níveis local e estadual⁷²,

Com relação à estratégia de implantação da ALPRO no Brasil, são indicados três fatores inter-relacionados. O primeiro, diz respeito sobre o tamanho do país, que pelas suas dimensões continentais o programa deveria ser de alto impacto e com ampla divulgação, sendo privilegiados os estados que demonstraram alguma preocupação com o desenvolvimento social e que estejam realizando algum tipo de ação. Segundo, a natureza do sistema federativo brasileiro em seus aspectos políticos e administrativos, principalmente com os partidos políticos nos estados, pois alguns projetos seriam repassados diretamente aos estados, sem intermédio do governo federal. Portanto, iram canalizar estes recursos para certos projetos, partidos e lideranças políticas pró Estados Unidos⁷³.

O terceiro fator tinha correspondência com a diversidade de líderes, partidos e grupos políticos com os quais os Estados Unidos poderiam se alinhar. De tal modo que ainda não identificavam aliados potenciais, devido à grande variedade de posições políticas e de interesses. Assim, teriam que mobilizar um número maior de lideranças políticas, que eles reconheciam como “moderados”⁷⁴. Entre essas lideranças identificavam alguns governadores tido como aceitáveis, que poderiam contribuir para a execução destes projetos, que pós as eleições de 1962 deveria ser dada toda cooperação possível⁷⁵.

A respeito tanto do quadro político quanto da estratégia política da ALPRO para o Brasil, percebe-se que as organizações políticas, principalmente as que não se alinham aos grupos mais “conservadores”, têm total apoio do programa. Há, destarte, esforços para que as negociações dos recursos vindos do governo norte-americano sejam intermediados por esses grupos, para que não passem os projetos mais importantes pelo governo federal, pois não têm confiança na forma como esse dinheiro iria ser conduzido. Além do mais, tiram o poder dos governos estaduais não alinhados a sua política para controlar estes recursos, dando força aos grupos pró Estados Unidos na sua área de ação política. Desse modo, irão usar parte desses

⁷² SILVA, op. cit. p. 191.

⁷³ SILVA, op. cit. p. 192-193.

⁷⁴ SILVA, op. cit. p. 193.

⁷⁵ Nesta lista estavam os estados de São Paulo, Rio grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará. Além dos governadores deveriam ser oferecidas também aos secretários de finanças e de agricultura, e os chefes de suas agências de desenvolvimento (SILVA, op. cit. p. 194-195).

recursos para financiar os candidatos mais próximos as suas visões político-ideológicas para tentar construir uma nova classe política no Brasil que possa alavancar o programa no país, assim como derrotar tanto os políticos de esquerda quanto os setores mais conservadores.

Neste ponto, pode-se ver o quanto as lideranças da FARSUL se aproximavam deste perfil traçado pelos estrategistas norte-americanos. Tanto pelas posições tomadas em relação à ALPRO quanto pela forma como a entidade conduzia a sua ação política no Rio Grande do Sul, pois buscava orientar seus associados a tomarem novas posições em relações às chamadas grandes questões nacionais, em especial a Reforma Agrária, para melhor agirem nessa conjuntura política, onde as tensões advindas desses conflitos sociais poderiam levar a um maior acirramento da luta política no estado. Na visão da entidade, não valeria a pena pagar pelos resultados disso, sendo necessário fazer algumas concessões mesmo que em médio prazo, para que não comprometesse o futuro da organização. A autopreservação da classe dominante do campo era um fator mobilizador e de tomada de consciência por parte dos ruralistas, era preciso recuar nas posições políticas, fazer novas alianças e abrir frentes de negociação com o governo, para poder, no futuro, retomar e recuperar suas forças de maneira mais efetiva e duradoura.

A teia de relação da Federação tinha os mais amplos atores sociais mobilizados, passando por suas articulações com outras federações e associações nos Estados brasileiros tanto no meio urbano quanto no meio rural. Também articulava partidos políticos, tinha acesso às agências e Ministérios do governo Federal e relação com a embaixada dos EUA no Brasil e com os técnicos norte-americanos da Aliança para o Progresso.

2.3 A questão agrária no Governo de Leonel Brizola e os processos de negociação e conflito com a FARSUL em torno da Reforma Agrária

A FARSUL, nos anos em que Leonel Brizola esteve no comando do estado do Rio Grande do Sul, passou por um processo de reorientação de suas táticas, da forma como conduziu sua política junto ao Estado, principalmente, no último ano de governo, em 1962, quando se intensificaram as lutas por Reforma Agrária. Assim, abriu um processo de negociação junto ao governo para tratar desta questão. Contudo, essa relação não foi de todo harmônica, mas permeada por tensionamentos entre a Federação e o governo estadual. Para

compreender tanto as posições da FARSUL quanto do governo do Estado é preciso analisar as transformações da conjuntura política da questão agrária no Rio Grande do Sul nos anos 60, fruto de uma maior politização sobre a questão agrária no país, assim como, das pressões internacionais para a realização das reformas de base, principalmente por parte do governo norte-americano através da Aliança para o Progresso.

A questão agrária no governo de Leonel Brizola no RS, nos anos 60, passou por diversas mudanças. Alguns fatores devem ser considerados neste processo, como as alianças políticas feitas durante o processo eleitoral no qual Brizola foi eleito, em 1958, e os desdobramentos e conflitos dessas pós-eleição; a base social que o PTB tinha no campo e como isso era articulado na política; o crescimento do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) enquanto movimento social do campo e a sua relação com as lideranças petebistas e com o Governo do Estado; e o Movimento da Legalidade e o processo de radicalização do seu governo. Estes elementos trazem em si rupturas e maior acirramento nas relações sociais do campo no Rio Grande do Sul, Foi um momento em que novas posturas foram adotadas tanto pelos atores sociais que estavam diretamente envolvidos quanto pelo Estado, que teve que tomar decisões frente a esse contexto.

Nos primeiros anos do governo Brizola, a Reforma Agrária não ganhou tanto destaque. Neste caso, um dos fatores apontados para tal situação foram as alianças políticas para as eleições estaduais de 1958, onde o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) formou coligações com o Partido de Representação Popular (PRP) e com o Partido Social Progressista (PSP). Essa aliança, como demonstra Marluza M. Harres (2011), foi construída devido à fragilidade que o PTB tinha com suas bases rurais, ao contrário do PRP com suas bases concentradas nas áreas rurais, principalmente na zona de colonização alemã e italiana, que reunia expressivo número de pequenos agricultores, Assim, devido a seu contingente eleitoral, a sigla ficaria com a Secretária de Agricultura, que seria comandada por Alberto Hoffmann⁷⁶.

A administração de Hoffmann foi marcada pelos serviços de discriminação e legitimação de terras. Durante o período em que esteve à frente da secretaria, foram regularizadas diversas áreas devolutas, que anteriormente já estavam ocupadas por agricultores, no total de 8.000 títulos expedidos entre 1959, 1960 e 1961. As políticas sobre a questão de terras estavam mais endereçadas a regularizar terras antes ocupadas, contudo, em

⁷⁶HARRES, op. cit. 106.

para a distribuição de novas terras o secretário de agricultura não deu a mesma atenção. Na análise de Harres (2011) Hoffmann demonstrou forte resistência em tratar desta questão. Segundo a autora, transparece uma abordagem com o enfoque nos problemas do mundo rural, fazendo referência ao seu potencial explosivo e revolucionário. De modo que na visão dos técnicos que estavam sob o seu comando apareceu a perspectiva de que o problema de acesso à terra fora minimizado devido às ações de regularização. Assim, deslocaram a questão do acesso a terra para aspectos técnicos da produção. Nessa perspectiva, bastariam ações que garantissem meios e condições para o fomento da produção, dando ênfase na assistência técnica e educacional dos produtores. Além disso, assumiram uma postura anti-reformista⁷⁷.

Até meados de 1961 o PTB não tinha interferido nessa política, no entanto, devido a questões que envolviam desde a posição frente à Reforma Agrária até a pressões internas do PRP frente à sucessão do governo estadual para montar um bloco político anti-PTB, Hoffmann deixou a Secretaria de Agricultura em outubro de 1961⁷⁸, e em seu lugar, assumiu João Caruzo. Com o novo administrador, a política agrária no Rio Grande do Sul tomou outras dimensões, assumiu um caráter reformista de vez, que já se iniciara, em agosto de 1961, com a proposição de Brizola de repartir parte da Fazenda Pangaré (ou Bacuperi), de sua propriedade, no município de Osório. Ao mesmo tempo, “que constitui um grupo de trabalho para estudar a introdução da Reforma Agrária no estado, o GT-14, além de declarar como utilidade pública, reconhecidas pelo governo, as mais de dez Associações de Agricultores Sem-Terra, então existentes” (ECKERT, 2009)⁷⁹. Na hipótese de Córdola Eckert, o apoio de Leonel Brizola ao projeto de Reforma Agrária inseria-se ao projeto de industrialização:

Distribuição da posse da terra como forma de aumentar a produção de produtos agrícolas para o consumo humano e para o setor industrial, e como forma de aumentar o nível aquisitivo da população rural, o que viria a beneficiar o consumo de bens industriais. Mas fundamentalmente, a justificativa da opção pela reforma

⁷⁷ HARRES, op. cit. p. 107-108.

⁷⁸ A aliança política com o PRP expressava a debilidade que o PTB tinha de criar força social no campo, apesar de ser uma força política em crescimento não conseguiu atrair estas bases. De modo, que desde 1950 já havia preocupação por parte do Partido Trabalhista Brasileiro com o voto rural. De modo, que a aproximação com o PRP se dava desde as eleições municipais de 1951 de Porto Alegre quando Brizola se candidatou a prefeitura pela Frente Popular (PTB-PSP-PRP). Assim, o PTB realizou uma aliança programática, uma manobra tática, na tentativa de aproximar-se dessas bases rurais, contudo, se encerrou esta coalizão a partir no momento que já não mais acumulava força e que outras forças sociais do campo começam a pressionar o governo estadual por Reforma Agrária, entrando em divergência com o PRP, portanto, rompendo o pacto político que perdurava por mais de 10 anos. (BODEA apud HARRES, 2011, p. 110-111).

⁷⁹ ECKERT, Córdola. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, MEDEIROS & PAULILO. Lutas camponesas contemporâneas. - São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 76.

agrária é política. Política, porque foi uma tentativa de ampliar seu respaldo junto aos setores populares do campo, isto é, ampliar a sua base de apoio.⁸⁰

Por mais que o Governo não tivesse uma ação mais concreta em relação à Reforma Agrária no Rio Grande do Sul até a saída de Hoffmann, anteriormente já havia preparado o terreno para propor um programa de Reforma Agrária. Os estudos Bernard José Pereira Alves⁸¹ demonstram que no ano de 1960 o governo do Rio Grande do Sul apresentava as primeiras indicações de que pretendia promover projetos de reestruturação fundiária no estado ao criar a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH). Nessa comissão foi elaborado um levantamento de todas as propriedades que ultrapassavam mais de dois mil e quinhentos hectares de terra, foi construído um complexo “mapa do latifúndio” no Rio Grande do Sul. A partir daí, elaboram um aparato burocrático específico para a realização de projetos de colonização e de Reforma Agrária.

O Grupo de Trabalho, GT-14⁸², ligado ao Conselho de Desenvolvimento do Estado encarregou-se de realizar estudos e sugerir medidas no âmbito das ações do poder público do Estado em relação à política agrária. Pelo que aponta Harres, “tinham amplos poderes para requisitar o auxílio necessário, um indicativo da importância que estava sendo conferida para a questão e também a sua urgência”⁸³. Ao final dos trabalhos, elaboraram um documento no qual explicitaram algumas considerações sobre o problema agrário, apresentando-o como uma questão de “justiça social e de desenvolvimento econômico”. Para eles, “a reforma agrária deveria assumir a forma de difusão da pequena propriedade e, embora reconheçam a problemática inerente ao minifúndio, não fazem alusão a qualquer solução coletivista”⁸⁴. Na visão dos técnicos do grupo de trabalho, a Reforma Agrária deveria “democratizar a propriedade”.

A ideia de democratização da propriedade foi a força orientadora da proposta do governo e, essa expressão, passou a ser largamente empregada como um meio de afirmar o caráter não subversivo do projeto. A reforma agrária por eles proposta estava ancorada em uma avaliação do momento político, visto como favorável a

⁸⁰ ECKERT, Córdula. Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. Itaguai (RJ): UFRRJ, Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 1984, p. 85.

⁸¹ ALVES, Bernard José P. A política agrária de Brizola no Rio Grande do Sul: notas sobre a atuação do governo e movimento. Curitiba (PR): XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, p. 1.

⁸² Era composto Cibilis da Rocha Viana: advogado, Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Estado; José Castelano Rodrigues: engenheiro agrônomo, Diretor da Divisão de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura; Áureo Elias: engenheiro agrônomo; Walter Tschiedel: advogado; Paulo R. Schilling: economista; e Paulo Schmidt: arquiteto.

⁸³ HARRES, op. cit. p. 111.

⁸⁴ HARRES, op. cit. p. 111-112.

uma intervenção mediadora. O momento, segundo o grupo coordenado por Viana, não era para radicalizações, embora visualizassem o fim da influência dos grandes proprietários, cuja força política vinha sendo minada. Fica implícita a ideia de que uma intervenção mediadora por parte do Estado poderia paralisar um processo em curso tendente à radicalização. Essas condições possibilitavam a apresentação e execução de um programa de reforma agrária, apoiado fundamentalmente na mobilização e organização dos sem-terra.⁸⁵

A preocupação que o GT-14 tinha em por o Estado numa posição mediadora em relação à Reforma Agrária, na tentativa de amenizar o conflito entre grandes proprietários e sem-terra, refletiu duas questões do momento político que as forças do campo no Rio Grande do Sul viviam e como, na visão do trabalhismo, deveriam se movimentar nesta conjuntura. Primeiro, as organizações dos agricultores sem-terra passavam por uma fase política mais organizativa, não havia grandes lutas, porém as Associações de Agricultores sem terra cresciam, ou seja, era um período de acúmulo de forças. Já com relação aos grandes proprietários, pelo que as evidências indicam, viviam um momento de crise de sua hegemonia no campo, fruto dessas novas forças sociais que contestavam a grande propriedade e reivindicavam que se fizesse Reforma Agrária. Para os trabalhistas do PTB, essas questões da forma de se posicionar diante deste conflito, estavam ligadas às estratégias de compatibilizações de interesses, ou seja, por mais que eles tivessem vínculos orgânicos com as forças de esquerda do campo, ainda assim teriam que garantir o exercício de governo. Isso refletiu tanto nas alianças interpartidárias, quanto nas intrapartidárias, onde buscavam construir base social própria. De modo que não se colocavam contra os grandes proprietários nem contra o latifúndio, buscavam adesão destes para o programa de reforma agrária (BODEA *apud* HARRES, 2011, p. 113).

A tática adotada pelo governo do Estado, por mais que não descartasse o apoio dos grandes proprietários, também buscava colaborar com o poder de mobilização dos movimentos sociais, pois fortaleceriam seus projetos de governo, que dependia do crescimento desses para por em prática o projeto de Reforma Agrária e de colonização no Rio Grande do Sul. O associativismo⁸⁶ vai ser adotado como forma de estimular a demanda legal por Reforma Agrária. Entretanto, foram apontadas algumas dificuldades que o governo enfrentaria para implementar a Reforma Agrária, a questão de aquisição da terras e dinheiro.

⁸⁵ HARRES, op. cit. p. 112.

⁸⁶ As associações haviam surgidos ao longo dos anos entre 1960 e 1961, devida a atuação do MASTER, o movimento se expandia pelo interior do estado por meio da ampliação das associações. Contudo, o governo do estado somente passa a tomar medidas de incentivo à criação destas a partir da criação do IGRA, em novembro de 1961. Assim, é criado dentro do instituto um setor específico para a promoção de organizações de trabalhadores rurais (ECKERT, 1984 77-79).

Esse entrave estava relacionado à posição do Congresso Nacional frente ao pagamento de indenizações em dinheiro para as desapropriações. Neste processo, tentam atacar este problema propondo que os proprietários de terras e loteamentos urbanos pudessem pagar seus encargos por meio de pagamento em terras. Assim, esta opção pela socialização dos custos do programa de Reforma Agrária estaria na mão dos próprios latifundiários, pois o governo passaria a depender destes para adquirir terras para a Reforma Agrária.

O futuro da Reforma Agrária no RS se mostrava modesto e incipiente. Assim, o governo buscava outras medidas para conter a insatisfação por parte dos trabalhadores rurais, de tal maneira que vislumbra outras frentes de ataques por meio da regulação das relações de trabalho no campo⁸⁷. De modo que estipula níveis razoáveis para os arrendamentos e estende, de imediato, a legislação trabalhista e a previdência social ao trabalhador rural (HARRES, 2011, p. 115).

Após o GT-14 desenvolver uma proposta de Reforma Agrária para o Rio Grande do Sul, foi criado em novembro de 1961 um novo espaço institucional para atender as demandas levantadas, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Este novo órgão era supervisionado pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE) e tinha o auxílio da Secretaria de Agricultura do Estado. Sua tarefa principal seria “administrar um programa especial e permanente de difusão da propriedade e organização de granjas cooperativas e comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores”⁸⁸. Dentro dessa perspectiva, elaborou-se o PRADE (Projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico). De maneira que “o IGRA e o PRADE formavam a base institucional que deveria viabilizar a Reforma Agrária idealizada no governo Leonel Brizola, construindo a máquina burocrática que deveria projetar a transformação da estrutura agrária e implementar a criação de núcleos coloniais.”⁸⁹

Contudo, esses dois órgãos enfrentaram diversos problemas em decorrência da estrutura que o Estado tinha para executar a Reforma Agrária. Desde 1960 o governo buscava uma alternativa para a compra de terras através da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CEHT). O que se esperava era que por meio destas compras o estado pudesse comprar terras

⁸⁷ Com relação a regulamentação do trabalho no campo Silva (2009 p. 1-9) faz referência as idéias de Fernando Ferrari sobre esta questão, apontando-o como um dos principais defensores e formuladores dessas idéias dentro do trabalhismo e do próprio PTB.

⁸⁸ HARRES, op. cit. p. 116.

⁸⁹ HARRES, op. cit. p. 123.

e adquirir propriedades para assentar agricultores. No entanto, os resultados não foram expressivos, pois havia muitas dificuldades, principalmente pela forma como se procurava adquirir as terras, via pagamento em dinheiro e títulos públicos (HARRES, 2011). Isso não atraía os proprietários rurais, além de ser uma forma de inviabilizar as pretensões do governo do Estado em relação à Reforma Agrária. Algumas medidas precisavam ser tomadas para avançar nesta questão, como alertou João Caruzo, em março de 1961, em correspondência endereçada a Brizola. Segundo ele, o estado deveria entrar com firmeza no comércio de terras se quisesse enfrentar o problema de terras no Rio Grande do Sul, sugeria ainda que se aplicasse de forma mais rígida a legislação sobre o Imposto Territorial e apontava a necessidade de aprovação de emenda constitucional para que se pudesse pagar as terras com apólices da dívida pública (HARRES, 2011, p. 117).

Poucas alternativas pareciam restar ao Estado para intervir no problema, se tivermos em conta que a desapropriação demandava recursos e a compra de terras, na forma proposta pelo Estado, não parecia viabilizar negócios. Contudo a constituição de um estoque de terras era indispensável a qualquer ação de assentamento de trabalhadores rurais. As atividades sob a responsabilidade da Comissão de Terras e Habitação foram absorvidas pelo IGRA, sendo as informações e os estudos incorporados ao órgão criado para planejar a reforma agrária.⁹⁰

A gravidade deste problema era tamanha que o governo do Estado fez um apelo aos grandes proprietários de terras, em fevereiro de 1962, em que indicava que o acordo fosse disposto conforme as sugestões da FARSUL elaboradas em seu Congresso. Apontava as ações que o IGRA vinha desenvolvendo em relação aos projetos de comunidades agrícolas de pequenas propriedades. Indicava também que dentro do IRGA (Instituto Riograndense do Arroz) se encontrava em funcionamento alguns projetos voltados à cultura do arroz, de modo que precisavam atender a essa demanda:

O Poder Público formula um apelo a todos os grandes proprietários que inspirados nos princípios da Fraternidade Cristã, queiram colaborar para a execução deste programa de democratização da propriedade, de justiça social e desenvolvimento. Nos termos sugeridos pela FARSUL (Cap. 9, letra f, item 2), pedimos ofertas de glebas próprias para a cultura do arroz, para pagamento pelos agricultores, num prazo mínimo de 10 anos, juros módicos e que comportem, em área contínua, a organização de uma comunidade de 25 ou mais pequenos proprietários. Os trabalhos serão executados mediante prévio e completo planejamento. Inclusive quanto às inversões, financiamentos, assistência e rentabilidade. Quando da seleção dos agricultores, os proprietários ofertantes poderão indicar até a metade dos futuros ocupantes dos lotes preferentemente, entre os que trabalham em sua ou suas propriedades.⁹¹

⁹⁰ HARRES op. cit. 118.

⁹¹ Correio do Povo, 4 de fevereiro de 1962.

Aqui se percebe os limites enfrentados pelo governo para aquisição de terras para a Reforma Agrária. Esta atitude evocada pela Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Agricultura demonstrava fragilidade em enfrentar este problema, pois para potencializar seus projetos dependia basicamente dos grandes proprietários. Assim como oferecia mecanismo de atrelamento e controle por parte deles em relação aos futuros assentados, podendo indicar 50% deles, tendo preferência os trabalhadores que já exerciam algum tipo de vínculo trabalhista com os latifundiários. Ou seja, caso fossem executados esses programas, ainda enfrentariam um outro problema, a relação que os próprios assentados teriam com seus antigos empregadores. De alguma maneira, isso colaborava para enfraquecer o poder de mobilização por parte do MASTER, comprometendo e enfraquecendo sua base social, pois parte dessas terras estariam sobre a influência dos grandes proprietários.

Em resposta ao apelo do governo estadual aos grandes proprietários, a FARSUL não perdeu tempo e atacou os órgãos públicos pela forma como estavam conduzindo a questão agrária no Estado. Assim, formularam uma nota de “Esclarecimento da FARSUL à Opinião Pública”⁹², onde apontaram as fragilidades da proposta formulada pelo poder público, segundo eles, na proposta formulada pela entidade constavam as seguintes questões em relação ao acesso a terra:

- a) Adoção na esfera administrativa do Estado de providências concretas no sentido de realizar prévios estudos sobre a disponibilidade de terras públicas e de terras particulares nas zonas que, pelas condições do solo, acesso aos mercados, estradas, armazéns e silos, se prestem a planos de colonização, dentro dos critérios da Lei Federal.
- b) Sujeição desses estudos, compreendendo o planejamento global sobre organização de novas comunidades rurais, à aprovação do Conselho Estadual a ser criado na Lei Federal, no qual deverão estar representadas a classe rural, as demais classes econômicas, ao lado de representantes do poder público.
- c) Prioridade no planejamento agrário, para os pequenos proprietários, tanto os da zona de colônia como os da campanha, cujas propriedades, pela exaustão das terras ou pela área diminuta, já não alcançam a rentabilidade suficiente ao sustento do agricultor e da família em condições de existência condigna.
- d) Prioridade, no planejamento agrário, quanto à distribuição de lotes agrícolas, em favor dos trabalhadores com antecedentes na atividade rural ou com conhecimentos técnicos ou práticos relativos aquela atividade.
- e) Condução do problema e sua execução com os melhores critérios técnicos, quanto à escolha da terra, da organização social e econômica a adotar, sistema de direção autônoma, afastados inteiramente quaisquer projetos de estatização ou coletivização dos núcleos coloniais.
- f) A contribuição da classe rural, após a aprovação do planejamento agrário, na vigência da Lei Federal, será efetivada:

⁹² Correio do Povo, 5 fevereiro de 1962.

Ou através de empréstimo interno e compulsório, em dinheiro, até 10% sobre o valor das propriedades rurais acima de 1.000 has, pagável em 10 anos e restituível ao termo de 15 anos:

- 1- Ou, em terras, na seguinte progressão: 3% de 1000 a 2000 há, 5% de 2001 a 3000 há, 10% acima de 3000ha, desde que assim prefira o proprietário. O valor da terra cedida será pago no prazo de 10 anos, em prestações anuais.

A proposta da FARSUL indicava que, na visão dos grandes proprietários, eles deveriam ter o controle dos mecanismos do acesso a terra, juntamente com o Estado e outros setores das classes econômicas, através de um Conselho Estadual para supervisionar, orientar e organizar os projetos em relação às novas comunidades rurais. Desse modo, o planejamento deveria dar prioridade aos pequenos produtores, primeiramente, devido às condições em que estes se encontravam, tanto por contar com poucas terras para produção quanto por conta das condições naturais dessas terras, pois estavam desgastadas e com pouca rentabilidade. Além disso, deram prioridade para a distribuição dos lotes aos trabalhadores que já exerciam algum tipo de atividade na área rural, ou que tinham conhecimento do trato com a terra. Do mesmo modo, demonstraram ter preocupação pela forma de organização que estes assentamentos teriam, negavam qualquer ligação com o Estado, no caso de uma possível estatização dessas áreas, assim como qualquer interferência de organizações coletivas, no caso os movimentos sociais. Quanto à forma de negociação destas terras, elegeram seus próprios critérios, divergindo da proposta que o governo apresentava em relação à compra das terras.

Ao estabelecer essas normas, a FARSUL procurava minimizar a influência que o Estado e os movimentos sociais teriam caso os projetos fossem executados. Ao mesmo tempo, buscava estabelecer relações com os outros setores organizados da classe dominante e com os pequenos produtores que, ou já tinham a posse da terra, ou estavam em processo de regularização de suas propriedades. Ao mesmo tempo, abriam espaço para o diálogo com os trabalhadores rurais, ao darem prioridades a eles nas distribuições dos lotes. Estas questões refletem o processo que a Federação irá enfrentar, principalmente após as primeiras ocupações de terras feitas no Estado em janeiro de 1962, onde o governo Brizola esteve diretamente envolvido junto ao Movimento dos Agricultores Sem-Terra.

O apelo do governo estadual parece ser uma tentativa de minimizar as críticas que vinha sofrendo após os primeiros acampamentos pelo MASTER no Estado. Sua política de aproximação em relação à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul visou contemplá-la nesses projetos, apesar de sua resistência, o poder público criou outros canais de negociação com os grandes proprietários.

Anteriormente, o governo já expressava essa política de aproximação com a FARSUL em relação à Reforma Agrária, principalmente, após a realização de seu Congresso no início de janeiro de 1962, momento em que a Federação se posicionou favorável à Reforma Agrária. Em entrevista dada aos jornalistas de Porto Alegre, Brizola falou da correspondência que havia recebido de Saint Pastous com as resoluções do referido congresso. Expõe que não havia examinado o documento com profundidade, que somente havia ouvido o relatório do Professor Salgado Martins. De modo que emite sua opinião em relação à posição dos grandes proprietários em relação sobre a Reforma Agrária de maneira positiva:

Considero que a posição assumida pelo ruralismo gaúcho é acentuadamente progressista, representando sem dúvida, um acontecimento da mais alta importância e que, estou certo, alcançará grande repercussão em todo o país. Considero, mais, que este fato representará um dos fatores mais positivos em todo este processo que nos conduzirá à reforma agrária.⁹³

O elogio do Governador à iniciativa da FARSUL não o eximiu das críticas da entidade, que após os acampamentos de Sarandi, demonstrou maior insatisfação com os caminhos que o Estado imprimia à Reforma Agrária. Em nota do dia 17 de janeiro, a Federação apresentou alguns posicionamentos sobre os movimentos de Nonoai, no norte do Rio Grande do Sul. No documento ficara indicado, por parte dos grandes proprietários, que a Entidade tinha o propósito de colaborar com os poderes públicos na elaboração e execução de um projeto de Reforma Agrária, distinguindo sua proposta do que ela denominou de “reforma conservadora ou pseudo reforma”, e a reforma de tipo “totalitária”, situando, dessa forma, a sua reforma como democrática. O diferencial de sua reforma é que era “orientada para o bem comum e para a política de justiça social, jamais deverá conduzir à luta de classes nem ao primado econômico nas relações sociais. Repugna a onipotência do Estado e procura cortá-la pelo fortalecimento da iniciativa privada e das associações”⁹⁴.

A FARSUL não aceita as expropriações dos proprietários nem a apropriação pelo Estado, pois isso feria o direito a propriedade. De tal modo, esses métodos não se justificariam, pois colocariam em risco o patrimônio que representa a terra. Para a FARSUL, a Reforma Agrária deveria atingir um maior número de pessoas aptas a cultivar a terra, a intenção era difundir “na massa rural aquelas qualidades de segurança, independência e responsabilidade que faltam as multidões do interior e que caracterizam, no mundo inteiro, a

⁹³ Correio do Povo, janeiro de 1962.

⁹⁴ Correio do Povo, 17 de janeiro de 1962.

missão histórica da classe média rural”⁹⁵. Assim, recomendam ao governo estadual que elabore planos regionais de parcelamento de áreas públicas ou não aproveitadas para fins de colonização e incremento da produção agrária. Entretanto, finaliza sua nota condenando o processo adotado na condução do caso de Nonoai.

Apesar dessa nota dos grandes proprietários condenando a ação, o governo tinha a preocupação de por a FARSUL a par dos processos de luta por Reforma Agrária, garantindo a representatividade de membros da Entidade junto às comitativas responsáveis por este acompanhamento. No caso da Fazenda Sarandi, houve a participação de um membro da Federação, Nestor de Moura Jardim, em sua visita ao acampamento dos sem-terra pode fazer algumas ponderações em relação a este processo, o qual foi transmitido ao presidente Saint Pastous. No relato de Jardim, pode-se ter uma ideia mais clara de como este avaliava esta tática de luta por acesso a terra:

Embora tenha notado que o ambiente era de calma ao chegar no capão da Cascável – à margem da estrada que vai de Soledade a Sarandi, passando pela Fazenda Sarandi, verifiquei que acima de mil pessoas aguardavam a chegada da comitiva governamental. O Sr. Governador do Estado, usando da palavra, recomendou-lhes que “aguardem em ordem e declarou que em quatro dias resolveria o caso”. Consitou-lhes a que não pusessem a perder o trabalho de uma longa caminhada, quando somente faltavam metros para chegar ao fim”. A despeito do acima exposto, voltei preocupado, havendo mesmo em palestra com o governador e outras personalidades da comitiva, manifestado o receio de que movimentos como aquele pudessem proliferar em outros pontos do Estado. Ponderei, então, que este movimento deveria ser precedido de um ato governamental, de modo a não parecer que o governo pudesse tomar uma resolução sob pressão de elementos interessados na posse da fazenda[...] Sou da opinião que todos os brasileiros dotados de condições de possuir uma gleba de terra tenham essa justa aspiração. Entendo que seja fácil atendê-los, pois segundo as estatísticas, dois terços do território nacional estão incultos, à espera de quem queira cultivá-los, e sendo os governos os maiores proprietários. Uma vez determinadas essas reservas, então deveremos cogitar da desapropriação das terras particulares, começando pelas mal exploradas e fazendo exceção, naturalmente aos casos de glebas realmente necessárias ao interesse público e mesmo ao interesse social, este quando regulamentado.⁹⁶

A preocupação de Nestor de Moura Jardim recaiu principalmente na forma que o governo havia conduzido esta ação, sem antes fazer um ato governamental. Na visão dele, o Estado deveria estabelecer certo controle sobre os sem-terra, não agir sobre a pressão do movimento social. De tal modo que o temor do membro da FARSUL era que este movimento se espalhasse para outras áreas do Rio Grande do Sul. Nessa situação, há um processo de negação da luta social e o não reconhecimento dos movimentos sociais organizados, ou seja,

⁹⁵ Correio do Povo, 17 de janeiro de 1962.

⁹⁶ Correio do Povo, 17 de janeiro de 1962.

os grandes proprietários eram a favor da Reforma Agrária desde que não fugisse ao seu controle, que não tomasse dimensões maiores do que eles projetavam.

Embora o governador tivesse sofrido críticas da FARSUL, não deslegitimava a ação dos agricultores rurais sem-terra em Nonoai, de tal modo que procurava dar uma explicação aos movimentos reivindicatórios no Rio Grande do Sul ao Senado Federal. Em carta enviada ao Senado, e transmitida pelo Senador João de Lima Teixeira⁹⁷ Brizola relatou como teria ocorrido tal processo de disputa de terras no Estado, segundo ele, “não ocorreu qualquer invasão de propriedade. O que aqui ocorre é a mesma situação de todo o Brasil rural, onde nossos irmãos que trabalham a terra, formando a imensa maioria do povo brasileiro, reclamam desesperadamente contra uma ordem social injusta e lutam por um futuro para seus filhos”⁹⁸. Além de esclarecer sobre as ocupações ele também fez um apelo ao senador: “precisamos agora passar a fase das medidas concretas e objetivas, as massas humanas desesperadas de nosso território rural não mais aceitam apenas nossas sempre repetidas boas intenções. A Reforma Agrária, de que tanto falamos precisa sair da fase dos pareceres para medidas concretas”⁹⁹.

O governador Brizola com o tempo assumiu outras posturas, passou a elevar e rebater as críticas da FARSUL, e defendeu o direito a livre organização dos agricultores sem-terra. Em carta direcionada a alguns membros da Entidade – Flodoardo Silva, Batista Luzardo, Glicério Alves e Serafim Vargas¹⁰⁰ – defendeu por meio de dispositivos da Constituição do Estado o que acreditava ser relevante para a realização da Reforma Agrária, o artigo 173, o artigo 174 e o artigo 164:

Artigo 173 – O estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, aos pequenos agricultores e as suas organizações legais, proporcionando-lhe, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem estar.

Artigo 174 – O direito a propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

1º - O Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação.

⁹⁷ Senador pelo Estado da Bahia coligação PTB-UDN 1955-1963.

⁹⁸ Correio do Povo, 16 de janeiro de 1962.

⁹⁹ Correio do Povo, 16 de janeiro de 1962.

¹⁰⁰ Correio do Povo, Fevereiro de 1962.

2º - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, promover à justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter parte em terras e meios de produção.

3º - O estado promoverá planos especiais de colonização, visando finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras de determinada região.

4º - O Estado facilitará a fixação do homem á terra, estabelecendo planos de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com aproveitamento de terras públicas ou mediante desapropriação de terras particulares de preferência as socialmente não aproveitadas.

5º - Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público, destinadas á formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

Artigo 164 – A união assegura e o Estado se obriga a respeitar e fazer respeitar os direitos e as garantias individuais, nos seguintes termos:

1º Todos são iguais perante a lei.

11 - Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a policia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião contanto que assim procedendo não a fruste ou impossibilite.

12 – É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária

Além dessas considerações, Leonel Brizola prosseguiu de forma mais contundente seu ataque e levantou algumas perguntas sobre essas questões que evocou ao acionar os dispositivos legais da Constituição e defender o livre direito a organização dos agricultores sem-terra:

Que me dizem os senhores destes mandamentos de nossa Constituição? Somos todos iguais perante a lei e perante Deus, também. Se os grandes proprietários têm suas Associações Rurais por que “os sem terra” não podem formar as suas entidades e serem Igualmente assistidos pelo Governo? Os senhores não recomendaram o associativismo no Congresso de Santa Maria? Pois, eu também sou associativista. E a Constituição que permite a todos se reunirem pacificamente, sem armas. Com eles não podem fazer congressos, se reúnem numa estrada ou num banhado, perto donde moram e derramam seu suor. Como não tem como deixar a família, levam junto a carrocinha, o pinga a patroa e a filharada, em muitos casos. Em Camaquã, apresentou-se um com vinte filhos. Por que tanto alarme? Nenhuma propriedade foi ou será invadida. O governo esta em condições de assegurar a ordem. E o fará irrepreensivelmente. Por que tantas reservas com a Reforma Agrária? Os políticos e deputados de todos os partidos, os professores, os sindicatos, a igreja e seus mais altos Dignatários, os congressistas e governantes americanos, governadores, ministros, o Primeiro Ministro, o Presidente, todos nós, não falamos todos os dias em Reforma Agrária? Ocorre que “os sem terra” ouvem no rádio essas coisas e se impacientam. A miséria é opressora, má companhia, intolerante. Não deixa suas vítimas esperarem pelo amanhã da reforma que nunca vem. Creiam-me: o povo gaúcho está esperando um gesto, uma atitude positiva e concreta de VV. SS., em nome da tranqüilidade de todos e da fraternidade cristã. Um passo apenas. Por que não enfrentamos a tal reforma agrária com aquele destemor que sempre caracterizou a gente do Rio grande? Daremos um exemplo ao Brasil inteiro. Veremos que ela não é nenhum bicho papão. Veremos, isto sim, que a vida será muito melhor se democratizarmos a propriedade. Por que a resistência? Por que a luta? Por que não

irmos ao encontro daqueles nossos irmãos humildes que lutam por uma oportunidade que o círculo vicioso da pobreza lhes nega? Não foram eles que até agora nos ajudaram a ser quem somos hoje? Espero que os ilustres patrícios concordem comigo. Esperar pela reforma da Constituição e pela legislação federal? Por que não enfrentarmos o problema aqui no Rio Grande, através de um acordo? Faremos a nossa própria reforma agrária através da compreensão, dos nossos sentimentos de solidariedade humana, da fraternidade cristã e do amor ao pago. E ainda mais, em nome da nossa inconfundível fé legalista, executando a Constituição. Sou companheiro para decisões concretas e imediatas.¹⁰¹

Com a resposta de Brizola, ficou claro que o líder trabalhista não estaria disposto a rebaixar seu discurso em prol dos movimentos sociais somente para ter um possível apoio dos ruralistas. Entretanto, não abandonou a conciliação entre ruralistas e os agricultores rurais sem-terra, pois acabou por propor um acordo aos grandes proprietários. O que estava posto neste embate entre FARSUL e governo do Estado quanto à legitimação das ações dos agricultores sem terras, é que a entidade não estava disposta a negociar com o movimento, além de tirar do Estado o poder de influência que este exercia sobre os agricultores sem-terra. Já o governo se amparou em questões jurídico-sociais para dar certa proteção às ações dos movimentos reivindicatórios. Na ótica de Alves (2010, p. 55)¹⁰² a proximidade entre MASTER e o governo do Estado tornara-se mais evidente, fundamentalmente pela postura assumida pelo poder público diante dos problemas agrários do Rio Grande do Sul, criando todo um aparato burocrático necessário para promover os assentamentos de colonos sem-terra. Já para o governo, o movimento era um ícone da luta em prol da Reforma Agrária, gerava símbolos e sensibilizava a sociedade pelo drama enfrentado pelos trabalhadores rurais que não tinham acesso a terra. Neste sentido, as duas instituições, Estado e movimento, “foram fundamentais no processo porque estabeleceram uma linguagem que gerava tanto reconhecimento jurídico quanto moral do drama que as populações rurais eram submetidas”¹⁰³. Pode-se observar que o governador do Estado soube aproveitar-se destes elementos objetivos e subjetivos da realidade concreta que a luta por Reforma Agrária indicava, de modo que estas questões é que irão fortalecer os elos entre Estado e movimento, não um se sobrepondo ao outro, mas ambos se fortalecendo para por em prática o projeto de Reforma Agrária:

Essas duas instituições se conectavam. Não era admirável que pudesse existir um laço forma entre governo do estado e o MASTER, na medida em que o reconhecimento da demanda de um pelo outro passava pela representação do

¹⁰¹ Correio do Povo, Fevereiro de 1962.

¹⁰² ALVES, Bernard José P. A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2010.

¹⁰³ ALVES, op. cit. p. 55.

distanciamento entre os dois. Entretanto, para que um pudesse agir era fundamental que o outro mostrasse fortalecido, de nada adiantaria se o governo dispusesse todo aquele aparato institucional para a realização de reforma agrária se não houvesse uma demanda de movimento organizado – composto por mais de cem demandantes, conforme consagrava a Constituição estadual, para que este pudesse atender. Isto é, para que o governo do estado pudesse ampliar sua política agrária era fundamental que o MASTER também se ampliasse.¹⁰⁴

A partir desse quadro político, a FARSUL não parecia estar disposta ao enfrentamento direto, ela buscava outros meios para imprimir alguma influência sobre os caminhos que a Reforma Agrária estava tomando no Estado. Assim, a entidade aceitou integrar a Comissão Mista Estadual para estudar e formular um programa de auxílio à questão agrária. O objetivo que a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul esperava, segundo Saint Pastous, era a “a adoção de providências capazes de impedir que se continue processando a arregimentação de camponeses no interior do Estado, a fim de preservar a tranquilidade não só dos homens do campo, mas também dos proprietários rurais”¹⁰⁵.

No ofício respondendo o pedido do governador com relação à participação da entidade na Comissão Mista, constavam outros itens que expressavam a vontade dos grandes proprietários em relação ao conflito de terras em torno das ações do MASTER. Primeiro, foram reiterados os motivos que levaram a FARSUL a aceitar participar da comissão estadual, sendo central a solução do problema agrário enfrentado pós as ocupações de terra. Segundo, estabelecia que os representantes da mesma deveriam ser em igual número que os representantes do governo. Terceiro, que fossem adotadas “providências capazes de fazer cessar as mobilizações e a arregimentação de camponeses e assegurar ambiente de tranquilidade, tanto para os trabalhadores quanto para os proprietários e empresários agropastoris”. Quarto, que fosse reexaminado o caso de Camaquã, com o fim de verificar, de acordo com o domínio, a área que verdadeiramente correspondia aos particulares e ao Estado, assim como adotar medidas de entendimento com os proprietários, para uma solução justa e conciliadora. Por fim, indica o nome do Presidente da entidade, Saint Pastous, para compor a comissão.

¹⁰⁴ ALVES, op. cit. p. 55.

¹⁰⁵ Correio do Povo, 10 de fevereiro p. 16.

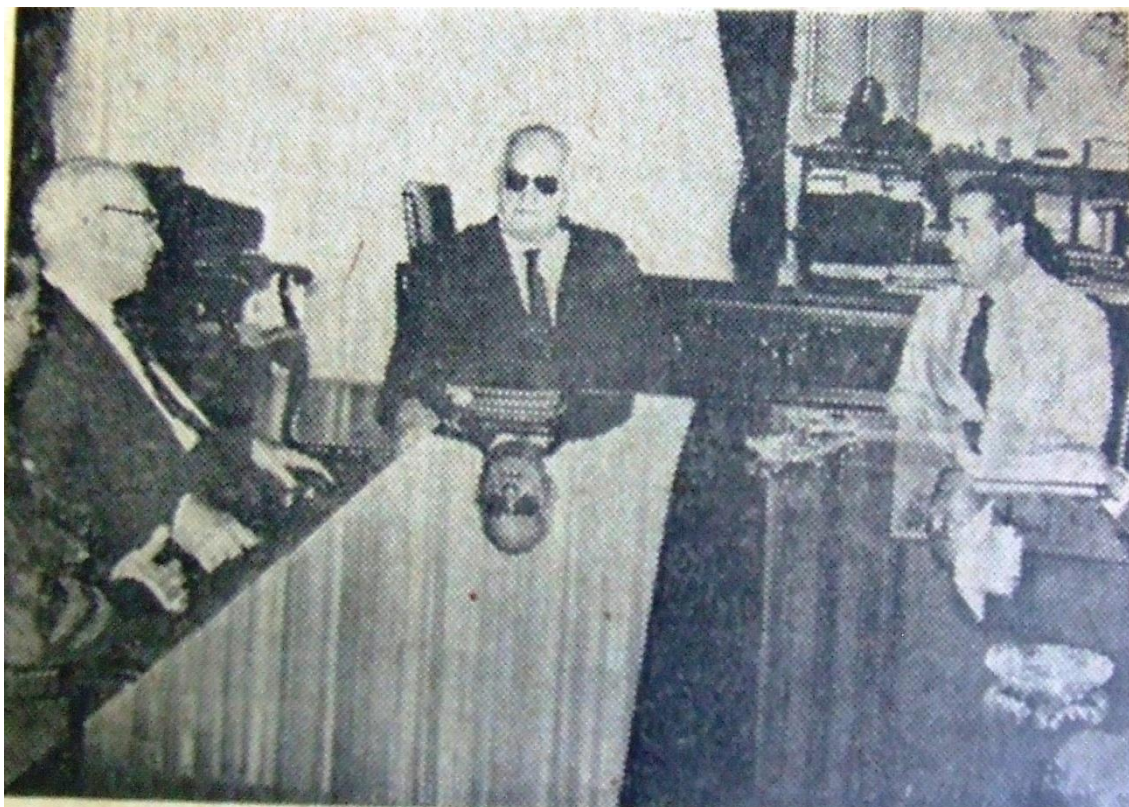


Figura 1 – Reunião entre o governador Leonel Brizola, o presidente da FARSUL Saint Pastous, Walter Jobim e Kurt Weisheimer, onde seria anunciada a criação de uma Comissão Mista para discutir a questão agrária no Estado – Porto Alegre: Correio do Povo, 9 de fevereiro de 1962, p. 16.

Diante dessa situação, o governo emitiu um comunicado em relação aos trabalhos que seriam desenvolvidos pela comissão, dando ênfase ao processo de mobilização. Em meio aos conflitos, Leonel Brizola recomendou aos agricultores sem-terra que tivessem confiança neste processo e que se abstivessem de movimentos reivindicatórios. Contudo, explicou que essa recomendação não se tratava de proibir as reuniões deste, assim como dos movimentos associativos, que para ele deveriam prosseguir¹⁰⁶.

Após algumas reuniões da Comissão Mista entre FARSUL¹⁰⁷ e governo do Estado¹⁰⁸, ambos formularam propostas para tentar entrar em um acordo sobre a questão da Reforma

¹⁰⁶ Correio do Povo, fevereiro de 1962.

¹⁰⁷ Os representantes da FARSUL dispunham de dois grupos na Comissão Mista. O primeiro era presidido pelo professor Saint Pastous de Freitas, presidente da entidade, como coordenador o professor Salgado Martins e como membros Amarildo Vieira de Macedo, Gregório Beheregaray, João Alves Osório, Manoel Luzardo de Almeida, Mariano J. Mariano da Rocha, Oscar Carneiro de Fontoura, Renato Centeno Crespo e Walter Jobim, este grupo é quem participa da Comissão Mista. O segundo grupo, “B” faria o assessoramento de cobertura de Décio de Assis Brasil, Padre Afonso Gregory, Armando Almeida, Bento Pires Dias, Geraldo Veloso Nunes Vieira, Irineu Riet Corrêa, Jayme da Silva Tavares, João Marchese, Kurt

Agrária. As propostas tanto do Estado quanto da FARSUL, que continham caráter de contribuição ao estudo da questão agrária, foram encaminhadas aos poderes da União e ao Ministério da Agricultura, ao Conselho de Ministros e à presidência da República e ao Congresso Nacional¹⁰⁹. O governo, ao instituir a Comissão Mista, procurava amenizar a crise em torno da questão agrária após as ocupações de terras, ao mesmo tempo, ao apresentar um projeto oficial de Reforma Agrária, procurava apoio do Governo Federal para solucionar este problema que extrapolavam o caráter regional e que dependia de mudanças a nível nacional para começar a ter algum resultado positivo. Todo este debate suscita o que Harres (2011 p. 105) aponta sobre a adesão da política agrária no governo Brizola por parte dos ruralistas:

No caso examinado, o governo procurou criar as bases para uma conciliação, envolvendo especialmente os representantes da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) na discussão do problema. Para além da diversidade de concepções acerca da reforma agrária, outros significados parecem estar a ela associados, dificultando ou mesmo inviabilizando qualquer diálogo. Nesse sentido, podemos dizer que expectativas agregadas à reforma agrária foram mobilizadoras de desconfianças e resistências. Nenhum consenso foi possível, ao contrário, passou a ser questionado o papel representado pelo governo na condução política do Estado. Os limites desse consenso revelam a fragilidade dos compromissos estabelecidos pelo governo tanto com os agricultores sem-terra quanto com os ruralistas, principais opositores à política formulada pelo governo. Esse programa de reforma agrária, cujo alcance político e social extrapolou o contexto de sua formulação, representou, por um lado, no âmbito da política gaúcha, o isolamento do PTB, mas, por outro, a sua distinção em meio aos setores mais progressistas ou de esquerda da opinião pública brasileira.

Esse processo expõe a correlação de forças que se tinha no campo e em torno da disputa do poder do Estado. Neste momento é possível verificar diversos elementos que representam o clima de apreensão com relação às primeiras ações reivindicatórias de terra no

Weissheimer, Lourenço Mario Prunes, Raimundo Guilherme Kloeckner, Remy Gorga, Ruy Cirne Lima e Werter Faria. *Correio do Povo*, 14 de fevereiro de 1962, p. 14.

¹⁰⁸ Os representantes do Estado eram os seguintes membros: governador Leonel Brizola; João Caruso, Secretário de Agricultura; Floriano Maya D'Ávila, Procurador Geral do Estado; Manoel Marques Leite, Gabinete de Administração e Planejamento; Elmo Diaz do Gabinete de Administração e Planejamento; Castelano Rodrigues, Diretor de Terras e Colonização; Luiz Albano Coelho de Souza, Diretor técnico do IRGA; Hélio Boeckel, Diretor de produção Animal; Aureo Elias, Chefe do Grupo Executivo de Terras; Paulo Schmidt, Diretor da Comissão Estadual de Terras e Habitação; Edgar Perez, da FECOTRIGO; Olmiro Simões Pires e Eliseu Torres, pela Federação das Associações de Orizicultores do Estado e Milton Serres Rodrigues, pela Associações dos Agricultores sem terra. *Correio do Povo*, 14 de fevereiro de 1962, p. 14.

¹⁰⁹ O documento oficial elaborado pelo governo e apresentado aos órgãos federais e ao Congresso Nacional constam 11 pontos que deveriam ter atenção especial: Eles dizem respeito aos artigos 173 e 174 da Constituição do Estado do artigo 145 da Carta Magna da República; Questões que caberiam a União por seus poderes legislativos e executivo para oferecer as diretrizes gerais e a legislação básica para a Reforma Agrária; e a questão de terras e de recursos financeiros. (*Correio do Povo*, 25 de janeiro, p. 16.

Rio Grande do Sul e o que essas gerariam de acúmulo na luta política no cenário tanto estadual como nacional. A FARSUL temia o alastramento das ocupações no Estado, pois isto ameaçava sua representatividade perante os grandes proprietários e outros setores dirigentes da classe dominante. Diante desta conjuntura, a entidade buscou fortalecer suas alianças e fazer novas alianças com outros setores sociais organizados e, assim, disputar o projeto de Reforma Agrária. Essa postura atentará para uma maior criminalização e marginalização do MASTER enquanto movimento social. Nesse sentido, a FARSUL atuará em diversas frentes para barrar os avanços que o Movimento dos Agricultores Sem Terra havia conquistado através de sua organização e luta por Reforma Agrária.

3 CONFLITOS, ALIANÇAS E ANTAGONISMOS EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA: A FARSUL E A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Neste capítulo, buscaremos apontar como se apresentaram as relações de força social e política da FARSUL na disputa pela Reforma Agrária no Rio Grande do Sul e como este processo nos ajuda a compreender a forma como essa experiência histórica e relacional agiu sobre a formação identitária de classe dos grandes proprietários rurais que se organizaram em torno da Entidade. Ao mesmo tempo, como estes constroem mecanismos de criminalização em relação aos movimentos sociais do campo, em especial, ao MASTER.

Assim, o elemento da construção de identidade de classe da FARSUL relacionada à Reforma Agrária será o principal elemento a ser desenvolvido, de forma a compreender que essa experiência está diretamente relacionada à sobrevivência deste setor enquanto classe, pois o avanço da Reforma Agrária acarretaria sérios riscos à reprodução desta enquanto classe, no sentido de que depende da terra como forma de se reproduzir, ou seja, ocorrendo uma Reforma Agrária que transformasse a estrutura fundiária radicalmente, esta classe perderia hegemonia no campo e correria sérios riscos de extinção. Assim, sua identidade é construída sobre uma ameaça.

3.1 Criminalização e marginalização dos movimentos sociais do campo e luta política por Reforma Agrária: a FARSUL e sua relação com o MASTER

No início de janeiro de 1962, ocorreram dois fatos políticos que chamaram a atenção na luta por Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. No primeiro caso, a FARSUL através do seu Congresso, em Santa Maria, reconheceu perante a sociedade a importância da Reforma Agrária. No segundo caso, durante a realização e após o congresso ruralista ocorrem os primeiros acampamentos de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul¹¹⁰ e as primeiras

¹¹⁰ Até este momento o MASTER não havia feito ocupações de terra. O surgimento do Movimento dos Agricultores sem Terra, em 1960, segundo Eckert (1984) se deu devido a um conflito por terra no município de

desapropriações de terra, impulsionadas pelas Associações Rurais de Agricultores Sem terras e pelo MASTER¹¹¹. No entanto, apesar da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul ser a favor da Reforma Agrária, não reconheceu o direito dos agricultores sem-terra de reivindicarem seus direitos nem os métodos empregados para tal conquista.

Assim, procuraram por todos os meios possíveis desgastar as ações e as mobilizações destes movimentos: através de apelos ao governador para que cessassem os acampamentos, mobilização dos deputados da Assembleia Legislativa que os apoiavam, assinatura de manifestos com outras organizações condenando essas ações e publicação de notícias nos principais jornais da grande mídia gaúcha desconstruindo a luta dos agricultores sem-terra e os criminalizando. Desse modo, tentaram por todos os modos se blindar dos perigos que advinham do processo de mobilização em torno da questão agrária.

Os ataques consistiram em criar uma imagem dos movimentos sociais associando-os a movimentos antidemocráticos. Assim, a concepção de Reforma Agrária que a FARSUL construiu excluía estes movimentos de poder se manifestar e lutar por seus direitos, pois não admitia a interferência das organizações rurais de trabalhadores sem-terra. A reforma deveria ser realizada através de medidas que fossem impulsionadas pelo Estado juntamente com a iniciativa privada, levando em consideração, principalmente, o direito à propriedade da terra. O que estava posto, diante da Entidade, era que o movimento social organizado ameaçava a propriedade privada da terra e o *status quo* conquistado através de seu domínio, ou seja, era preciso minar toda e qualquer tentativa destes avançarem em suas lutas.

Perante as ameaças concretas dos agricultores sem-terra, a FARSUL viveu momentos de contestação à sua representatividade. Era preciso tomar medidas que fortalecessem a unidade entre os grandes proprietários para enfrentar este problema, ou seja, indicar para esses

Encruzilhada do Sul, que envolveu posseiros que ocupavam uma área a mais de 50 anos, na qual foi requisitada por um pretenso proprietário que estes deixassem a área. No entanto, os agricultores sem-terra se recusam a sair e lutam por permanecer na terra, se organizam e recorrem as autoridades para que fizessem um acordo com o pretenso proprietário. Assim, conseguem um acordo e o dono é indenizado, deste conflito surge a primeira associação de agricultores sem terra, o primeiro embrião do que mais tarde passaria a ser o MASTER.

¹¹¹Segundo Picolloto (2011) afirma, não há evidências que comprovem que foi o MASTER que organizou o acampamento do Capão da Cascavel em Sarandi, mas que a iniciativa seria uma ação do prefeito Calixto previamente combinada com o governador Brizola; que só depois de formado o acampamento é que se organizou uma associação de agricultores em terra local. Contudo após a deflagração do Acampamento da Cascavel, a idéia de acampar tornou-se um modo de conseguir terra, assim sendo incorporado pelo MASTER em outras ações em vários outros pontos do Estado. PICOLLOTO, Everton Lazzaretti. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Rio de Janeiro (RJ): Tese de Doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011, p. 80.

o que isso representava para a sobrevivência destes enquanto classe. Assim, a Reforma Agrária deveria ser feita, não para solucionar o problema de má distribuição de terra, mas sim para amenizar os ânimos dos agricultores sem-terra. Era preciso tirar a carga “ideológica” das propostas de Reforma Agrária, pois essas continham outros símbolos que ultrapassavam a conquista pela terra, e estes sim, eram mais ameaçadores. Em resumo, as vitórias dos movimentos de luta pela terra poderiam acelerar outros processos de luta que estavam em curso, e levar a outras medidas, que juntamente com a Reforma Agrária, formavam um conjunto de transformações que poderiam por fim ao domínio político das classes dominantes como um todo, não só a dos grandes proprietários rurais.

O medo de uma revolução de esquerda alimentava o sentimento de unidade e criava uma identidade coletiva para os ruralistas. Mas também fazia com estes se aproximassem de outras forças sociais que também se sentiam ameaçadas por estas transformações, de maneira que a FARSUL, neste momento, tomou para si a direção deste processo e buscou despertar nestes setores este sentimento que a entidade estava vivenciando, ou seja, aqui ela rompeu com a sua pauta corporativa, mas também buscava convencê-los que a Reforma Agrária ultrapassava os limites do campo, e abrangia outros setores sociais.

De fato, a entidade tinha diversos motivos para estar em alerta com a Reforma Agrária, pois historicamente esta bandeira impulsionou as principais revoluções ocorridas no mundo até ali, é o que aponta Ribeiro (2010) em sua análise sobre o papel do campesinato enquanto sujeito histórico. Diz a autora que “uma revisão da história mostra, no entanto, que todas as revoluções sociais que ocorreram no século 20 foram, na sua totalidade ou em grande parte, revoluções camponesas”¹¹²

Do outro lado, o MASTER procurava com os acampamentos chamar a atenção para o drama que os agricultores sem-terra enfrentavam cotidianamente na luta por Reforma Agrária. O movimento buscava formar uma identidade que denunciava a violência no campo¹¹³ ao qual eles estavam submetidos por não possuir acesso a terra. Além disso, forjou símbolos que os

¹¹² Esta se referindo à Revolução Mexicana, à Revolução Russa, à Revolução Chinesa, à Revolução Vietnamita e as guerras de libertação na África. RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fim da formação humana. São Paulo: Expressão Popular: 2010, p. 126.

¹¹³ Para José Vicente Tavares dos Santos a violência no campo “trata-se de uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social como a violência política”. SANTOS, José Vicente Tavares. Conflitos Agrários e Violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>

identificassem como protagonistas deste processo de luta. Estas questões são possíveis de serem percebidas num pedido que o movimento fez ao Congresso da FARSUL em Santa Maria, onde eles evocaram os motivos que os levaram a fazer tal luta. Após utilizarem a recomendação que D. Vicente Scherer havia feito para o encontro ruralista, onde recomendava aos grandes proprietários que este deveriam conformar-se com a redução dos seus haveres, demonstram o que os motivou a lutar:

Queremos ser proprietários e não simples agregados ou parceiros. Queremos a nossa própria terra, para trabalhar e viver com as nossas famílias. Até agora cuidamos a terra dos outros e continuamos na miséria e nossos filhos sem futuro. Se todos nós somos cristãos e iguais perante Deus, não é da própria negação do Cristianismo alguns com tanta terra, morando na cidade, e milhares e milhares de famílias, vivendo em ranchos pelos campos ou como marginais, sem ao menos uma pequena propriedade? Viva a reforma agrária! Ela é abençoada por Deus!¹¹⁴

A disposição de lutar por Reforma Agrária colocava em cheque a dominação que até aquele momento eles viviam, onde basicamente dependiam do trabalho que desempenhavam nas terras dos grandes proprietários. Na visão dos trabalhadores rurais sem-terra, era chegada a hora de dar um basta, dizer que a conquista pela terra era uma forma de buscar dignidade para eles e para sua família. Não queriam mais as migalhas que o latifúndio os dava, queriam um futuro onde pudessem ser os próprios construtores.

Aqui também estava posto uma visão de mundo fortalecida pela religião, que expõe ao mundo as contradições das classes dominantes, que a todo momento diziam estar ao encontro de preceitos cristãos. A identidade coletiva aqui expressada estava permeada de simbolismos que rodeiam a realidade concreta dos trabalhadores rurais sem-terra, estes elementos num conjunto davam forma às suas vontades coletivas e aos seus projetos políticos, identificavam seus opressores e também indicavam uma parte da solução de seus problemas reais e imediatos.

Os acampamentos foram o maior símbolo de resistência, representaram o confronto direto com seus principais inimigos de classe, os grandes proprietários rurais. Através destes foi possível ver o que os agricultores sem-terra estavam dispostos ao enfrentamento para conquistar o acesso a terra, além de demonstrar a força que dispunham para tal e seu poder de mobilização das massas camponesas. No que tange à luta política, os acampamentos fizeram parte de um processo de acúmulo de forças, ou seja, só foram possíveis devido à questão

¹¹⁴ Correio do Povo. Janeiro de 1962.

organizacional¹¹⁵ que o movimento havia vivenciado nos períodos anteriores a 1962, procurando se fortalecer e criando uma identidade de movimento social, onde os sujeitos puderam reconhecer-se e compartilhar suas experiências de trabalhadores rurais sem-terra. Nos estudos de Ribeiro (2010)¹¹⁶ a autora indica que estes elementos só são possíveis porque:

Estes trabalhadores, que tem que têm sua unidade de interesses no vínculo com a terra, materializam-se em uma diversidade de sujeitos, conforme a região onde vivem, o trabalho que os liga à terra, o conhecimento que produzem a partir deste trabalho, a linguagem com a qual se expressam e estabelecem relações e, por fim, a cultura associada a uma religiosidade através das quais estabelecem regras de convivência comunitária, se integram ao meio e constroem uma identidade coletiva. [...] Essa identidade assim construída parece ser essencial à sobrevivência desses trabalhadores em um meio, na maior parte das vezes, hostil, como também as suas formas de organização, resistência e luta pela terra.

O acúmulo de forças vivenciado pelo MASTER desde a sua criação até os primeiros acampamentos em 1962, demonstrou a preocupação do movimento em não fazer ataques diretos ao latifúndio, mas sim direcionar suas forças iniciais para a formação e a organização dos trabalhadores rurais sem-terra. Assim, houve um recuo tático, ao invés de resistência direta ao seu principal inimigo, procuraram ganhar corpo e se constituir enquanto movimento social. Aqui ocorre um processo ao qual Bogo (2010)¹¹⁷ denominou “defensiva ativa e ofensiva”, segundo o autor:

a primeira cuida da força, para que não seja dividida, cooptada ou destruída, para isto é preciso conhecer bem o inimigo e escolher os lugares onde se deve atacá-lo para que os enfrentamentos deixem de ser localizados, como se dá na resistência. No segundo aspecto relacionado à ofensiva, combinado com a defensiva, busca se abrir outras frentes de enfrentamento, para atacar o inimigo em sua retaguarda, com o objetivo de enfraquecê-lo e derrotá-lo.[...] Neste combate, vamos nos reconhecendo e nos estabelecendo. Combinando a ofensiva com a formação da consciência e assim vamos descobrindo mais claramente aquilo que acreditamos. Quando formulamos, avançamos em direção o que já existe e que esta desordenado. Construímos as estruturas sociais que dão forma a sociedade que queremos.

Essa leitura tática do movimento só foi possível devido às condições objetivas que a correlação de forças desse período histórico apresentava, onde havia uma maior politização da questão agrária no país e também na América Latina. Deste modo, foi importante conhecer o processo político da época e as mudanças que ocorreram no rearranjo das forças tanto políticas quanto sociais, principalmente no Rio Grande do Sul, onde o Estado iniciara um processo de burocratização da questão agrária, criando um aparato jurídico e institucional que

¹¹⁵ Apesar do MASTER ter se constituído em 1960 somente em 1962 o movimento irá intensificar as ocupações de terra, neste período, ocorre o movimento busca se fortalecer por meio da constituição das associações rurais de agricultores sem terra.

¹¹⁶ RIBEIRO, op. cit. p. 134.

¹¹⁷ BOGO, op. cit. p. 119-120.

legitimava a Reforma Agrária e as organizações de agricultores rurais sem-terra. Entretanto, não são somente estes elementos que ajudam a explicar tal situação política vivenciada pelo MASTER, conforme Tedesco & Carini (2007) demonstram:

O Master se consolidou, institucionalizou-se e ganhou visibilidade entre os anos 60 a 64. Porém, sua articulação não é meramente conjuntural e nem regional; havia uma correlação e uns fios que se teciam já por alguns anos coligados com mediações das Ligas Camponesas e com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidades essas de pouca repercussão no solo gaúcho até então, mas que contribuíram para legitimar ações reivindicativas em torno da questão fundiária e dos grandes problemas vividos por peões, assalariados rurais, agregados, arrendatários, pequenos camponeses, dentre outras formas de expropriação. Estratégias de ocupação de terras, organizações sindicais rurais já vinham se constituindo e inserindo em suas diretrizes ações de justiça em torno da terra no Estado. A proliferação de ações em torno da mesma e sua dimensão politicamente aceita em nível político e, em grande parte, social, expressavam a preocupação de entidades, agremiações políticas, no caso em especial o PCB e o PTB, com a concentração da propriedade, com o aumento do minifúndio, com o esgotamento da fronteira agrícola no Estado, aliada a crise do trigo, da pecuária, o começo da cultura da soja e suas políticas de alteração produtiva, a intensa presença de peões, assalariados, parceiros, pequenos proprietários, assalariados rurais, meeiros, arrendatários, agregados, posseiros, filhos de pequenos agricultores (o Censo de 1960, indicava a existência de 297.814 agricultores sem terra no RS)¹¹⁸.

Um elemento que parece acelerar esse processo são as vitórias obtidas com os primeiros acampamentos¹¹⁹, não só no nível institucional, com a criação de novos espaços de negociação como a criação do IGRA e do PRADE, mas também nas conquistas reais, no caso as desapropriações de terras. A desapropriação da Fazenda Sarandi pelo governo do Estado, em 13 de janeiro de 1962, foi um símbolo dessas conquistas e representou o que estaria por vir neste cenário político. Sobre o primeiro acampamento em Sarandi, Picolotto (2011) demonstra ao analisar a fala de Romeu Berleze¹²⁰ que a Fazenda Sarandi “não era somente um latifúndio, mas tratava de um latifúndio em poder de estrangeiros”¹²¹. Segundo o autor “a simbologia de lutar pela desapropriação de uma fazenda de 25 mil hectares de propriedade

¹¹⁸ TEDESCO, João Carlos e CARINI, Joel João. Governador Brizola, o Master e o conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962. XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, p. 2-3.

¹¹⁹ Depois do acampamento de Sarandi irão surgir outros acampamentos em diversos municípios, tais como Camaquã, Santa Maria, Caçapava, Itaporã, Sapucaia, Alegrete, São Francisco de Assis e outros. BRUNO, Regina Angela Landim. O ovo da serpente: Monopólio da Terra e violência na Nova República. Campinas, SP: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, p. 164.

¹²⁰ Fala no Seminário Memórias Camponesas no Rio Grande do Sul em 2007, onde ele dá relatos de sua participação como liderança do MASTER e contextualiza a política agrária do governador Leonel Brizola.

¹²¹ PICOLOTTO, op. cit. 79.

estrangeira era grande em um momento em que o tema da defesa do patrimônio nacional era uma bandeira defendida pelo trabalhismo e pelo governo do estado”¹²². De tal forma que:

A importância maior do acampamento de Sarandi não é se foi ou não planejada e organizada pelo MASTER, mas que esta forma eficiente de pressão aos governos pela desapropriação de áreas que eram consideradas improdutivas, não cumpriram a “função social” (como determinava a Constituição Estadual de 1934) ou eram públicas, em suma, integrava-se ao rol de ações do movimento pela reforma agrária. A formação de acampamento como forma de pressão passou a ser usada por várias associações de sem terras no RS (ao todo foram formados 21 acampamentos entre 1962-1964) e por outras organizações camponesas em outros pontos do país.¹²³

Na análise do Everton Picolotto, o Acampamento de Capão do Cascavel que exigia a desapropriação da Fazenda Sarandi, “fez emergir um ‘conflito antagonista’, de disputa de recursos” (posse e uso das terras) e sobre os rumos do desenvolvimento agrário frente aos grandes proprietários fundiários e às suas organizações de representação”¹²⁴. Os acampamentos formaram focos de resistência onde foram criados novos espaços de sociabilidade e de solidariedade de classe, desvelando o abismo social entre os agricultores sem-terra e os latifundiários.

Antes mesmo dos acampamentos ocorrerem, já havia indícios dos perigos que tais ações representavam para a classe dominante agrária gaúcha. Em uma matéria do Correio do Povo, o Prefeito Ivo Spradel da cidade de Sarandi denunciou os movimentos que estavam ocorrendo na região. Na matéria, o prefeito diz que havia sido procurado por uma comissão de pecuaristas e agricultores arrendatários de terras da Fazenda Sarandi e que temiam o que estaria por vir. Na versão apresentada por esta comissão ao prefeito, informaram que “mil homens viriam a acampar em três lugares diferentes nessa fazenda, com o objetivo de se fixarem”¹²⁵. De tal forma que, segundo ele, resolveu verificar a veracidade da denúncia. Após enviar uma pessoa de sua confiança a cidade de Nonoai, não conseguiu confirmar a versão com as autoridades locais, no entanto, concluiu que de fato havia tal mobilização. Nesse contexto, o prefeito resolveu agir:

Tomei as providências que me impunham, cientificando as autoridades, a começar pelo Governo do Estado, fazendo sentir a gravidade desse ato, pois chegou ao meu conhecimento que os arrendatários da Fazenda Sarandi estavam armando sua gente para enfrentar a invasão e defender o seu patrimônio com toda a energia, apesar de se informar que dita invasão “seria pacífica”.[...] Tomarei todas as medidas a meu alcance, inclusive apelando para o Exército, de sorte a não permitir que o meu

¹²²PICOLOTTO, op. cit. 79.

¹²³PICOLOTTO, op. cit. 80.

¹²⁴PICOLOTTO, op. cit. 80.

¹²⁵ Correio do Povo, 12 Janeiro de 1962 p. 16.

município seja teatro de acontecimentos de maior gravidade, como se antecipa, e que poderão degenerar em conflito de consequências imprevisíveis.¹²⁶

Além da mobilização por parte do prefeito de Sarandi, também se mobilizaram nessas ações os militares, como aponta a matéria do *Correio do Povo*. Segundo consta na reportagem do periódico, “as autoridades militares tomaram várias providências, reforçando inclusive, com forças oriundas de Cruz Alta, o efetivo federal de Passo Fundo, de modo a estar em condições de manter a ordem pública em qualquer emergência e prontamente”¹²⁷. Já o governo do Estado destacou o cap. Walter Emilio Nique para acompanhar tais ações e atuar como observador, ao mesmo tempo, determinou o deslocamento de um contingente da Brigada Militar, sediado em Passo Fundo, “para prevenir qualquer alteração da ordem”¹²⁸.

A denúncia do prefeito de Sarandi Ivo Spradel, e as mobilizações tanto por parte dos militares quanto por parte do governo do Estado fornecem indícios da dimensão do conflito agrário envolvendo a disputa pela Fazenda Sarandi. Entretanto, também indicam que estas foram as primeiras manifestações do processo de marginalização e criminalização dos movimentos sociais por parte dos grandes proprietários rurais, que trataram tanto de utilizar forças próprias para sua defesa, armando seus capangas, como também contar com a colaboração de autoridades locais e diretamente dos próprios militares.

Outro conflito que também teve um significado nesta luta foi o que envolveu as terras do Banhado do Colégio, em Camaquã, rememorado pelos grandes proprietários, o que já havia ocorrido no processo de desapropriação da Fazenda Sarandi, em Nonoai. Na VI Conferência Rural Brasileira da CRB (Confederação Rural Brasileira) no Rio de Janeiro, no dia 25 de janeiro, para onde a FARSUL havia mandado uma delegação, o embaixador Batista Luzardo faz referência à questão de Camaquã, se mostrando preocupado com a nova intervenção do governo do Estado. Em sua fala, ele alerta “estejam todas as forças vivas do país, sobretudo o governo federal, as forças armadas, o Poder Judiciário e as forças espirituais”¹²⁹. Além disso, expõe que Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e as demais associações de classe do Estado já haviam lançado seu protesto contra essa iniciativa, a qual ele chama de “perigosa”, “de favorecer as ocupações de fazendas, sob pretexto de dar terras a quem não as tem”¹³⁰. Em seguida, faz ataques mais diretos chamando

¹²⁶ *Correio do Povo*, 12 Janeiro de 1962 p.14-16.

¹²⁷ *Correio do Povo*, 12 Janeiro de 1962 p.14.

¹²⁸ *Correio do Povo*, 12 Janeiro de 1962 p.14.

¹²⁹ *Correio do Povo*, 26 de janeiro de 1962, p 11.

¹³⁰ *Correio do Povo*, 26 de janeiro de 1962, p 11.

os agricultores sem-terra de “invasores” e diz que “a covardia liderou a todo o movimento, pois são numerosos os proprietários atingidos” por tal ação, e que muitos ali se encontravam na Conferência. Ao mesmo tempo, fala que foi informado que as pessoas que fazem parte dos movimentos reivindicatórios são “toda espécie de gente encontrada na periferia da cidade, sem ocupação e sem destino, foi arrebanhada pelos organizadores da invasão de Camaquã e é para esta malta que o Deputado Paulo Mincarone¹³¹ prega a Revolução ”¹³².

Os efeitos das desapropriações e dos acampamentos provocaram um sentimento relacionado ao ódio e ao preconceito de classe dos grandes proprietários para com as organizações camponesas, deslegitimando as ações e as relacionando às táticas utilizadas pelos movimentos comunistas de tomada do poder. Além disso, apareceu à ideia de que esses provocavam a “intranquilidade” no campo, com suas “agitações”. Em documento da Associação Rural de Camaquã, assinada por Dorval Ribeiro, presidente da entidade, em fevereiro de 1962, apareceram alguns desses elementos, ajudando a criar uma imagem dos líderes do movimento dos agricultores sem-terra ligada à criminalidade, à falta de ligação deles com o meio rural, ao discurso da competência (ruralista) incompetência (sem-terra) e aos usos políticos que estavam sendo feitos através destas ações por parte do governo e de políticos “demagógicos” que usavam as massas para fins políticos-ideológicos. É citado, por exemplo, em um trecho desse documento o seguinte:

Não importa que os líderes do movimento sejam egressos da penitenciária; não importa que sejam proprietários de prédios urbanos; não importa que no meio deles estejam agitadores que já possuíram propriedades rurais e dela se desfizeram por negligência ou incompetência; nada importa que no meio deles esteja a discursar o ex-fazendeiro, agitador hoje, de anel de brilhante no dedo e na gravata, ex-patrão rancoroso de ontem, hoje político inconformado; nada disto importa, porque chegou o momento da agitação, de demagogia, do aliciamento eleitoral e despistamento político.[...] O mais grave perigo que a chamada reforma apresenta, é a semelhança da técnica marxista.¹³³

Um elemento simbólico presente nestas ações é o uso de certos valores sociais ligadas a “força” e a “audácia” dos grandes proprietários para enfrentar as adversidades. No documento da Associação Rural de Camaquã foi declarado que existia uma guerra contra as fazendas no Rio Grande do Sul, portanto, todas as classes produtivas precisavam estar unidas para enfrentar essas ações. É evocada por parte dos grandes proprietários a “necessidade de uma união efetiva, desassombrada, permanente e vigilante, em defesa dos sagrados princípios

¹³¹ Deputado Estadual pelo PTB.

¹³² Correio do Povo, 26 de janeiro de 1962, p. 11.

¹³³ Correio do Povo, Fevereiro de 1962.

democráticos, em defesa da nossa tradicional e eficiente e patriótica atividade agrária”¹³⁴. Com isso, procuram evidenciar que esses são representantes da democracia e se proclamam agentes de tal tarefa, conclamando a todas as classes para combater o inimigo maior “essas forças obedecem a um plano geral e uniforme e vão atingir a todos nós”.

Apesar dos apelos e das ameaças que a FARSUL fazia aos movimentos sociais rurais de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul, as ações iriam ocorrer por todo o Estado até maio de 1962, quando aconteceu o último acampamento no governo de Leonel Brizola, em Cruz Alta. Essas ações geraram diversos tensionamentos com os grandes proprietários rurais, que tentaram pressionar o governo do Estado para que intervisse nas mobilizações dos movimentos. Em alguns momentos o governo cede aos pedidos da FARSUL, em outros acata as reivindicações dos agricultores sem-terra, para tentar amenizar a situação.

Assim, durante o mês de fevereiro, mesmo com a existência do acordo entre o governo do estado e a Farsul, os agricultores continuaram pressionando por terra, apesar de muitos acatarem a solicitação do governo de não realizar acampamentos. Foi o caso da desistência de montagem de acampamentos em Gravataí, em São Lourenço do Sul e em São Francisco de Assis. Em Itapoã e em Taquari, os agricultores mostraram-se inconformados com o acordo entre o governo e a Farsul e não acatarem o pedido de suspensão dos acampamentos. Em Itapoã, o acampamento somente foi dissolvido depois que o governo aceitou as reivindicações dos agricultores. Isso mostra que o governo estadual não tinha força nem controle sobre o movimento, que esse se alastrava à sua revelia. Em março, os acampamentos e as manifestações de inconformidade com a trégua tiveram continuidade no Banhado do Colégio, Tenente Portela, Cachoeira do Sul, São Luiz Gonzaga, Itaqui e Giruá. Neste último, existiam dois acampamentos, um dos sem-terra e outro dos proprietários e dos grandes produtores mecanizados, cada um localizado em um lado da estrada. Para separá-los, foi colocado um batalhão da Brigada Militar. Os sem-terra reivindicavam a desapropriação dos 11.250 hectares do Rincão dos Vieira (ECKERT, 2009, p. 80-81).

É possível ter a dimensão dessas ações impulsionadas pelas Associações de Agricultores Sem Terras e pelo MASTER no ano de 1962 quando observamos o quadro abaixo:

Tabela 1 – Mobilizações por terra (1962)

Período	Local	Tipo de Conflito	Área Reivindicada
Janeiro de 62	Sarandi	Acampamento	Privada

¹³⁴ Correio do Povo, Fevereiro de 1962.

Janeiro de 62	Banhado do Colégio (Camaquã)	Acampamento Privada	Confusa ¹³⁵ apropriada do Estado
Janeiro de 62	Taquari (Porto Grande)	Manifestação	Estado
Janeiro de 62	Santa Maria	Acampamento	Indefinida ¹³⁶
Janeiro de 62	Caçapava	Acampamento	Indefinida
Janeiro de 62	Pelotas	Concentração	Município
Fevereiro de 62	Alegrete	Acampamento	União
Fevereiro de 62	Sapucaia (Faz. Itapui)	Ameaça acampamento	Privada,
Fevereiro de 62	São Leopoldo (Horto Florestal)	Pressão Estado	horto florestal
Fevereiro de 62	Vacaria (Faz. Gregório)	Pressão	Privada
Fevereiro de 62	São Jerônimo (Quitéria)	Pressão para distribuição	Estado
Fevereiro de 62	Itapoá	Acampamento	Estado
Fevereiro de 62	S. Francisco de Paula (Faz. Velha)	Ameaça de acampamento	Reserva Florestal do Estado
Fevereiro de 62	Taquari	Acampamento	Privada e do Estado
Fevereiro de 62	S. Francisco de Assis	Acampamento	Privada
Março de 62	Tenente Portela	Solicitação	Área indígena e reserva florestal
Março de 62	Cachoeira do Sul	Acampamento	Privada/Confusa

¹³⁵ A respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões em que a situação jurídica ainda não estava definida.

¹³⁶ A respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões onde não foi possível obter informação precisa a respeito da área pretendida.

Março de 62	São Luiz Gonzaga	Acampamento	Privada
Abril de 62	Sapucaia	Ameaça de acampamento	Privada/ Confusa
Abril de 62	Itaqui (Faz. Mata Fome)	Ameaça de acampamento	Privada
Abril de 62	Giruá (Rincão dos Vieira)	Acampamento	Privada/Confusa
Maio de 62	Cruz Alta	Acampamento	Improdutiva ¹³⁷

FONTE: Alves (2010) e Eckert (1984)

O último acampamento em Cruz Alta foi marcado por uma maior repressão aos movimentos sociais por parte dos grandes proprietários com a colaboração do 3º Exército. Nas negociações feitas pelos sem terras para desapropriação da área junto ao governo do Estado, a FARSUL enviou mensagem ao comandante do 3º exército, em que solicitou a proteção para a propriedade privada que sofria tais ameaças. Diante desse cenário, o PTB local recua e o governador Leonel Brizola não apoia esta ação, segundo Saldanha em entrevista a Cordula Eckert em 1983, o PTB temia que o exército pudesse atacar o acampamento, de modo que Milton Serres Rodrigues presidente do MASTER acataria a decisão do governador de não acampar na área. Entretanto, o acampamento acabou sendo realizado, sendo os sem-terra parados pelo Exército quando se dirigiam á área. Após Brizola saber que havia saído tal acampamento, negociou para que os sem-terra se dissolvessem, entretanto, isso só foi possível com o comprometimento do governador em desapropriar a área. (ECKERT, 2009).

Um elemento que chamou atenção também foi a participação da Brigada Militar, que em alguns casos, participou mais efetivamente, garantindo que não os conflitos não se generalizassem de forma mais violenta. É o caso da fazenda Sarandi (Nonoai), do Banhado do Colégio (Camaquã) e da Fazenda Rincão dos Vieira (Giruá), que contaram com maior intervenção. Mesmo contando com o apoio da Brigada, aconteceram atos de violência a partir das ações dos ruralistas, segundo Eckert (2009, p 81) “haveria ocorrido represálias de fazendeiros contra seus agregados que participavam de acampamentos que ocorreram em Giruá e no Banhado do Colégio”. Além disso, se verificou que houve diversas pressões

¹³⁷ A denominação foi aplicada para as ocasiões onde a propriedade era considerada improdutiva pelos demandantes.

(inclusive armada) contra os agricultores sem-terra em Encruzilhada do Sul, segundo os relatos de Milton S. Rodrigues¹³⁸.

Além desses fatos, também pode ser incluída a prisão de Jair Calixto em 20 de setembro de 1962,¹³⁹ que ocorreu através de uma ação movida pelo juiz de Direito de Sarandi enquadrando-o na Lei de Segurança Nacional (artigos 7 combinado com a 6, letra C, 11, 13 e 15)¹⁴⁰. Na época, Calixto estava licenciado da prefeitura de Nonoai e concorria a deputado estadual. Pelo que consta na matéria do Correio do Povo do dia 20 de setembro, a Procuradoria Geral do Estado deu a informação de que o promotor Tulio Taborda havia ressaltado a necessidade da prisão devido a ameaças à ordem pública causadas por Jair Calixto e que havia também a necessidade de estabelecer um sistema intensivo de policiamento em Sarandi, que segundo ele era para “evitar represálias dos capangas de Jair Moura Calixto”. Além disso, também é exposto que a ação judicial foi movida devido às notícias de que o acusado estava “aliciando elementos no interior para invadir a fazenda do Sr. Ernesto Anoni” e que também pretendia assaltar a cidade de Sarandi para “praticar violências contra o prefeito Ivo Spradel e o Juiz de Direito”. Segundo a matéria do periódico gaúcho, Calixto estaria contrariado com o processo de desapropriação da Fazenda Sarandi, assim como, pelo que constava no inquérito policial, “estaria preparando grupos de guerrilheiros, instruindo-os segundo as instruções contidas no livro ‘Guerra de Guerrilhas’¹ do comunista Che Guevara”. Por fim, consta que ele havia sido preso pelos policiais Vilson Clainhis e Luiz Amelio Vangele que no momento de sua prisão estava armado com um revólver calibre 44.

¹³⁸ ECKERT, op. cit. p. 82.

¹³⁹ Correio do Povo 20 de setembro de 1962. Museu José Hipólito da Costa.

¹⁴⁰ A lei de Segurança Nacional nº 38 foi decretada em 4 de abril 1935. Os artigos que o juiz de Sarandi utilizou foram os seguintes: Art. 7º Incitar funcionários públicos ou servidores do Estado á cessação coletiva, total ou parcial, dos serviços a meu cargo. Art. 6º Incitar publicamente a pratica de qualquer dos crimes definidos nos arts. 1º, 2º e 3º. O art. 1º diz respeito “tentar diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da Republica, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida; o art. 2º diz o seguinte “Art. 2º Opor-se alguém diretamente e por fato, á reunião ou ao livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União; E o art. 3º diz “opor-se algum por meio de ameaça ou violência, ao livre e legitimo exercício de funções de qualquer agente de poder político da União: No parágrafo letra C aponta que “ Afixá-los, apregoá-los, ou vende-los nas imediações de estabelecimentos de caráter militar ou de lugar em que os soldados se reúnam, se exercitem ou manobrem.”; art. 11 denota que “provocar animosidade entre classes armadas, inclusive policia militares, ou contra elas, ou delas contra as instituições civis.”; O artigo 13 diz o seguinte “fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder, ou emprestar, por conta própria ou de outrem transportar, sem licença da autoridade competente, substancias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição”; Art. 15. Apresenta o seguinte “Instigar as classes sociais á luta pela violência.” Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em 02 nov 2013.

A judicialização política evidenciada neste processo é um exemplo da maneira como o judiciário se constitui ao longo dos processos de dominação política no Brasil e na luta por Reforma Agrária, onde corrobora, em muitos casos, com a perpetuação das desigualdades sociais, ajudando desta forma a bloquear/frear a luta por direitos sociais e políticos. Segundo Núñez (2010, p. 3), “poderemos identificar um processo na qual o deslocamento de lutas sociais e disputas políticas para a arena judicial representa muitas vezes um recurso de setores sociais e econômicos dominantes no sentido de interditar processos de luta política”¹⁴¹. Para o autor, em muitos casos, “o recurso à arena judicial permite uma identificação dos movimentos sociais e de suas demandas como ameaças à própria democracia, permitindo a mobilização do poder coercitivo do Estado contra estes movimentos”¹⁴². De tal forma que os movimentos se tornam uma ameaça aos interesses da classe dominante, que procuram marginalizar seus processos de luta, criando a imagem de que estes são perigosos e tiram a paz social, criando mitos em torno de suas lideranças e de suas táticas e práticas políticas. Por fim, o governo estadual tomou nova decisão e voltou a desapropriar a área no dia 21 de julho de 1962, declarando-a como área de utilidade pública¹⁴³.

Ocorreram também outros casos em que houve intervenção da justiça em relação a desapropriações rurais, como no caso da Barragem Capané, em Cachoeira do Sul, em julho de 1962 e o caso da Fazenda Mata Fome em Itaqui, em outubro de 1962. No primeiro caso, a justiça entrou com uma ação pedindo a desapropriação da área. De início o governo estadual¹⁴⁴ acatou a decisão, argumentando que respeitava a decisão do Tribunal de Justiça do Estado, pois atendia os princípios legais porque ainda não havia legislação específica sobre a desapropriação por interesse social. Já o MASTER procurou evidenciar que aquela decisão representava os interesses dos grandes proprietários rurais que estes “empregam todos os recursos da técnica jurídica ao seu alcance no sentido de impedir que os SEM TERRA conquistem a sua gleba para trabalhar e viver com dignidade”¹⁴⁵. Além disso, chamam a atenção que a injustiça social era fruto da falta de proteção jurídica para com os sem-terra, de modo que, ao preservar os interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes, colocavam em risco a tranquilidade social e as instituições. Ou seja, era preciso dar amparo

¹⁴¹NÚÑEZ, Tarson. A judicialização da política e a criminalização dos movimentos sociais no RS. p. 3. Acessado em: http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/a_judicializacao_da_politica_e_a_criminalizacao_dos_movimentos_sociais_no_rs_tarson_nunez_2010.pdf.

¹⁴² NÚÑEZ, op. cit. p. 3.

¹⁴³ Correio do Povo 24 de julho de 1962, p. 19.

¹⁴⁴ Correio do Povo 19 de julho de 1962 p. 12 e 16, Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre

¹⁴⁵ Correio do Povo 20 de julho de 1962 p. 16, Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

legal aos que mais necessitavam, criando uma ordem social mais justa e mais humana¹⁴⁶. Por fim, o governo estadual tomou nova decisão e voltou a desapropriar a área no dia 21 de julho de 1962, declarando-a como área de utilidade pública¹⁴⁷.

No segundo, em Itaqui, o Tribunal de Justiça do Estado concedeu mandato de segurança, por maioria dos votos¹⁴⁸, a favor do proprietário da área, Cídio Pinto, e foi impetrado contra o ato do Governador do Estado relativo ao decreto 13.448 de abril de 1962 que havia desapropriado a fazenda. Como consta na matéria do *Correio do Povo*, a decisão, segundo o Procurador Geral do Estado, se deu porque a área não se enquadrava como área de interesse social. O que chama a atenção nesta situação é a forma como o proprietário tratara a questão, argumentando que “o ato governamental concretiza ilegalidade e abuso de poder, que devem encontrar corretivo na ação do judiciário”¹⁴⁹. É depositado por parte do proprietário poderes ao judiciário, o judiciário tem o papel de confrontar e intermediar as ações governamentais.

As ações judiciais e a prisão movida contra Jair Calixto utilizando a Lei de Segurança Nacional indicam alguns elementos que passaram a ser recorrentes, principalmente, a partir de 1963 quando Ildo Meneghetti assume o governo do Estado, momento em que os movimentos sociais do campo viveram um intenso processo de criminalização¹⁵⁰ e marginalização da luta social até a dissolução dos movimentos a partir do golpe Civil-Militar de 1964. O sistema judiciário passará a atuar de forma cada vez mais presente na luta por Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, dando legitimidade à ação repressiva contra os movimentos sociais do campo.

A renovação do quadro político das lutas sociais instaurado pelos acampamentos e pelas desapropriações de terra demonstrava a capacidade de organização das camadas populares, mas também fez reavivar nas classes dominantes gaúchas as suas faces mais violentas da luta política. Esta situação demonstra o que Regina Angela Landim Bruno (2003) aponta em seus estudos sobre a violência patronal rural como prática de classe. Em seus estudos a autora afirma que, “inúmeras foram as situações que, ao longo do tempo, realimentaram ou foram realimentadas pela contemporaneidade do atraso e do moderno como

¹⁴⁶ O documento é assinado por Milton Serres Rodrigues, presidente do MASTER, em 17 de julho de 1962. *Correio do Povo*, 20 de julho de 1962, p. 16. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

¹⁴⁷ *Correio do Povo* 24 de julho de 1962, p. 19.

¹⁴⁸ Segundo consta no *Correio do Povo* os desembargadores João Climaco de Melo Fº e Celso Afonso Soares Pereira. *Correio do Povo*, 24 de outubro de 1962, p. 16. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

¹⁴⁹ *Correio do Povo*, 24 de outubro de 1962, p. 16, Museu José Hipólito da Costa, p. 16.

¹⁵⁰ Nos estudos de Coutinho, Muniz e Nascimento (2012) “é necessário questionar a natureza e caráter da criminalização, e, de forma específica, o que representa a criminalização e como esta se manifesta no âmbito das correlações de forças nos espaços legais e administrativos”. COUTINHO, Adelaide Ferreira, MUNIZ, Raquel S. Lobato e NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. *Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação*. Marília (SP): Aurora, v. 5, p 56, 2012, p. 56.

constitutivos da prática políticas dos grandes proprietários de terra e empresários rurais no Brasil”¹⁵¹. Sobre esta ótica, dois principais traços marcariam o perfil das classes e grupos dominantes no campo: a defesa da propriedade como direito absoluto e a violência como prática de classe¹⁵². Este perfil foi recorrente ao longo da história brasileira e deixou de legado ideais e valores sociais que marcam a sociedade brasileira como violenta e autoritária.

A questão que fica latente nesse processo é a identificação, por parte dos grandes proprietários, de quem era o seu principal inimigo na luta política por Reforma Agrária. Para tanto, procuraram acionar diferentes agentes e mecanismos para tentar impor sua força para barrar o avanço dos movimentos sociais no campo. Aqui se afinam com a concepção de Reforma Agrária que a FARSUL tinha e que tem como principal elemento a negação dos principais agentes e interessados neste processo, os agricultores rurais sem-terra e suas organizações. Procuraram disseminar o ódio de classe e usar da violência, assumiram para si a missão de dissolver os movimentos sociais da luta política no Rio Grande do Sul. De modo que a alusão “à guerra” se tornou constante nos discursos políticos dos ruralistas e também um elemento simbólico e de unidade entre seus pares, dando maior clareza para quem eles deveriam direcionar suas “armas” e forças. Aqui definem quem são seus aliados e seus adversários nesse processo político, ao mesmo tempo, entendem como eles se agrupam e como se comportam, com isso elaboram sua estratégia e sua tática: qual o caminho a ser trilhado e quais frentes devem ser atacadas para tentar minar a organização dos movimentos sociais sem-terra.

3.2 Partido da Terra: o ruralismo diante da crise de representação política

No Congresso da FARSUL em Santa Maria, em janeiro de 1962, foi discutida a necessidade de se alcançar os meios políticos através de um “Movimento Ruralista” que pudesse influir no resultado das eleições de âmbito federal, estadual e municipal. A tese de Aristides Milano, membro do Conselho Deliberativo da FARSUL, era que o ruralismo do País, organizado como força política, tinha que deixar a posição de defesa em que se encontrava e deveria “lançar-se a uma ofensiva enérgica, orientado no sentido de salvaguardar

¹⁵¹ BRUNO, Regina Angela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. Porto Alegre: Sociologias, ano 5, n° 10, jul/dez, 2003, p. 284.

¹⁵² BRUNO, op. cit. p. 285.

seus interesses”¹⁵³. A contribuição do ruralista revelava a preocupação dos grandes proprietários de terra em constituírem um bloco de força política que abrangesse as mais amplas esferas da política institucional brasileira, que pudesse defender seus interesses de classe junto ao Estado. Para tanto, a elaboração feita por Milano demonstrava a percepção da FARSUL sobre a importância de se ter candidaturas alinhadas a sua política.

A preocupação da FARSUL era pertinente, pois ela não constituirá propriamente uma organização partidária tradicional¹⁵⁴, ou seja, a Entidade não reconhecia nos partidos políticos a capacidade de representação das suas aspirações e desejos de classe naquele momento. Assim era preciso identificar aliados em potencial para fazer esta aliança e também dar

¹⁵³ Correio do Povo, Janeiro de 1962, Arquivo Histórico de Santa Maria.

¹⁵⁴ Gramsci ao desenvolver sua tese sobre o partido nos “Cadernos do Cárcere” aponta a seguinte percepção “para que exista um partido é necessário que confluem três elementos fundamentais (ou seja, três grupos de elementos): 1) Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e a fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem estes, o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido tampouco existiria “somente” com estes. Estes são uma força somente porque há aqueles que centralizam, organizam e disciplinam o partido, mas na ausência desta força coesiva o partido se dispersaria e se anularia como algo insignificante e impotente. Não se nega que algum desses elementos possa tornar-se uma força coesiva, mas se fala destes precisamente no momento em que não são esta força coesiva e não estão em condições de ser e se são, isto ocorre num círculo restrito, politicamente ineficiente e sem consequência; 2) O elemento coesivo principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e potente um conjunto de forças que deixadas a si contariam zero ou um pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora, disciplinadora e também, aliás talvez por isso mesmo, de inventividade (se se entende “inventividade” em uma certa direção, segundo certa linha de força, certa perspectiva e ainda certa premissa): é também verdade que somente deste elemento não se formaria o partido, mas o formaria mais do que se não fosse considerado o primeiro elemento. Fala-se de capitães sem exército, mas na realidade é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto é verdade que um exército já existente será destruído se faltarem os capitães, enquanto que a existência de um grupo de capitães, bem formados, concordes entre si, com fins comuns, não tarda a formar um exército mesmo onde não existe; 3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, que os ponha em contato, não só “físico”, mas moral e intelectual. Na realidade, para todo partido existem “proporções definidas” entre esses três elementos e se alcança o máximo de eficiência quando tais “proporções definidas” são realizadas. De modo que, Dadas estas considerações, pode-se dizer que um partido não pode ser destruído com meios normais quando, existindo necessariamente o segundo elemento, cujo surgimento está ligado à existência das condições materiais objetivas (e se este segundo elemento não existe, todo raciocínio é vazio), mesmo que seja no estado disperso e vagante, não possam deixar de formar-se os outros dois, ou seja, o primeiro que necessariamente forma o terceiro como sua continuação e meio de exprimir-se. Ocorre que, para que isso advenha, deve ser formada a convicção férrea de que é necessária uma determinada solução dos problemas vitais. Sem esta convicção, não se formará o segundo elemento, cuja destruição é a mais fácil pelo seu escasso número, mas é necessário que este segundo elemento, se destruído, tenha deixado como herança um fermento a partir do qual regenerar-se. E onde este fermento subsistirá melhor e poderá melhor formar-se senão no primeiro e no terceiro elemento que, evidentemente, são mais homogêneos com o segundo? A atividade do segundo elemento para constituir este elemento é assim fundamental: o critério de juízo deste segundo elemento será buscar: 1) no que realmente faz; 2) no que prepara, na hipótese de sua destruição. Entre os dois fatos é difícil dizer qual seja o mais importante. Como na luta se deve sempre prever a derrota, a preparação dos próprios sucessores é um elemento tão importante de tudo quanto se deve fazer para vencer. Acessado em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=145882&

formação política capaz de torná-los seus representantes nas esferas institucionais. Esta questão identificada pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul fazia parte da crise de hegemonia política¹⁵⁵ vivenciada pelos ruralistas após a Revolução de 30, em que vão perder formalmente o poder político, no entanto, não vão destruir o latifúndio e nem o poder de influência da racionalidade latifundiária. De tal modo que, aos poucos, buscam criar novas estratégias de articulação e alianças políticas e econômicas entre burgueses e latifundiários, que darão sustentação à continuidade de sua presença (GEHLEN, 1994).

A luta por Reforma Agrária faz parte e representa uma ameaça concreta ao poder dos grandes proprietários. Para Gehlen (1994, p. 158) “a expropriação (ou desapropriação) das terras que estão em mãos de latifundiários, mesmo que estejam improdutivas, significa a expropriação da fonte originária do poder, da fonte de especulação e de controle e, portanto, eliminação desta classe social”. De modo que para o autor, essa classe procura historicamente “manter-se aliada às forças de controle social e armadas do Estado, garantindo a defesa física de sua “fonte” de poder e, utilizar-se de pessoas de outras origens sociais como suporte de intermediação para a execução cotidiana do poder, no legislativo, no executivo e principalmente no judiciário (GEHLEN, 1994, p. 158)”.

No documento elaborado por Aristides Milano e entregue a mesa de debates para a aprovação nas resoluções do Congresso da FARSUL, constatou-se diversos elementos que caracterizariam essa crise de poder vivenciada pela Entidade. O primeiro elemento exposto diz respeito às ameaças que a classe rural estava enfrentando e que enfrentaria no próximo período em decorrência dos processos de luta em torno da Reforma Agrária. Nesse contexto, se fazia necessário influenciar nos resultados das eleições que ocorreriam em outubro de 1962, aumentando o número de representantes políticos da Entidade no âmbito municipal,

¹⁵⁵ Se analisarmos as ocupações profissionais dos deputados entre 1947-1962, poucos estão identificados com o setor agropecuário ou áreas afins, como agronomia e veterinária. No quadro elaborado por HEINZ (2005) entre 1947-1951 dos 55 deputados a um deputado que se identifica como agrônomo; entre 1951-1955 entre os 55 deputados há somente um que se identifica como agro-pecuarista, entre 1955-1959 apenas dois que se identificam como agros-pecuaristas e entre 1959 e 1962 também apenas dois. Contudo, como aponta Flávio Heinz fica difícil de traçar um quadro mais expressivo, pois muitos tinham mais que duas ocupações, no caso do setor agropecuário, muitos apresentam-se apenas como estas ocupações mas muitos outros são advogados/pecuaristas, engenheiros/pecuaristas ou médicos /pecuaristas. No caso da pesquisa de Heinz, este levou em consideração apenas a formação universitária. HEINZ, Flávio M. O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982 / Flávio M. Heinz; Jonas Moreira Vargas; Angela Flach; Daniel Roberto Milke – Porto Alegre, RS: CORAG, 2005 p. 85-87.

estadual e federal, assim como influir decisivamente na escolha do próximo governador do Estado.

O segundo elemento diz respeito à força política que a classe rural tinha no Estado, para isso deveria estar unida. No terceiro elemento, o ruralista divagava sobre a questão de que a Federação e as Associações Rurais filiadas não poderiam exercitar a política partidária, entretanto, isso se daria por um princípio de autodefesa, não quer dizer que estes se abdicavam de lutar por seus interesses e não poderiam ser defendidos nestas esferas de representação política, ou seja, influenciar em suas decisões. O quarto aspecto apresentado denotava que todos os problemas tanto sociais, quanto econômicos, administrativos e políticos interessavam à classe e estavam intimamente ligados e eram interdependentes, portanto, não se poderia separá-los, pois não conseguiriam alcançar as respectivas soluções para os seus problemas.

Já no quinto ponto, foi exposta a preocupação com os perigos que representava a unidade das forças oposicionistas aos grandes proprietários, pois segundo Milano os interesses econômicos, sociais e políticos destes grupos estariam nitidamente definidos. Isso poderia ser identificado nos métodos que eles empregavam no plano político, através da formação de Frentes Parlamentares, ao mesmo tempo em que pressionavam os candidatos aos postos eletivos nas mais amplas esferas da política, forçando-os a assumirem compromissos com suas intenções relativas à Reforma Agrária. Além disso, reconhece as sucessivas vitórias obtidas por estas forças, que segundo ele, eram graças a sua união e à objetividade de método de ação política, pois neutralizam, confundem e amedrontam as outras forças. Portanto, essas vitórias eram consequências, principalmente, da desunião, do temor e do desinteresse de dar projeção política à classe. Por fim, procurou sintetizar estas questões e dar sentido e coesão à proposta apresentada:

Considerando que a referência aqui feita, não é à política partidária, política de grei, política exclusivista, “política com “p” minúsculo e sim à política no elevado sentido ético, política na conceituação genérica, que deve interessar sobretudo a própria razão de ser da classe, com seus mais sagrados direitos a serem defendidas amplamente nas assembleias, nos parlamentos e nos Executivos, através de Administrações que propiciem o livre exercício da iniciativa privada e do desenvolvimento normal e efetivo do trabalho produtivo dos lavoureiros e pecuaristas gaúchos, assistidos sob todas as formas pelo poder público; Considerando que a classe rural do Rio Grande deverá, tomar nesta e noutras reuniões subseqüentes, uma posição também política, a fim de demonstrar a sua coesão e a sua força e que esta classe, uma vez unida, decidirá todo e qualquer pleito eleitoral que venha a se ferir; Considerando que não devemos temer essa tomada de posição, porquanto, o reconhecimento de nosso temor tem sido uma das armas psicológicas empunhadas pelos nossos maquiavélicos adversários, com sucesso;

Considerando que devemos enfrentá-los com destemor, sem inibições de qualquer ordem, saindo da posição defensiva e assumindo a ofensiva enérgica e bem orientada, como melhor método de defesa; Considerando que a transferência do Imposto Territorial para o âmbito municipal, vem criar uma nova situação, tornando a solução do problema da Reforma Agrária, um tanto mais grave, pois, já ampliou-se do plano federal e estadual estendendo-se aquele: Os que esta subscrevem, solicitam á mesa, seja recomendação de se aconselhar a organização de um Movimento Ruralista, que terá por escopo o exame das candidaturas aos legislativos e executivos estaduais e federais, independente das legendas partidárias e sempre tendo em vista de preferência: -1) Os líderes da classe; 2) A formação filosófica, sociológica e econômica dos candidatos 3) Aqueles que tenham serviços prestados à lavoura e á pecuária gaúcha.¹⁵⁶

As projeções feitas pelo membro da FARSUL vão de certa forma dar um horizonte tático e estratégico para a Entidade, definindo que caminhos precisavam ser traçados para enfrentar seus adversários políticos e seus inimigos de classe. Assim como reforçam o poder da unidade e de coesão da classe para tal enfrentamento. A aposta era construir força social e política para enfrentar os problemas que advinham da luta pela terra naquele período.

Estas questões começam a ter maior clareza quando observar-se a tomada de posição de alguns parlamentares em prol dos grandes proprietários e da FARSUL. Durante a realização do Congresso da Entidade, alguns deputados participaram diretamente das discussões ali expostas, como é o caso dos deputados Heitor Galant (PL), Mariano Beck (PTB), Poty Medeiros (UDN), Hélvio Jobim (PSD), Luciano Machado (PSD) e Getúlio Marcantonio (PL). Os primeiros pronunciamentos feitos a respeito de tal encontro ficaram a cargo de Poty Medeiros e Heitor Galant. Na fala de Poty Medeiros, ele ressaltou que apesar de não ser fazendeiro, nem filho de fazendeiro e de não ter quaisquer vínculos econômicos com o setor, decidiu mesmo assim que participaria da reunião, decidindo manifestar sua solidariedade. Um ponto destacado pelo deputado foi a contribuição que a Entidade tinha dado para resolver os problemas da agropecuária do país, e que “havia se constituído numa mobilização admirável de vontades e de sentimentos[...] num ato de conagração e de união da classe rural no Rio Grande do Sul[..] transformou-se, há de transformar-se, num esplêndido movimento de colaboração com os poderes públicos”¹⁵⁷.

O segundo pronunciamento, de Heitor Galant, fez questão de realçar que a reunião ruralista “não se tratava de defender os direitos e vantagens de uma classe mas o de examinar com espírito alto esses problemas, a fim de que as soluções que sejam dadas não sejam aquelas que estão sendo reclamadas impatrioticamente por agitadores e demagogos de que é

¹⁵⁶ Correio do Povo, 6 de janeiro de 1962.

¹⁵⁷ Correio do Povo, Janeiro de 1962.

tão forte a nossa época”¹⁵⁸. Outros pronunciamentos vieram em seguida, como do deputado Hêlvio Jobim, no qual procurou dar destaque aos processos de disputa em torno da questão agrária, se posicionando contrário aos movimentos reivindicatórios dos agricultores rurais sem-terra. Em sua fala ele disse que “resolver os problemas à base de agitação, agitação serve, sim para o espírito fácil demagogo, provocar a luta de classes e provocar a simpatia ocasional nos períodos pré-eleitorais”¹⁵⁹. Para Jobim esses problemas deveriam ser tratados pelos governantes e pelos deputados, que têm sobre sua responsabilidade a função pública. Por conseguinte, quem se manifestou foi o deputado Antonino Fornari (PSD), que participaria do encontro ruralista como representante das Associações Rurais de Taquari, Estrela, Lajeado e Arroio do Meio, todas entidades ligadas aos pequenos proprietários. Na sua fala, procurou enfatizar a contribuição que o ruralismo havia dado para o debate da Reforma Agrária no país, destacando que “o povo brasileiro efetivamente tem condições de resolver um problema que tem levado a crises seríssimas outros países”¹⁶⁰. Em sua conclusão, apontou a satisfação das associações rurais do Alto Taquari de ter podido levar solidariedade aos ruralistas.

Em outro pronunciamento, o deputado Thales Brennet de Farias, suplente em exercício na bancada do PTB, procurou enfatizar a mudança de postura do ruralismo em relação ao debate da Reforma Agrária. Segundo Farias, “a classe rural vinha resistindo a todos os esforços que visassem a sua união num todo coeso e forte. Foram rompidas as barreiras dos interesses personalistas”¹⁶¹. Explica o deputado que esta “é uma corrente poderosa e indestrutível no Rio Grande, que se agiganta, cresce e se agita e que terá em si mesma talvez, a propriedade de solucionar, de maneira positiva e completa, a Reforma Agrária mais profunda no sentido sócio econômico. Do mesmo modo, isto indicaria que a unidade exposta no encontro demonstrava o nascimento de um movimento “fadado a grande sucesso entre a classe dedicada às lidas do campo, o movimento ruralista.”¹⁶².

O que se percebe nas posições apresentadas pelos deputados é que grande parte deles procurou evidenciar o protagonismo da FARSUL diante do debate de Reforma Agrária. Além disso, ressaltaram a importância da Entidade participar junto ao poder público na elaboração dos planos de Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que negaram a participação dos

¹⁵⁸ Correio do Povo, Janeiro de 1962.

¹⁵⁹ Correio do Povo, Janeiro de 1962.

¹⁶⁰ Correio do Povo, Janeiro de 1962.

¹⁶¹ Correio do Povo, Janeiro de 1962.

¹⁶² Correio do Povo, Janeiro de 1962.

movimentos sociais nessa construção. Assim, tentam descaracterizá-los como protagonistas deste processo, estereotipá-los como “agitadores” e como massa de manobra de alguns políticos que só tinham interesses eleitorais. Um elemento que fica evidente nas exposições dos deputados é a aproximação FARSUL com outras forças políticas que não pertenciam a sua classe, mas que de alguma maneira poderiam auxiliar no seu projeto político em relação à Reforma Agrária. Destarte, é preciso destacar que não foi possível verificar através das fontes consultadas em que medida os deputados estaduais participaram efetivamente do Congresso Ruralista em Santa Maria. Como podemos verificar, somente alguns se manifestaram publicamente, uns foram representando a Assembléia Estadual, já outros foram representando associações de classe, como o caso de Antonio Fornari. Contudo, diante das primeiras ações dos movimentos de agricultores sem-terra, outros deputados se posicionaram frente à problemática da Reforma Agrária, de modo que mesmo não se posicionando em nome da FARSUL em grande parte se aproximam dos interesses da entidade.

Durante os primeiros acampamentos realizados pelos sem-terra, alguns deputados puderam acompanhar mais de perto as ações, fazendo parte das comitivas estaduais que foram nomeadas para avaliar o processo. Na Fazenda Sarandi, participaram das negociações com os agricultores sem-terra o dep. Hélio Carlomagno (PSD), o dep. Milton Dutra (PTB), Luciano Machado (PSD) e Lauro Leitão (PSD). Além dos deputados, estava presente também o Secretário de Segurança Pública do Estado, Cel. Moacir Aquistapace, que - segundo matéria do Correio do Povo de 14 de janeiro de 1962 - somente tomou conhecimento das pretensões que o movimento tinha acerca da área.

No desenrolar dos acontecimentos, percebemos algumas tomadas de posições diante desta situação, como é o caso do dep. Luciano Machado, dep. Mario Mondino (PDC) e dep. Poty Medeiros (UDN) que fazem críticas direcionadas ao governo do Estado e aos movimentos de agricultores sem-terra. O primeiro a se manifestar foi Machado, que tratou de apresentar sua opinião sobre os acampamentos, descrevendo-os como sendo fatos inéditos na história rio-grandense, ao mesmo tempo alertando que aquela região do Estado vivia momentos de expectativa e de temor, pois não se sabiam os rumos que tais iniciativas poderiam tomar. Segundo ele, “os proprietários e criadores temem a violência, o abuso e a expropriação. Há enfim, um mal-estar geral, profundamente danoso ao desenvolvimento do Estado como o nosso, que necessita de paz e de garantias, para aumentar a sua produção e

vencer suas dificuldades”¹⁶³. Por conseguinte, aponta que é de interesses de todos, e que deve ser debatido, apontar as causas dos conflitos e os seus envolvidos. Em seguida, faz referência a fala de Jair Calixto sobre o que teria levado os agricultores a tal ação e ataca a forma como o governo estava tratando aquela situação, para ele “só um governo atrabiliário, irresponsável, demagogo, criminosos, demolidor do patrimônio público e privado, completamente destituído do sentimento do justo, avesso à lei, cometeria o erro de estragar uma propriedade dessas”¹⁶⁴. Em outro trecho de sua fala, ele é mais enfático e diz que “não simpatiza com método violento do senhor governador ao se apossar da área particular”¹⁶⁵.

A segunda manifestação é do deputado Mario Mondino, que inicia sua fala dizendo que há muito vinha em defesa da necessidade da Reforma Agrária e que por esta posição, muitas vezes havia sido incompreendido tanto por aqueles que, segundo ele, “se extremam numa Reforma Agrária de estilo marxista” quanto pelos que “pretendem colocar a referida tese em termos da concessão das classes privilegiadas”. Para Mondino, a Reforma Agrária “é uma tomada de consciência da necessidade da implantação de justiça social para o homem do campo e da necessidade de colocar a terra[...] a serviço do homem e não a serviço de grupos, e não como instrumento de edificação e estabelecimento de privilégios”¹⁶⁶. De modo que, levando em consideração esta visão, ele classifica o ato do governo do Estado como precipitado, imaturo e primário, além disso, afirma que este ato “está fornecendo elementos aqueles que combatem a Reforma Agrária, aqueles que, situados num ou noutro dos extremos – quer na reação, quer na subversão- podem se colocar a cada passo, contra a tese certa, contra a tese razoável, contra a tese justa da Reforma Agrária”.

Ao longo de sua fala, ele continua seus ataques direcionando suas críticas aos procedimentos adotados pelo governo do Estado, principalmente, após o governo ter declarado a área como de interesse público, o que ele caracteriza como “reforminha agrária

¹⁶³ Anais da Assembléia Legislativa , 1º de fevereiro de 1962 p. 148. Memorial da Assembléia Estadual, Porto Alegre.

¹⁶⁴ Anais da Assembléia Legislativa , 1º de fevereiro de 1962 p. 148. Memorial da Assembléia Estadual, Porto Alegre.

¹⁶⁵ Anais da Assembléia Legislativa , 1º de fevereiro de 1962 p. 149. Memorial da Assembléia Estadual, Porto Alegre.

¹⁶⁶ Anais da Assembléia Legislativa , 1º de fevereiro de 1962 p. 149. Memorial da Assembléia Estadual, Porto Alegre.

estadual”, além de dizer que o fato era “Subversivamente! Isto é agitação primária” e que não passava de “demagogia”¹⁶⁷.

Por último, se pronuncia o dep. Poty Medeiros, também contrários às ações. Nessa perspectiva, procura dar ênfase à defesa das questões jurídicas do fato ocorrido na Fazenda Sarandi. Ele inicia seu argumento indicando que era sensível às reivindicações. Todavia, se preocupava, e procurava soluções, que segundo ele era “sem ímpetos demagógicos, que provocavam a impulsividade cega das massas e geram atentados jurídicos, os desajustes econômicos e as injustiças sociais”¹⁶⁸. Para Medeiros, também era preciso revisar o termo mais adequado para tratar das variadas formas invocadas para os chamados problemas da Reforma Agrária, de modo que o termo que ficaria melhor seria o de revisão agrária, ou reestruturação agrária. Ele termina sua fala levantando alguns questionamentos a respeito das ações que o governo havia tomado em relação à desapropriação daquela referida área, contudo, não emite sua opinião de forma tão contundente e acusatória como fizeram os deputados Machado e Mondino. Entretanto, não deixa de caracterizar que o ato do governo estadual era “precipitadamente, sem base legal ou sem alcance social”¹⁶⁹, de modo que procura jogar a solução e a responsabilidade pela Reforma Agrária ao poder público.

Os discursos proferidos pelos deputados estaduais reforçam, ainda mais, a ideia de que o poder público é o único agente desta mudança, respeitando as normas legais e constitucionais. Assim, deve empreender a mudança sem a interferência dos movimentos sociais organizados, que para os deputados só estariam causando intranquilidade e agitação. Não negam que se deva fazer Reforma Agrária, no entanto, apontam que os movimentos só vinham reforçando as posições contrárias a tal medida, pois se estabelecia um clima de temor e de insegurança nos rumos que poderiam tomar tais reivindicações. A solução apresentada indica uma visão de que esta medida deveria ser controlada pelo Estado, uma Reforma Agrária dentro dos princípios da ordem pré-estabelecida. Desse modo, os agentes sociais de tal mudança, eram relegados a se tornar espectadores, esperarem as soluções de modo vertical, sem a participação dos mesmos na elaboração dos planos de Reforma Agrária.

As retaliações não demoraram a surgir por parte de alguns deputados: é aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito após a desapropriação da Fazenda Sarandi. Segundo

¹⁶⁷ Anais da Assembleia Legislativa, 1º de fevereiro de 1962 p. 150. Memorial da Assembléia Estadual, Porto Alegre.

¹⁶⁸ Correio do Povo, 16 de janeiro de 1962, p. 22. AHSM, Santa Maria.

¹⁶⁹ Correio do Povo, 16 de janeiro de 1962, p. 19. AHSM, Santa Maria.

Benfica (2007 p. 106)¹⁷⁰ “os deputados oposicionistas questionaram por que o governador resolveu priorizar a desapropriação das referidas terras, o que implicava o gasto de somas significativas, ao invés de colonizar reservas já pertencentes ao Estado”. Direccionam suas críticas aos interesses que teriam levado a disputa desta área, pois ali se encontravam reservas de pinheiros nativos, madeiras de lei, área de reflorestamento, campos de criação de gado e granjas, tornando o local cobiçado. Após essa colocação, pedem explicações sobre a divisão destas terras, pois apenas duas partes haviam sido divididas, as pertencentes aos proprietários uruguaios, já a outra parte, que era de propriedade de Ernesto José Anoni¹⁷¹, não havia sido atingida pela mesma medida (BENFICA, 2007).

O deputado Luciano Machado endurece suas críticas, após tal constatação, diz que se “o governo da República e as Forças Armadas ficarem indiferentes ao clima de agitação[...] preparemos-nos todos para a resistência”¹⁷². Com o direcionamento dado a ação governamental pelo deputado, este recebe apoio e solidariedade do deputado Paulo Brossard (PL), que diz que o governo está provocando a agitação e complementa sua fala apontando que havia recebido do deputado Romeu Scheibe (PSD) um depoimento em que citava que, naquela região, estava ocorrendo o pânico e a intranquilidade devido às ações do governador. Além disso, faz um apelo para que as Forças Armadas intervenham de alguma forma nesse processo para manter a ordem e a segurança nacional, pois, segundo ele, o que estaria ocorrendo era um plano de subversão. Ao mesmo tempo, diz que todos os interessados teriam que estar em alerta para tais acontecimentos enquanto havia tempo¹⁷³. Em reação, o deputado Luciano Machado (PSD) pede a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual foi aceita pela presidência do legislativo, sendo presidida pelo deputado Milton Dutra (PTB), na vice-presidência José Zachia (PDC) e Luciano Machado como relator. Contudo, a CPI não teve prosseguimento, pois as férias parlamentares teriam impedido o avanço dos trabalhos¹⁷⁴.

¹⁷⁰ BENFICA, Flavia C. Maggi. Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

¹⁷¹ Pelo que diz Benfica (2007) Ernesto José Anoni teria ajuizado ação contra os proprietários uruguaios que acabou julgada pelo Superior Tribunal Federal de forma desfavorável a Anoni, poucos meses antes do decreto de desapropriação.

¹⁷² Anais da Assembléia Legislativa, 6 de fevereiro de 1962, p. 200. Memorial da Assembléia Legislativa RS, Porto Alegre.

¹⁷³ Anais da Assembléia Legislativa, 6 de fevereiro de 1962, p. 200. Memorial da Assembléia Legislativa RS, Porto Alegre.

¹⁷⁴ Pelo que Benfica (2007) aponta o deputado Paulo Brossard havia pedido a reconstituição da comissão na 37ª sessão, em 14 de julho de 1962.

Pelo que se pode observar nas ações dos deputados no conflito envolvendo a desapropriação da Fazenda Sarandi, se repetem os discursos contra as organizações rurais, além disso, procuram dar ênfase à “incapacidade” do governo estadual em fazer uma “verdadeira” Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, diante da dita incapacidade do governo em não solucionar o problema agrário, eles apontam algumas táticas para desgastar o processo de luta pela terra: o confronto direto com os movimentos, o apelo às Forças Armadas para intervir no conflito, a intermediação do Governo Federal no processo de Reforma Agrária e as ações do Poder Legislativo tanto no âmbito estadual quanto no federal. Atacam em diferentes frentes, e procuram fortalecer-se por meio tanto de ações ilegais e de coação aos agricultores sem-terra, como também em ações por dentro dos mecanismos que o Estado fornecia naquele momento.

Com isso, está claro que estas situações demonstram o processo de disputa pela concepção da Reforma Agrária que se pretendia executar. O projeto apresentado pelo Governo, que não excluía os sem-terra e suas organizações, era um perigo para as forças políticas alinhadas aos grandes proprietários. Assim, era preciso fragilizá-lo, torná-lo lento em demasia e, para esse intento, essas ações em diferentes frentes surtiavam algum efeito, pois expunham as fraquezas e debilidades do Estado e enfocavam a falta de infraestrutura que o mesmo dispunha para poder de fato realizar a Reforma Agrária¹⁷⁵. Os ruralistas tinham a convicção de que sem terras e dinheiro esta proposta jamais poderia ter sucesso. Descortinam, dessa forma, o ponto nevrálgico dos problemas que a questão agrária apresentava no Estado naquele momento e que não seria de simples resolução: somente com as ações de enfrentamento, para as quais os acampamentos estavam apontando. Era preciso muitas mudanças, tanto no âmbito estadual quanto no âmbito federal, e que passavam pelo setor público em diferentes esferas, ou seja, não bastava só força social, era preciso garantir que se tivesse força política para derrotar as propostas conservadoras que se apresentavam. Nesse

¹⁷⁵ Nos estudos de Benfica (2007, p. 107-108) ela aponta que “transcorridos quatro meses do decreto de desapropriação, novas denúncias a respeito da área passaram a ser discutidas no Legislativo. No final de maio, o deputado Arthur Bachini (UDN) solicitou a transcrição aos Anais de um artigo publicado na edição de 18 de maio do Correio do Povo, de autoria de H. L. Roesller, integrante da entidade União Protetora da Natureza. No referido artigo, o autor destacava que, mesmo após a desapropriação, seguiu ocorrendo na fazenda a exploração e exportação de madeira, antes que, contudo, os lotes fossem entregues aos agricultores sem terra.¹⁶⁷ Em agosto daquele mesmo ano, outra comunicação chegada ao Legislativo dava conta do que continuou a ocorrer na fazenda após a desapropriação. O deputado Ary Delgado (PSD) relatou o recebimento de um telegrama do Diretório Municipal do PSD de Sarandi no qual os representantes do diretório ‘denunciavam’ a decisão do Igra de transmitir ao administrador da fazenda a determinação para que cessassem os cortes de pinheiro no local, efetuados por três serrarias particulares.¹⁶⁸ Passado mais um mês, as denúncias de corte e exploração irregular de madeira na área continuavam a ocorrer no Legislativo (bem como aquelas que informavam que o número de agricultores a espera dos lotes no local havia diminuído consideravelmente), onde o deputado Paulo Brossard lembrava, inclusive, da pendenga judicial em curso em relação à desapropriação”.

sentido, a tática adotada pela FARSUL de tomar os meios políticos estava correta, pois isso seria decisivo para o futuro da Reforma Agrária não só no Rio Grande do Sul, mas, de maneira geral, no Brasil. As eleições de 1962 foram decisivas para isso: a derrota das forças progressistas, principalmente as alinhadas ao PTB, se fazia mais que necessária, pois enfraqueceria seu principal inimigo, os agricultores rurais sem-terra e suas organizações, pois tinham forte vinculação com o partido.

3.2.1 A eleições de 1962: uma encruzilhada histórica para a Reforma Agrária no RS

A FARSUL, pelo que se observa no quadro político da época, procura de alguma forma influenciar no processo eleitoral. Contudo, procura não se manifestar diretamente sobre qual candidato iria apoiar¹⁷⁶. Em matéria do *Correio do Povo* de 18 de julho de 1962, a entidade anuncia que pediria ao novo governo aprovação imediata a Lei Agrária. Em Assembleia¹⁷⁷ era anunciado que o ruralismo do Rio Grande do Sul não estava alheio aos acontecimentos que ocorriam no Estado e no País, que prenunciavam graves crises, portanto, estavam conscientes de suas responsabilidades, que desde a Concentração de Santa Maria até aquele presente momento, “havia alertado a consciência das classes produtoras, e a opinião pública, para a realidade nacional, e especialmente, para a do Estado do Rio Grande do Sul”¹⁷⁸. Por conseguinte, advertem sobre o que já haviam renunciado em discurso no dia 7 de janeiro de 1962, “advertimos para a encruzilhada aberta, com só uma alternativa de salvação”¹⁷⁹, além do já denunciado tanto na VI Conferência Rural Brasileira quanto para a Presidência da República e para o 1º Ministro, que haviam forças subversivas, infiltradas em todos os setores do organismo nacional, de modo que precisaria dar condições e meio para que o país pudesse restaurar o equilíbrio econômico-financeiro para que houvesse “a

¹⁷⁶ Segundo Lameira (2012) diz que durante as eleições para a escolha da nova diretoria da FARSUL, em 16 de janeiro de 1963 esteve presente Adolpho Fetter, secretário de agricultura do governo de Ildo Meneghetti, que prestou contas sobre a política da pasta, “como também assumiu a presidência dos trabalhos por indicação do presidente da FARSUL, Antônio Saint Pastous”. Para o autor fica claro a ligação do secretário com os ruralistas, que segundo ele foi ressaltada por Fetter, que dizia que esta harmonia era “oportuna para organização e lutas políticas do ruralismo, indicando também “completa colaboração destes com o governo”. LAMEIRA, Rafael Fantinel. O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a ação política Liberal-conservadora. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

¹⁷⁷ Na assembleia que ocorreu no dia 17 de julho era tratado os seguintes temas: “Ruralismo e Reforma Agrária; “Campanha de Esclarecimento à Opinião Pública”; “Defesa do Ruralismo Gaúcho”; “Desenvolvimento do Associativismo Rural; “FARSUL e o Programa da Aliança para o Progresso”. *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1962, p. 16. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

¹⁷⁸ *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1962, p. 16. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

¹⁷⁹ *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1962, p. 16. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

segurança da paz social da ordem democrática e da própria independência da nação”¹⁸⁰. Assim, segundo o presidente da FARSUL, era preciso fazer um “incisivo pronunciamento” em face da conjuntura nacional, direcionado ao ruralismo do Rio Grande do Sul e de todo o país. O líder ruralista se pauta, segundo ele, em analisar a realidade, apontando suas causas e suas soluções.

O primeiro ponto destacado pelo ruralista busca indicar que é preciso ter cautela com a situação, sem “agressividade recriminatória”. Diz ele que a reação, pela violência, contra a violência, era contraproducente em seus efeitos, pois não poderia deter o que ele chama de “correntes transbordantes”, opondo-lhes barreiras de contenção, de modo que era preciso desbravar estuários¹⁸¹ de margens abertas. Segundo o que aponta Pastous, embora complexas e múltiplas as causas da crise nacional, poderiam ser aglutinadas e resumidas na seguinte premissa: “não houve até agora, a audácia decisão de conjurar o mal na profundidade de suas raízes”¹⁸². Portanto, essa decisão de evitar os problemas se alastrassem estava sobre a responsabilidade de todos.

Para ele, o motivo pelo qual isso não teria ocorrido ainda era porque a força majoritária da sociedade ainda não tinha investido em sua missão de liderança, havia deixado de ser a autêntica maioria do pensamento e do poder da nacionalidade. Em contrapartida, uma pequena minoria, aguerrida e atuante, ameaçava se impor, pela “conspiração subversiva, novos rumos a ordem social e política do País”. Afirma que, enquanto as correntes extremistas se empenham nas soluções radicais de cunho violento, as forças majoritárias não parecem estar compenetradas de sua responsabilidade em promover as reformas estruturais pela “revolução branca” da justiça social. Tendo em vista esses elementos, aponta que o momento é “encruzilhada de uma opção: revolução pela violência, ou revolução pacífica pela evolução”¹⁸³. Ao final, diz que essa transição depende da decisão deles próprios e indica algumas alternativas.

Em seguida, traça um plano para responder a essas questões, de modo que, para isso bastaria criar no país um regime de extrema austeridade, pública e privada. Era preciso “prevalecer nas esferas administrativas e políticas a soberania da autoridade moral e da plena responsabilidade perante a opinião pública, de nada valer os anseios das reformas de

¹⁸⁰ Correio do Povo, 18 de janeiro de 1962, p. 16. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

¹⁸¹ Aqui o ruralista faz alusão a palavra estuário um ambiente de transição entre o rio e o mar, parece aqui querer indicar que era preciso percorrer caminhos menos tortuosos para se chegar ao fim a que este pretendia, a opção pelo confronto direto é descartada naquele momento.

¹⁸² Correio do Povo, 18 de janeiro de 1962, p. 14. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

¹⁸³ Correio do Povo, 18 de janeiro de 1962, p. 14. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

base”¹⁸⁴. Para isso, era necessário que todas as forças políticas e sociais se empenhassem para cumprir o que ele chama um “programa de salvação nacional”.

Após o pronunciamento do presidente da FARSUL, quem se manifesta é Oscar Carneiro de Fontoura¹⁸⁵. Inicia sua fala dizendo que era desejo da Entidade contribuir para a solução do problema agrário, “não propriamente uma reforma agrária, porque pouco ou nada haveria a reformar”, mas sim uma lei agrária que coordenasse os trabalhos do campo, atentando para a produtividade e para os produtores. Então aponta que de nada adianta uma reforma agrária se não tem como assistir os pequenos produtores, que não adiantaria repartir terras sem os recursos necessários, isso não traria solução ao problema. Ao fim de sua fala, procura enfatizar problemas referentes à falta de amparo para com o “homem do campo”. Para ele, também era preciso criar uma lei agrária que se estendesse aos assalariados da agropecuária. Desse modo, encaminhou ao conselho deliberativo da FARSUL que se fizesse um memorial com apelo para que fosse imediatamente votada uma Lei Agrária. Fontoura procura demonstrar em sua fala que sua ação era progressista e não reacionária, além de alertar para a criação recente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que para ele tinha pensamento esquerdista e contrário aos ruralistas. Chama a atenção para o pleito que estava se aproximando “cuidado quanto às eleições que se aproximam”¹⁸⁶.

As falas dos líderes ruralistas buscavam estimular os grandes proprietários a terem cautela diante da conjuntura nacional. Nesse contexto, esses precisavam ser propositivos e se posicionarem frente ao problema da Reforma Agrária, não se precipitarem diante das ações que eles classificavam como violentas, pois qualquer vacilo político poderia por tudo a perder. Para os dirigentes, era preferível recuar naquele momento, pois era um período de transição, não era o momento para o enfrentamento direto. Na verdade, do ponto de vista da estratégia, a tática adotada pelos ruralistas era a mais indicada, pois as eleições se aproximavam, e qualquer fato político poderia fortalecer seus inimigos políticos. Tanto é que durante todo o processo eleitoral, a FARSUL vai se ocupar de políticas basicamente voltadas ao fortalecimento da produção agropecuária, não se ocupando e nem se posicionando publicamente sobre as eleições. Só no final de setembro, poucos dias antes das eleições, a Entidade se posiciona junto a outras entidades de classe frente à questão salarial, defendendo que houvesse aumento dos salários dos trabalhadores, pois com a inflação que se abatia sobre o país naquele momento, esses eram os mais afetados:

¹⁸⁴ Correio do Povo, 18 de janeiro de 1962, p. 14. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

¹⁸⁵ Segundo Lameira (2012) este seria eleito presidente da FARSUL em Julho de 1963.

¹⁸⁶ Correio do Povo, 18 de janeiro de 1962, p. 14. Museu José Hipólito da Costa, Porto Alegre.

De muito pouco adiantarão os esforços positivos se não for iniciado imediatamente um programa efetivo de combate a inflação. Conclamam, por isso todos os dirigentes das entidades empresariais do Rio Grande do Sul, a todos os setores da opinião, para que se unam no combate a esse processo depravatório da moeda. Cada brasileiro deve defender o seu salário, juntando sua voz à dos milhões de seus concidadãos que estão a reclamar dos poderes competentes a cessação das emissões e a racionalização dos gastos públicos. Os rendimentos de cada um e de todos que são obtidos do trabalho honesto e construtivo não podem ser diluídos no maremoto das emissões desbragadas e improdutivas [...] Trabalhadores de todas as categorias, donas de casa, estudantes e intelectuais, funcionários públicos e homem de empresa, devem todos levar aos poderes da República o reclamo desse direito de, defendendo a necessidade de se pôr um fim à inflação, exigir a garantia do valor dos rendimentos de cada um e de todos¹⁸⁷

O que está claro neste manifesto é que estas entidades procuraram de forma indireta influenciar nos resultados do pleito eleitoral que se faria no dia 7 de outubro. A inflação seria a sua principal arma para atrair setores descontentes com a política econômica do governo João Goulart e os setores no Estado ligados a ele. Procuram passar uma imagem de harmonia social entre trabalhadores e empresários e empurram a conta da inflação para cima do governo federal. Além disso, contam com a colaboração do *Correio do Povo* que publica em seu editorial apoio ao “Manifesto dos Empregadores”, em que também procura atacar o governo, dizendo que as classes produtoras ao se posicionarem “assumem uma posição decisiva frente à crítica situação com que se defronta o país[...] para o restabelecimento da paz econômica e social, de cujo primado já se vem procurando, já com alguns inequívocos resultados afastar a Nação, que perplexa ante os desmandos administrativos”. Para o jornal, os empregadores sentem as necessidades das classes trabalhadoras, portanto, era preciso dar “reajuste geral de salários, para estancar o esmagamento progressivo da classe média”¹⁸⁸.

Este processo demonstra mais uma vez a colaboração da mídia junto às classes dominantes nos processos decisivos da luta política. Assim, após o fim do processo eleitoral, a Entidade aparecerá na cena política, se voltando mais para as suas próprias questões organizativas, no caso, a campanha de associativismo rural. Não emite comunicado frente aos

¹⁸⁷ Assinam o Manifesto Alvaro Coelho Borges Presidente da Federação das Associações Comerciais do RS; Plínio Kroeff, Presidente da Federação das Indústrias do RS; Emilio O. Kaminski, Presidente do Sindicato dos Bancos do RS; Antônio Saint Pastous, Presidente da FARSUL. *Correio do Povo*, 26 de Setembro de 1962. Para Lameira (2012 p. 116) essas eram “as principais entidades representativas do Rio Grande do Sul, e desempenhavam um papel fundamental da luta política, pois, as organizações autodenominadas classes produtoras, como se reconheciam as organizações da classe dominante em sua expressão de identidade de classe desempenharam papel de liderança e construção pública da opinião da sua classe, sob o manto da suposta imparcialidade, tentando assim, fazer com que a sociedade aceitasse suas posições como, universais. Contudo, havia o embate aberto das forças nacionalistas e reformistas que obrigou as organizações da classe dominante sul rio-grandense intensificar sua ação pública e reconstruir sua atuação política”.

¹⁸⁸ *Correio do Povo*, 27 de setembro de 1962, p. 4.

resultados das eleições, quando é eleito Ildo Meneghetti¹⁸⁹, que havia sido candidato pela ADP (PSD, UDN, PDC, PL e PRP)¹⁹⁰. Diante dessa nova conjuntura, a Entidade volta a sua preocupação com as questões relativas à Reforma Agrária, principalmente, após a criação da SUPRA, quando fez sérias críticas a nova entidade governamental, pois dava sinais que a batalha frente as reformas não estava totalmente ganha após a derrota do PTB. No cenário nacional, a questão tomava novas proporções, que poderia ameaçar o futuro dos grandes proprietários rurais no Rio Grande do Sul.

A vitória de Ildo Meneghetti representa um novo cenário para a política agrária no Rio Grande do Sul, pois com o PTB fora do governo do Estado, o MASTER perderia força e apoio dos poderes públicos, passando a viver um intenso processo de criminalização por parte do Estado. Para a FARSUL, este processo não havia se encerrado, do recuo tático nas eleições até a chegada do novo governo, passando pelo golpe militar, a entidade teria que conviver com o perigo que os agricultores sem-terra e o MASTER representavam para sua sobrevivência enquanto classe. Os processos que se seguiram atentam para a tática e o uso da violência tanto por parte dos grandes proprietários quanto pelo Estado, que desemboca no apoio ao golpe de 1964. Aqui selam um novo pacto e um novo processo frente aos destinos da questão agrária no país, encerrando um ciclo que teve curta duração, mas que deixou marcas profundas na maneira como os grandes proprietários passariam a tratar a questão agrária e os movimentos sociais do campo. Marcas presentes até os dias atuais, principalmente, pelo fato de esses setores hoje negarem qualquer forma de Reforma Agrária.

¹⁸⁹ Segundo Enio Meneghetti, o General Mourão Filho, Comandante do 3º exército em reunião com o presidente da FARSUL, Saint Pastous, comentou que havia ficado sabendo que Ildo Meneghetti se candidataria ao governo do Estado e manifestou e se manifestou desejo em conhecê-lo. Também é descrito que por diversas vezes Mourão e Meneghetti se encontrariam, contudo, não há relato de reuniões em que Meneghetti e Saint Pastous estavam presentes os dois MENEGETTI, op. cit. p. 106-111.. Contudo, o autor dá indícios desta ligação entre a FARSUL e Ildo Meneghetti, pois, o futuro presidente da FARSUL, Oscar da Carneiro da Fontoura era presidente do PSD no Estado, partido ao qual Ildo Meneghetti concorrerá ao governo do Estado. Segundo Enio Meneghetti, o presidente do PSD havia entrado em contato com Ildo Meneghetti e teria feito a seguinte proposta, “Se nós não nos unirmos – argumentou – o Brizola ganha e não vai ter paz no Rio Grande do Sul”, em resposta Meneghetti afirmou, “que não gostava de deixar ninguém mal e resolveu aceitar a proposta”. (MENEGETTI, op. cit. p. 104)

¹⁹⁰ No início de abril de 1962, firmou-se no Rio Grande do Sul a ADP, composta por PSD, UDN, PDC, PL e PRP, a fim de disputar a sucessão estadual, que será a principal oposição ao PTB no Estado. O candidato que comandaria a Frente Partidária era Ildo Meneghetti (PSD), ex-governador do Rio Grande do Sul (1955-1958). Segundo Lameira (2012, p. 132) este havia sido “considerado candidato ao governo do estado, pois tinha condições de enfrentar os trabalhistas e era o único que permitiu manter a unidade entre as cinco siglas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Agrária engendrada pelas organizações de centro-esquerda, no início dos anos de 1960, calcada no projeto político da Frente Desenvolvimentista, demonstrou seus limites históricos, pois não conseguiu consolidar nem força política e nem força social capaz de imprimir derrotas ao projeto da burguesia brasileira tanto rural quanto urbana para o campo. Contudo, não se pode desconsiderar o papel dessa experiência histórica num sentido mais amplo, onde foram produzidos, reproduzidos e recriados saberes de classe em relação à terra. A luta pela terra trouxe novos olhares para o modo como a sociedade lidava com sua posse, apropriação e uso, assim como expôs o conflito social entre as classes de maneira aguda e violenta.

Nessa perspectiva, como aponta Gehlen (1994 p. 173) “a terra media interesses específicos com a sociedade em geral, pois é um espaço dinâmico (porque político) no qual se visualizam as classes em relação”. Neste sentido, são expostas as contradições e os antagonismos das classes sociais que indicam um processo que pode ser de “afirmação de classe, de reforço de um modelo de sociedade (projeto) implantado ou de (re)criado de novo modelo (a partir de uma redefinição das relações sociais, políticas econômicas e culturais) alternativas ao modelo dominante”. (GEHLEN, 1994 p. 173-174).

Diante dessas questões, identificou-se ao longo da pesquisa que a modernização da agricultura implantada, sobretudo no pós Segunda Guerra, teve papel redefinidor na estrutura e na dinâmica das classes sociais no meio rural. As mudanças implantadas nesse período aceleraram o processo de proletarização dos camponeses que, e em reação a isso, buscaram se organizar para se manter enquanto classe. Este processo de organização imprimiu também novas dinâmicas a como as classes dominantes agrárias tratavam o problema agrário, forjando uma mudança tática para que continuasse a se reproduzir enquanto classe. Nesse processo, reconhecem a Reforma Agrária enquanto bandeira política disputando politicamente seu domínio simbólico, forjaram novas alianças inter-burguesas que procuraram dar maior coesão e unidade ao projeto hegemônico da classe dominante como um todo, garantindo assim sua perpetuação no poder do Estado.

Também foi possível verificar o quanto a conjuntura internacional influenciou nas mudanças de postura dos ruralistas em relação à Reforma Agrária, principalmente o papel pedagógico que o projeto da Aliança Para o Progresso desempenhou nessa conjuntura, em que buscou estruturar e consolidar uma nova cultura de classe para as classes dirigentes na América Latina. Contudo, é preciso analisar os limites históricos e conjunturais nos quais essa política foi proposta, levando em consideração as políticas de segurança nacional estadunidenses para a América Latina, que não só não foram capazes de gerar esta nova classe política, como também adotaram a violência como prática de Estado, por meio da implementação das ditaduras civis militares. No caso do Rio Grande do Sul, a FARSUL buscou capitanear as políticas da ALPRO, demonstrando a importância desse projeto para acabar com as tensões sociais no campo.

No RS, a luta pela terra sofreu um processo de mudança radical, principalmente a partir de 1960 quando surge no estado o MASTER. Contudo, esse processo eclode somente em 1962, quando os movimentos sociais de agricultores sem-terra impõem nova qualidade à luta pela terra com a implementação de novas táticas de luta, no caso, os acampamentos. Esses foram, a princípio, uma forma organizacional espontânea, mas que acabou sendo incorporada pelos movimentos, tornando-se assim um símbolo de resistência de luta pela terra. Estes movimentos só foram possíveis pelo forte vínculo com o Estado, que garantiu subsídios às organizações e criou todo um aparato burocrático para que pudessem ser reconhecidos. Nesse cenário político, os grandes proprietários por meio da FARSUL demonstraram grande habilidade política para tratar dessas questões. Em primeiro lugar, reconheceram a importância política da Reforma Agrária e passaram a utilizar diversas táticas para frear as organizações rurais de trabalhadores sem-terra, que vão desde pressão política sobre o governo do Estado para não reconhecer os movimentos, até pressão com apoio do judiciário, do legislativo e das forças armadas. Portanto, inaugura-se também aqui um processo de marginalização e criminalização dos movimentos sociais do campo que tem como pano de fundo o uso da violência como prática de classe.

Um fator preponderante nesta luta é a importância que a FARSUL passou a dar em relação à disputa do poder do Estado, reconhecendo que os ruralistas estavam passando por um processo de crise e diminuição de poder político. Como alternativa, era preciso incidir nos meios políticos através de um “movimento ruralista”, que necessariamente não precisava ser composto majoritariamente por grandes proprietários. Desta forma, procuraram influenciar

nas eleições estaduais compondo alianças com outros setores da sociedade na tentativa de derrotar os políticos contrários aos seus interesses corporativistas de classe, que no RS eram os trabalhistas. Com a vitória do candidato que a FARSUL apoiou não tão explicitamente, Ildo Meneghetti, a Entidade passou a se preocupar com a conjuntura nacional da implementação da Reforma Agrária por meio da SUPRA e das novas políticas do governo João Goulart.

Por fim, precisamos apontar os limites que a pesquisa enfrentou principalmente com relação às fontes trabalhadas. Por mais que elas evidenciem questões pertinentes, muitos aspectos não ficam tão claros. Para isso, seria necessário também que tivéssemos acesso principalmente aos documentos produzidos internamente pela FARSUL, pois neles poderíamos encontrar novas evidências que dessem maior nitidez à questão organizacional da Entidade, estabelecendo um perfil sociológico dos seus membros e encontrando novos sujeitos do processo estudado.

As dificuldades que encontramos também estão relacionadas à falta de conhecimento que se têm da estrutura e da dinâmica das classes sociais no campo, principalmente no que tange ao período histórico aqui estudado. Contudo, foi possível, ainda assim, verificar algumas questões pertinentes sobre o modo como as classes procuraram reagir aos processos de disputa política em torno do acesso à terra. Ao mesmo tempo, expor como isso ajuda a entender seu processo de construção de identidade de classe, calcado fundamentalmente na defesa incondicional da grande propriedade rural, assim como de que modo a disputa por Reforma Agrária ajudou a dar novos contornos ao processo de identificação classista.

Nesse contexto, a classe patronal se reformula por meio do discurso e por práticas “modernas” gerando novas contradições e relações de conflito, onde a terra ganhou ainda mais centralidade, tornando a Reforma Agrária, na prática, uma bandeira desnecessária para seus projetos políticos futuros. Isso se reflete hoje no modo como a classe dominante agrária tem tratado a questão do acesso à terra, não reconhecendo qualquer possibilidade de mudança na estrutura fundiária.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da Agricultura. IN: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALVES, Bernard José P. A política agrária de Brizola no Rio Grande do Sul: notas sobre a atuação do governo e movimento. Curitiba- PR: Anais **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2011.

_____. **A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**: governo, legislação e mobilização. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2010.

BENFICA, Flavia C. Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**: desconstruindo mitos. Porto Alegre -RS: Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Ensaaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOITO, Armando. **As bases políticas do Neodesenvolvimentismo**. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20%20PAPER.pdf>> Acesso em 02 jan 2014.

BORGES, S. M. Serviços para usuários em bibliotecas universitárias. In: JORNADA SULRIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 6., 1980, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1980. p. 81-97.

BRUNO. Regina Angela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, n.10, jul/dez 2003.

_____. **O ovo da serpente:** Monopólio da Terra e violência na Nova República. Campinas, SP: Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

CARVALHO, Horácio Martins de. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil: Texto I – Teses. In: STEDILE. **A questão agrária no Brasil:** debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000 - 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas & FERNANDES, Bernardo Mançano. Uma discussão sobre o conceito de reforma agrária: teoria, intuições e políticas de governo. **História & Luta de Classes**, n°8, nov. 2009.

COUTINHO, Adelaide Ferreira, MUNIZ, Raquel S. Lobato & NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. Luta pela terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Aurora**, Marília (SP), v. 5, 2012.

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul:** 1960-1964. Itaguai (RJ): UFRRJ, Dissertação (Mestrado em Ciências de Desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 1984.

_____. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, MEDEIROS & PAULILO. **Lutas camponesas contemporâneas.** - São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GEHLEN, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do Sul. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. 5° Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática.** 2° ed-. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARRES, Marluza Marques. **Rio Grande do Sul:** governo Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. Porto Alegre: Ano 90, v. 18, n. 33, julho 2011.

HEINZ, Flavio M. **Representação Política e Formação de Classe:** As organizações da Burguesia Agrária Gaúcha na Oposição à Reforma Agrária, 1985-1988. Porto Alegre - RS: Dissertação de Mestrado UFRGS, 1991.

_____. **O parlamento em tempos interessantes:** breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre, RS: CORAG, 2005.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado Rural no Brasil-1971. In: STEDILE & ESTEVAN. **A Questão Agrária no Brasil:** O debate na esquerda- 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KONRAD, DiorgeAlceno. A historiografia do trabalho no Rio Grande do Sul pós-1930. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O NACIONAL E O REGIONAL, X, 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. **O golpe Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul:** A ação política liberal-conservadora. Porto Alegre –RS: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

LEITE. Sergio Pereira & MEDEIROS, LeonildeServolo de. Agronegócio. In: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Pedagogia do Capital IN: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e a Luta do MST.-** Petrópolis: Editora Vozes. 1992.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação Rural no Brasil: política pública e hegemonia norte-americana. **História & Luta de Classes**, nº 7, jul. 2009.

_____. Economia e política na Historiografia brasileira. Publicado originalmente em: Antropolítica. Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/art01_mendonca_economiaepolitica.pdf>:
Acessado em 30 jul 2013.

MENEGHETTI, Enio. **Baile das cobras**: a verdadeira história do Ildo Meneghetti – Porto Alegre, RS: AGE, 2012.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOREIRA, José Roberto. **Terra, poder e território**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NÚÑEZ, Tarson. A judicialização da política e a criminalização dos movimentos sociais no RS. Disponível em:
<http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/a_judicializacao_da_politica_e_a_criminalizacao_dos_movimentos_sociais_no_rs_tarson_nunez_2010.pdf> Acessado em 07 jul 2013.

MST, Movimento dos Agricultores Rurais Sem-terra. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In; STEDILE. **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000 - 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. **Estado, extencionismo rural e grupos dominantes agrários no Brasil (1948-1974)**. Disponível em:
http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/pedroCassiano_estadoExtensionismoRural.pdf
Acessado em 04 out 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay**: Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguay (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre – RS: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PEREIRA, Mônica de Brito. Revolução Verde. In: CALDART, ALENTEJANO & FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PICOLOTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. Rio de Janeiro (RJ): Tese de Doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo social Rev. Sociologia da USP**, v. 12, n. 1, São Paulo, mai. 2000.

RAMOS, Carolina. A Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra: embates e recuos. **História & Luta de Classes**, nº8 – nov. 2009.

RAMOS, Marília Patta. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul**: Um estudo sobre os integrantes da UDR. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 1995.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fim da formação humana. São Paulo: Expressão Popular: 2010.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado Ilegal. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTIAGO, Vandek. IV – Francisco Julião, as ligas e o Golpe Militar de 1964 (2004). In: STEDILE. **A Questão Agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares. Conflitos Agrários e Violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária - Bogotá – Colômbia: Anais Seminário Internacional, agosto de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>> Acessado em 01 ago 2013.

_____. Efeitos sociais da modernização da agricultura. **História & Perspectivas**, Uberlândia/MG, nº 10, 1994.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança Para o Progresso no Brasil**: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964) - Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, Ricardo Oliveira. Trabalhismo, reforma agrária, legislação para as populações rurais: uma abordagem do projeto político de Fernando Ferrari. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.1, n.2, dez. 2009.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964- 2º.** – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEDESCO, João Carlos & CARINI, Joel João. Governador Brizola, o Master e o conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2012, São Leopoldo/RS. **Anais...** 2012, p. 1-9.

TEIXEIRA, Gerson. Os indícios do agravamento da concentração da terra no Brasil no período recente. In: STEDILE. **A questão agrária do Brasil: debate da década de 2000-1 ed.** – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** SP. EDUNICAMP, 2001.

VEIGA. José Eli. **O que é Reforma Agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

WRIGHT. Paulo. Contribuição ao aprofundamento da análise das relações de produção na agricultura brasileira-1971. In: STEDILE & ESTEVAN. **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda- 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FONTES DOCUMENTAIS UTILIZADAS

1. ARQUIVO HISTÓRICO DE SANTA MARIA

Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, Janeiro de 1962 a Março de 1962.

2. MEMORIAL ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RIO GRANDE DO SUL, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Anais da Assembleia Legislativa (anos de 1958 a 1964 – coleção completa).

3. MUSEU JOSÉ HIPÓLITO DA COSTA

Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, Abril de 1962 a Dezembro de 1962.

DOCUMENTOS VIRTUAIS

Jornal Terra Livre, Janeiro de 1962 – Dezembro de 1962. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&pesq=&pastaJornal%20dos%20Trabalhadores%20SEM%20TERRA/n%2001%20a%2016%201981>> Acessado em 02 out 2013.